

UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP

DENISE CRISTINA DA COSTA FRANÇA DOS SANTOS

**A influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da
Igualdade de Gênero e do Empoderamento Feminino**



ARARAQUARA
2025

DENISE CRISTINA DA COSTA FRANÇA DOS SANTOS

**A influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da
Igualdade de Gênero e do Empoderamento Feminino**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual

Orientadora: Andreza Marques de Castro Leão

Bolsa: CAPES

S237i Santos, Denise Cristina da Costa França dos
A influência das redes sociais Instagram e Facebook na
promoção da Igualdade de Gênero e do Empoderamento
Feminino / Denise Cristina da Costa França dos Santos. --
Araraquara, 2025
198 f. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Andreza Marques de Castro Leão

1. feminismo. 2. empoderamento feminino. 3. igualdade de
gênero. 4. redes sociais. 5. música. I. Título.

DENISE CRISTINA DA COSTA FRANÇA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS INSTAGRAM E FACEBOOK NA
PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DO
EMPODERAMENTO FEMININO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura e educação sexual

Orientadora: Andreza Marques de Castro Leão

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 18/03/2025

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa- Universidade Estadual de Feira de Santana.

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Teresa Machado Vilaça- Universidade do Minho de Portugal.

Membro Titular: Prof. Dr. Welson Barbosa Santos- Universidade Federal de Uberlândia.

Membro Suplente: Profa. Dra. Rita de Kassia Cândido.

Membro Suplente: Profa. Dra. Fabiana Aparecida Prenhaca Giacometti.

Membro Suplente: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Local: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Nossa tese traz dados da influência das redes sociais Instagram e Facebook no empoderamento feminino e aborda questões da (des)igualdade de gênero entre homens e mulheres em relação às oportunidades de trabalho, ascensão de carreira, cuidados com os filhos e familiares, e demais disparidades entre os sexos. Sendo assim, apresenta um potencial significativo e multidimensional para gerar impactos positivos na sociedade e em diversos setores. Tem potencial científico, pois contribui para o avanço do conhecimento em diversas áreas como sociologia, economia, psicologia e estudos de gênero. Potencial social, pois a igualdade de gênero tem impacto direto na qualidade de vida das mulheres e pode inspirar mudanças culturais e legais. Potencial inovador, pois traz a possibilidade de novas abordagens para a comunicação digital e o uso de tecnologias emergentes para promover a igualdade de gênero. Potencial Econômico, pois pode-se fomentar o empreendedorismo feminino, por meio do estudo sobre como as redes sociais permitem às mulheres divulgar seus negócios e se conectarem globalmente. Potencial educacional, porque impacta diretamente o sistema educacional, incentivando currículos que discutam igualdade de gênero desde a base escolar. Estes são alguns, dentre tantos outros impactos que podemos citar.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Our thesis presents data on the influence of the social networks Instagram and Facebook on female empowerment and addresses issues of gender (in)equality between men and women in relation to job opportunities, career advancement, childcare and family care, and other disparities between the sexes. Therefore, it has significant and multidimensional potential to generate positive impacts on society and in various sectors. It has scientific potential, as it contributes to the advancement of knowledge in various areas such as sociology, economics, psychology, and gender studies. It has social potential, as gender equality has a direct impact on women's quality of life and can inspire cultural and legal changes. It has innovative potential, as it brings the possibility of new approaches to digital communication and the use of emerging technologies to promote gender equality. It has economic potential, as it can foster female entrepreneurship through the study of how social networks allow women to promote their businesses and connect globally. Educational potential, because it directly impacts the educational system, encouraging curricula that discuss gender equality from the school base. These are some of the many other impacts that we can mention.

Aos meus filhos Paulo Rodrigo e Arthur Alexey, que vocês sejam homens de bem e contribuam para uma sociedade melhor, menos machista e mais equânime.

AGRADECIMENTOS

Chegar nessa etapa do trabalho é uma benção e sou grata ao Ser Superior que cuida de cada detalhe da minha existência- Deus, sem o qual nada disso seria possível.

Existem muitas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho tomasse forma, minha gratidão à cada uma. Nomearei algumas.

Minha orientadora Andreza Leão, que me acolheu nessa jornada árdua, contribuindo com seu conhecimento para aprimoramento e realização deste estudo. Minha gratidão por sua amizade e primorosa orientação.

Às professoras Luci Muzzeti, Andréa Barbosa, Teresa Vilaça, Rita Cândido, Fabiana Giacometti, aos professores Welson Barbosa e Paulo Rennes que trouxeram preciosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Ao meu esposo Alexey Rodrigo, por sempre me incentivar a crescer e a ser eu mesma, pelo suporte que me concede. Pelo apoio, amor, amizade, carinho e compreensão e por participar ativamente na produção musical de empoderamento- Somos força, somos luta. Produto final desta tese.

Aos meus filhos Paulo Rodrigo e Arthur Alexey, pela paciência para esperar nos momentos em que queriam passear e mamãe não podia, ou nos silêncios que faziam para que eu conseguisse estudar, vocês são incríveis. Meu maior amor são vocês.

À minha irmã Débora Milani, por sempre me apoiar na caminhada acadêmica, por ser exemplo de alguém extremamente estudiosa e dedicada e sua família por torcerem por mim.

Aos meus pais, Angela e Valdir, pelo amor e carinho, por torcerem sempre por mim.

Ao meu avô Angelo, pelas orações e conversas, infelizmente em 2024 nos deixou.

Ao meu irmão Daniel e sua família, por sempre torcerem por mim.

À minha avó Alice 'in memoriam', catadora de papelão, pelos livros que me deu na infância que me aguçaram o prazer da leitura e por me ensinar a lutar pelos meus sonhos.

À minha amiga sempre presente, Adriane Menezes, obrigada por me ajudar com os gráficos dos resultados e a formatação deste trabalho, por seu carinho e cuidado, por ser presença em todos os momentos, sua amizade é preciosa para mim.

À minha cunhada e amiga Karina por estar sempre comigo, ouvindo e apoiando.

À amiga Débora Matos, pelas conversas, apoio e incentivo.

À amiga Maria Butcher, pelo apoio e incentivo. E por contribuir com sua maravilhosa voz na música.

À amiga Marilene, pelo apoio e incentivo, e por todos os documentos que imprimiu durante essa jornada.

À minha amiga e fisioterapeuta Melissa, que alivia a tensão do meu corpo toda semana, tirando a dor com suas preciosas mãos.

À amiga Aline Diwa, que trouxe lindas contribuições acadêmicas e de apoio, carinho e acolhimento. Você foi exemplo de força e luz! Infelizmente partiu em 2024.

Às mulheres da ONG Valquírias, Ana Laura, Michele Maurity, Nahuara Fidelis e Bianca Franco que abrilhantaram nossa música com suas vozes e tambores, e a CEO Amanda Oliveira, meu muito obrigada.

Às poderosas artistas independentes, Maria Butcher, Nil Guimarães e Thalita Nega MC, que trouxeram suas vozes potentes para nossa música.

À todas as mulheres que responderam ao questionário e contribuíram com este trabalho.

À Helena, criadora da página Feminismo Educativo (umas das páginas web analisadas neste trabalho), por ter tornado público nosso questionário em sua página, para que suas seguidoras respondessem.

Aos amigos da FCLAr que estavam trilhando juntamente comigo o caminho árduo da pós-graduação e contribuindo com suas palavras, experiências e sugestões: Vanessinha, Igor Benatti e Ana.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Educação Escolar, pela prontidão, competência e gentileza em nos auxiliar.

À Capes, pela concessão da bolsa, possibilitando a execução do presente estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

*Mulheres, somos força, somos luta!
Nunca entregue sua vida na mão de
outra pessoa, seja você mesma
responsável por suas escolhas!
Aprenda com elas, fortaleça-te nelas.
Se cair, levante-se, jamais desista!
Sonhe e busque os caminhos para o que
deseja.
Siga em frente, não esmoreça.
Curta a caminhada e viva o
autoconhecimento.*

Denise Santos

RESUMO

A ONU estabeleceu um plano de ações para que até 2030 os países assumam responsabilidades e promovam mudanças transformadoras no mundo. Há no documento dezessete objetivos ODS, sendo que o de número cinco visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas. A discriminação baseada no gênero é atravessada por outras, principalmente envolvendo raça e classe. As relações entre as diferentes formas de opressão compõem o que conhecemos por interseccionalidade. No ODS 5, nove metas foram traçadas, entre elas, aumentar o uso de tecnologias de base, em particular às Tecnologias de Informação e Comunicação para promover o empoderamento das mulheres. Essa iniciativa busca desafiar as concepções tradicionais sobre as competências das mulheres e seu papel na sociedade, isso é crucial, pois a desigualdade de gênero está profundamente enraizada em aspectos culturais de uma sociedade predominantemente patriarcal, machista e misógina. As violências, inclusive a de gênero, direcionada às mulheres, são fonte de devastação psicológica, emocional e física, trazendo inúmeras consequências às vítimas. Diante desse cenário, é urgente uma mudança cultural e estrutural na sociedade, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo. Para tanto, considerando a necessidade de se discorrer sobre este tema, pensando no desenvolvimento de ações de enfrentamento, a presente pesquisa de natureza qualitativa, objetivou analisar as redes sociais Instagram e Facebook como um recurso na difusão de valores de igualdade de gênero e no empoderamento feminino. Para isso, realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva, sendo adotado o delineamento da pesquisa documental e bibliográfica. Na primeira etapa do estudo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre igualdade de gênero nas redes sociais (Instagram e Facebook) e empoderamento feminino, para tanto, fizemos buscas nas bases de dados da Plataforma Capes. Na segunda etapa, coletamos dados nessas plataformas, identificando páginas que abordam esses temas e categorizando os conteúdos. A terceira etapa envolveu a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas para mulheres adultas que utilizam essas redes sociais. O objetivo foi caracterizar as percepções das participantes sobre igualdade de gênero e o empoderamento feminino e o papel das redes sociais nesse contexto. A análise e a interpretação dos dados coletados nas questões fechadas foram submetidas à análise estatística, sendo analisados por meio de gráficos e tabelas, já os dados obtidos nas questões abertas foram organizados e analisados por meio de categorias a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados desta pesquisa revelaram que a maioria das mulheres participantes reconhece a influência das redes sociais em sua compreensão e percepção do empoderamento feminino e da igualdade de gênero. Além disso, evidenciamos que, apesar dos avanços conquistados na promoção da equidade de gênero, ainda enfrentamos desafios significativos. A desigualdade persiste em diversas áreas, incluindo disparidades salariais, obstáculos na progressão profissional e outras formas de discriminação social. Não podemos ignorar também a grave questão da violência, seja ela de natureza psicológica ou física, que continua a afetar a vida das mulheres. Com base nesses achados e no conhecimento das demandas expressas pelas participantes, bem como nas evidências científicas disponíveis, na quarta etapa do projeto, desenvolvemos um material musical voltado para o empoderamento feminino. Essa iniciativa foi motivada, principalmente, pela percepção da escassez de recursos culturais desse tipo. É importante destacar que esse material foi divulgado nas redes sociais com o propósito de apoiar o empoderamento feminino.

Palavras-chave: empoderamento feminino; igualdade de gênero; redes sociais; música.

ABSTRACT

The UN has established a plan of actions for countries to assume responsibilities and promote transformative changes worldwide by 2030. The document outlines seventeen goals SDGs, with Goal 5 aiming to achieve gender equality and empower women and girls. Gender-based discrimination intersects with other factors, primarily involving race and class. The relationships between different forms of oppression constitute what is known as intersectionality. In SDG 5, nine targets have been set, including increasing the use of foundational technologies, particularly Information and Communication Technologies, to promote women's empowerment. This initiative seeks to challenge traditional conceptions of women's competencies and their role in society, as gender inequality is deeply rooted in the cultural aspects of a predominantly patriarchal, misogynistic, and chauvinistic society. Gender-based violence, including violence directed at women, is a source of psychological, emotional, and physical devastation, bringing numerous consequences to the victims. Faced with this scenario, a cultural and structural change in society is urgently needed, and education plays a fundamental role in this process. Therefore, considering the need to delve into this topic and thinking about the development of coping actions, this qualitative research aimed to analyze the social media platforms Instagram and Facebook as resources in the dissemination of gender equality and female empowerment values. For this purpose, we conducted an exploratory and descriptive study, adopting a documentary and bibliographical research design. In the first stage of the study, we conducted a literature review on gender equality, social media (Instagram and Facebook), and female empowerment, conducting searches on the Capes Platform databases. In the second stage, we collected data on these platforms, identifying pages addressing these topics and categorizing the content. The third stage involved the application of a questionnaire with open and closed-ended questions for adult women using these social media platforms. The aim was to understand the participants' opinions on gender equality, female empowerment, and the role of social media in this context. The analysis and interpretation of the data collected in the closed-ended questions underwent statistical analysis, analyzed through graphs and tables, while data obtained from open-ended questions were organized and analyzed through categories using Bardin's Content Analysis technique. The results of this research revealed that the majority of women participants recognize the influence of social media on their understanding and perception of female empowerment and gender equality. Furthermore, we highlighted that, despite the advances made in promoting gender equity, significant challenges persist. Inequality persists in various areas, including wage disparities, obstacles in professional advancement, and other forms of social discrimination. We cannot ignore the serious issue of violence, whether psychological or physical, which continues to impact women's lives. Based on these findings and the knowledge of the demands expressed by the participants, as well as the available scientific evidence, in the fourth stage of the project, we developed musical material focused on female empowerment. This initiative was primarily motivated by the perception of a scarcity of cultural resources of this nature. It is important to note that this material disseminated on social media with the purpose of supporting female empowerment.

Keywords: female empowerment; gender equality; social media; music.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Digital Around the world	21
Figura 2: Violência contra meninas e mulheres.	27
Figura 3: Nuvem de Palavras-Conteúdos das páginas.....	79
Figura 4: Diferença entre Salário de mulheres e homens.....	88
Figura 5: Vida profissional e maternidade.	110
Figura 6: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.	115
Figura 7: Cuidados e afazeres domésticos.....	116
Figura 8: Nuvem de Palavras-Empoderamento Feminino.	152
Figura 9: Nuvem de Palavras-Igualdade de Gênero.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição geográfica das participantes.	80
Gráfico 2: Escolaridade das participantes	81
Gráfico 3: Idade das participantes.	83
Gráfico 4: Profissão das participantes	85
Gráfico 5: Renda das participantes.....	87
Gráfico 6: Opiniões sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.....	91
Gráfico 7: Percepções sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade.	92
Gráfico 8: Opiniões sobre o direito das mulheres à liberdade de vestimenta em diferentes ambientes.	93
Gráfico 9: Percepções sobre o uso de roupas por mulheres e a ausência de incômodo social.	94
Gráfico 10: Opiniões sobre o papel das mulheres no cuidado doméstico e no trabalho fora de casa.	95
Gráfico 11: Necessidade de ações para equilibrar trabalho e lazer para as mulheres.	96
Gráfico 12: Percepções sobre restrições de gênero em profissões.	98
Gráfico 13: Justificativas para restrições de gênero em profissões.	99
Gráfico 14: Opiniões sobre o Ditado: 'Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher'	102
Gráfico 15: Sentimento de insegurança das mulheres ao dirigirem sozinhas à noite.....	103
Gráfico 16: Sentimento de insegurança das mulheres ao usarem transporte público sozinhas.	104
Gráfico 17: Percepções sobre a preparação natural das mulheres para a maternidade.	105
Gráfico 18: Opiniões sobre a barreira da gravidez na empregabilidade das mulheres.....	108
Gráfico 19: Percepções do social sobre a barreira da gravidez na empregabilidade das mulheres.	109
Gráfico 20: Percepção das mulheres sobre a relação entre responsabilidades domésticas e oportunidades de carreira.....	111
Gráfico 21: Opiniões das mulheres sobre a relação entre responsabilidades domésticas e oportunidades de carreira.....	113
Gráfico 22: Divisão de despesas e afazeres domésticos entre os gêneros.....	114
Gráfico 23: Percepções sobre conciliação entre vida profissional e familiar por todos os trabalhadores.....	117

Gráfico 24: Percepções sobre igualdade de oportunidades de ascensão profissional entre homens e mulheres.	118
Gráfico 25: Opiniões sobre a necessidade de renda própria para a sobrevivência familiar, independente do gênero.	121
Gráfico 26: Apoio à participação de defensores da igualdade de gênero em cargos políticos e de liderança.	122
Gráfico 27: Revisão do uso do termo 'homem' para se referir a homem e mulher.	123
Gráfico 28: Definições preferidas de frases que definem empoderamento.	124
Gráfico 29: Opiniões sobre os agentes responsáveis pelo empoderamento feminino.	126
Gráfico 30: Percepções das entrevistadas sobre o seu empoderamento.	127
Gráfico 31: Opiniões sobre a contribuição das redes sociais para o empoderamento feminino.	130
Gráfico 32: Opiniões sobre a contribuição das redes sociais para promoção da igualdade de gênero.	131
Gráfico 33: Contribuição das páginas seguidas para as percepções de empoderamento feminino.	135
Gráfico 34: Contribuição das páginas seguidas para as percepções de igualdade de gênero.	136
Gráfico 35: Compartilhamento nas redes sociais-Igualdade de Gênero.	139
Gráfico 36: Compartilhamento nas redes sociais-Empoderamento Feminino.	140
Gráfico 37: Acompanhamento de publicações-Igualdade de Gênero.	141
Gráfico 38: Acompanhamento de publicações- Empoderamento Feminino.	142
Gráfico 39: Engajamento em publicações sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.	144
Gráfico 40: Experiências com postagens preconceituosas sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pesquisa Bibliográfica.....	71
Quadro 2: Pesquisa Bibliográfica.....	73
Quadro 3: Preferências e descontentamentos das participantes nas redes sociais.....	128
Quadro 4: As redes e a difusão do empoderamento feminino e da igualdade de gênero.....	132
Quadro 5: Motivos da contribuição ou ausência de contribuição das páginas seguidas para o pensamento sobre Empoderamento Feminino e Igualdade de Gênero.....	136
Quadro 6: Assuntos do Post Igualdade de gênero e Empoderamento Feminino.....	145
Quadro 7: Assuntos do post preconceituoso.	149
Quadro 8: Categorias Empoderamento Feminino.	153
Quadro 9: Categorias Igualdade de Gênero.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percepções sobre a maternidade em relação à renda das mulheres.....	107
Tabela 2: Compartilhamento e acompanhamento de conteúdo sobre Igualdade de Gênero nas redes sociais.....	143
Tabela 3: Autoavaliação do empoderamento feminino e o hábito de acompanhar publicações sobre o tema.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEO	Chief Executive Officer
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência
ECA	Estatuto da Criança e do adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexual, Pessoas trans, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não-binário, “mais” é utilizado para simbolizar outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não se encaixam no padrão cisheteronormativo, e não estão representadas nas letras anteriores.
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MVC	Mortes Violentas por Causa Indeterminada
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCD	Pessoas com deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SBPC	Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFC	Ultimate Fighting Championship
Unesp	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
SEÇÃO 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	20
1.1 Objetivo Geral	36
1.2 Objetivos específicos.....	36
SEÇÃO 2. REVISÃO DE LITERATURA	37
2.1. Feminismos	37
2.2. Empoderamento e cuidado de si.....	49
2.3. Igualdade de Gênero.....	54
2.4. Redes Sociais.....	61
SEÇÃO 3. O MÉTODO	66
3.1 Procedimento da coleta de dados e instrumento	67
3.2 Procedimento da análise dos dados	68
3.3 Local.....	69
3.4 Participantes	70
SEÇÃO 4. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	71
SEÇÃO 5. AS PÁGINAS WEB ANALISADAS	76
SEÇÃO 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	80
SEÇÃO 7. DESCRIÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA.....	157
SEÇÃO 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICES	178
ANEXOS	195

APRESENTAÇÃO

Prazer, sou Denise, mulher, filha, neta, cunhada, irmã, mãe, esposa, amiga, dona de casa, doutoranda, entre tantos outros papéis sociais que exerço. Discorrer acerca desses papéis, provavelmente já traz para quem lê uma ideia de que nós mulheres carregamos múltiplas facetas.

Cresci numa família humilde, vendo minha avó (catadora de papelão) e minha mãe (empregada doméstica) superarem muitos obstáculos que a vida nos impunha. Passamos por momentos difíceis, mas, em meio a todos eles, elas se levantavam bem cedo todas as manhãs, com energia e, faziam o seu melhor em favor de nossa família. Sou uma mulher forte, porque fui criada por duas mulheres muito fortes.

Na simplicidade delas, nossa criação se deu num ambiente religioso e permeado por conceitos machistas, onde a mulher estava à mercê das vontades dos homens e a eles deveria satisfazer, conceitos esses que só bem recentemente consegui quebrar as amarras.

Tenho 39 anos, dos quais 15 deles tenho me dedicado na área da educação, seja como professora de escola pública ou particular, estudante de pós-graduação ou pesquisadora e/ou envolvida com o capital cultural dentro do projeto Lu-funki.¹

Durante meus anos de atuação como professora, duas temáticas sempre me permeiam: a educação especial e a educação sexual. No mestrado (Santos, 2020) me ative a estudar a primeira, e desenvolvi a dissertação: A perspectiva do professor da educação especial no contexto da escola comum². Mas, o segundo tema sempre esteve em minha caminhada seja na escola ou nas relações pessoais e, minha percepção é que ele é ainda tabu e muitas vezes silenciado.

Essa tese nasceu da inquietação de presenciar outras mulheres serem maltratadas por seus companheiros, pais e outros homens desconhecidos. A maneira como uma mulher é vista

¹ **Lufunki** é uma viagem pela história da Soul Music. O espetáculo foi concebido e idealizado pelo artista e produtor musical Rodrigo Alexey, é fruto de uma pesquisa sobre a história da soul music, suas origens na cultura africana e a fusão dela com a cultura europeia nos EUA. Tem como objetivo levar o público a uma experiência singular, e isso é feito com projeções 3d mapeadas no palco e nas laterais do teatro, totalmente sincronizadas com a banda, os dançarinos, as luzes e som surround. Com toda essa tecnologia, o público faz uma viagem através da história da soul music, desde suas raízes na África, até suas vertentes presentes na música de artistas como James Brown, Michael Jackson, Stevie Wonder, Tim Maia, Ed Motta, entre outros. Um destaque do projeto é coordenado pela Doutoranda Denise Santos, onde há o incentivo para que pessoas de baixa renda adquiram “Capital Cultural”, indo até o teatro e assistindo ao espetáculo dos melhores lugares da plateia, o que é feito por meio de parcerias com ONGs e Instituições Sociais beneficentes ligadas a arte, garantindo uma cota de ingressos para essas pessoas.

² Link para acessar a Dissertação: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6912fffe-932e-4113-99a4-57f75a45f994/content>

tratada em uma sociedade como a nossa, tão desigual, misógina³ e machista, me trouxe o desejo de estudar como empoderar meninas e mulheres para que estas não sofram violências.

E ainda, sendo mãe de dois garotos, me sinto na obrigação de ensiná-los num caminho diferente do que está posto, para que não sejam machistas e sim, que vivam uma masculinidade saudável e não tóxica.

Com vistas a realizar um doutorado nessa área, fiz algumas disciplinas como aluna especial no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar e Sexual e participei do processo seletivo no ano de 2021, em meio a pandemia da Covid-19. Tendo sido aprovada, comecei a participar de cursos, palestras e congressos, aprofundar as leituras na área da sexualidade humana e assim fui encontrando pessoas e autores que me ajudaram a compreender alguns dilemas e despertaram minha curiosidade para outros.

Após me debruçar nas leituras sobre o empoderamento feminino e as redes sociais, tendo realizado pesquisa bibliográfica nessas temáticas, notamos que se tem poucos trabalhos, e, portanto, seria um tema relevante de pesquisa, pois há muito a se estudar e compreender quanto a este assunto.

Considerando este aspecto, fizemos alterações no projeto inicial, e o intuito do presente estudo foi entender se as redes sociais Instagram e Facebook, tão frequentemente utilizadas em nossos dias, e especialmente em meio à pandemia, têm tido influência no processo de empoderamento das mulheres e nos seus pensamentos sobre igualdade de gênero, pautada nos seguintes objetivos:

- a) analisar algumas páginas das redes sociais Instagram e Facebook que postam conteúdo e promovem a difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino;
- b) identificar como mulheres usuárias dessas redes sociais entendem e conceituam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino;
- c) elaborar uma música, voltada ao empoderamento feminino, considerando a escassez de materiais desta natureza, a ser divulgada enquanto relevante dispositivo protetivo nas redes sociais.

Para a realização do presente estudo, fizemos uma pesquisa na literatura científica relacionando os temas: igualdade de gênero, empoderamento feminino e redes sociais. A fim

³ Misoginia é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas. Ela pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a exclusão social, a discriminação sexual, hostilidade, androcentrismo, o patriarcado, ideias de privilégio masculino, a depreciação das mulheres, violência contra as mulheres e objetificação sexual.

de facilitar a leitura e a apresentação dos temas, optamos por fazer uma apresentação, seguida de algumas seções, sendo elas:

Na primeira seção desta tese, trazemos uma introdução e justificativa da pesquisa, seguida do objetivo geral e os específicos.

Na segunda seção, realizamos uma revisão da literatura com os temas mais importantes de nossa tese. Nos ativemos a realizar um percurso histórico dos movimentos feministas desde a sua origem até os dias atuais. Depois discorremos sobre o que é o empoderamento feminino e a ligação que tem com o ser do cuidado de si de Foucault (1984) - da História da Sexualidade III- O cuidado de si. Seguimos discutindo sobre as questões da igualdade de gênero, como essa é vivida e representada em nossa sociedade capitalista. E para fechar a seção, a discussão se volta às mudanças tecnológicas e a inserção das redes sociais na vida cotidiana das pessoas.

Na terceira seção, discorremos sobre o método, mais precisamente quanto ao instrumento de pesquisa, e os procedimentos de coleta e análise dos dados, além do local da pesquisa e das participantes.

Na quarta seção, apresentamos os trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica.

Na quinta seção, estão as páginas das redes sociais que selecionamos e analisamos.

Na sexta seção desta tese, apresentamos os resultados e a discussão da pesquisa, onde estão demonstrados os resultados por meio de gráficos e tabelas.

E na sequência, tecemos algumas considerações sobre a pesquisa, esboçando possíveis contribuições, visto que nosso desejo é que esse estudo mostre a importância do bom uso das redes sociais e da música enquanto pujante instrumento, dispositivo protetivo nas redes sociais.

SEÇÃO 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem um plano de ações para que até 2030 os países assumam responsabilidades e possam agir de maneira transformadora no mundo. Há no documento 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam acabar com a fome e erradicar a pobreza, cuidar do meio ambiente e da situação climática, ter uma educação de qualidade e um planeta sustentável, entre outros, outrossim, o objetivo cinco visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas.

A discriminação baseada no gênero é atravessada por outras, principalmente envolvendo raça e classe. As relações entre as diferentes formas de opressão compõem o que conhecemos por interseccionalidade, aprofundaremos esse conceito com autoras como Kimberle Crenshaw (2002), Angela Davis (2017), Djamila Ribeiro (2018). No ODS cinco foram traçadas nove metas, entre elas, aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as Tecnologias de Informação e Comunicação visando contribuir para promoção do empoderamento das mulheres.

O termo empoderamento, segundo o documento da ONU, é:

Uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente. (ONU MULHERES, 2017, p. 25).

O empoderamento passa pela individualidade, que é quando a pessoa consegue assumir as rédeas de sua vida, definir e realizar seus objetivos, e segue pela coletividade, que é o desejável, quando se consegue mudanças institucionais e onde um coletivo de pessoas passa a usufruir de seus direitos.

Na sociedade contemporânea as mídias sociais exercem muita influência no comportamento das pessoas, sendo preciso que atuem de forma positiva. Nas plataformas digitais as pessoas ganham voz, exprimem como estão se sentindo, revelam o que pensam sobre determinados assuntos e buscam informações. Os usuários das redes sociais se unem em favor de causas ou em defesa de ideias. Pode ser um espaço rico de debates e reflexões, as quais repercutem na vida cotidiana.

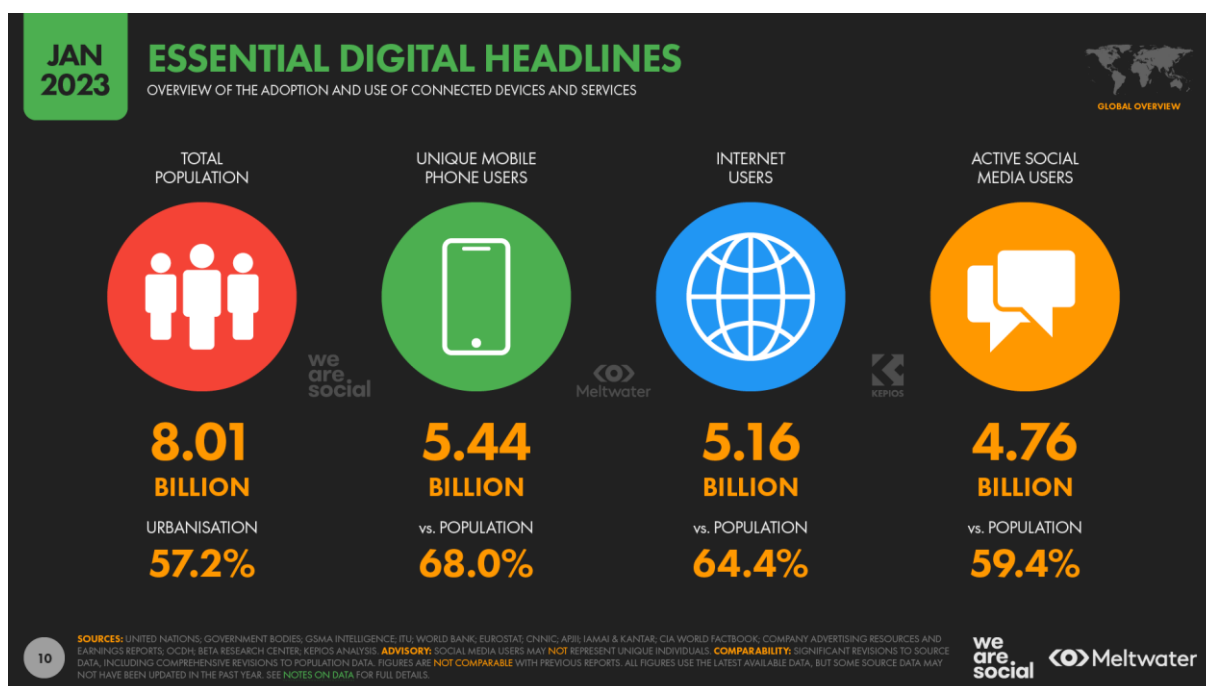
A sexualidade é uma dimensão humana e como tal, em todos os ambientes que existem pessoas, o processo educativo sobre esse assunto está sendo realizado, seja por meio de palavras, olhares, discursos ou reações. E um dos espaços onde isso ocorre é nas redes sociais,

ambiente que muitos acessam com assiduidade e que no contexto contemporâneo teve o incremento considerável do tempo em que as pessoas ficam conectadas.

O relatório Digital in 2023 é publicado em parceria entre a We Are Social e a Hootsuite e traz as últimas informações digitais e estatísticas de mídia social, os mais recentes *insights* sobre o mundo do digital. De acordo com o relatório, o número de usuários de internet no mundo é de 5,16 bilhões, ou seja, 64,4 % da população mundial está online. No início de 2023 o total de usuários de mídia social no mundo foi de 4,76 bilhões, o que equivale a 59,4 milhões de novos usuários em relação ao ano anterior. O número de usuários de mídia social é agora equivalente a pouco menos de 60% da população total do mundo, uma incidência significativa.

Dados sobre o número de usuários das mídias sociais, serão apresentados na figura 1.

Figura 1: Digital Around the world



Fonte: Relatório Digital- We Are Social e Hootsuite (2023).

Como pode-se observar na figura 1, mais da metade da população global tem acesso às plataformas digitais e é capaz de se expressar em plataformas globais. Uma cobertura de notícias em qualquer país chega a qualquer parte do mundo em questão de segundos, por exemplo. Os números significativos confirmam a influência do meio digital sendo viável se criar um espaço que faça a diferença na vida das pessoas, em que possam ter acesso a informações seguras, fidedignas e instigantes reflexões.

Diante do emprego em massa destas redes sociais, consideramos este ambiente propício aos estudos e pesquisas. Aliás, a presente pesquisa deu-se início em meio a pandemia da Covid-19, e continuamos pós pandemia, aproveitando a conectividade das pessoas.

Outro aspecto que suscita considerar o ambiente das redes sociais como espaço potente de pesquisa, é devido ao incremento da manifestação de alguns fenômenos no contexto de pandemia, entre estes podemos citar a violência em suas distintas formas de se manifestar.

A violência tem acompanhado a trajetória humana. Pessoas no mundo todo são oprimidas, sejam as crianças que são violentadas por seus cuidadores, a mulher que é espancada e humilhada pelo seu parceiro íntimo, os jovens que se agredem verbal e fisicamente, ou o idoso que é maltratado e negligenciado. A violência perpassa a vida de todos nós, não se tendo nenhum lugar do mundo livre dessa condição, embora em alguns espaços se faz presente em maior escala.

Em *A História do Estupro*, Vigarello (1998) demonstra que as normas de agressividade mudam ao longo do tempo, podendo ser debilitadas e restringidas por uma série de regras e restrições. Isso ocorre devido às instituições e normas culturais que mudam em diferentes épocas e sociedades.

Na Idade Média, quando a mulher era virgem e da nobreza, o estupro era visto como um delito de sangue e a reputação dela era crucial para o julgamento. Conforme Vigarello (1998, p. 67):

Toda suposta fraqueza ou inferioridade de sua parte tornam suspeito seu testemunho e justamente porque essa suspeita varia com o tempo que pode haver uma história do estupro, nesta as mudanças são paralelas as dos sistemas de opressão exercidos sobre a mulher, a sua permanência, seu refinamento, seus deslocamentos.

Nos séculos XVI e XVII, as leis eram extremamente rigorosas em termos de penalidades, contudo, conforme Vigarello (1998), pouco se fazia para investigar os danos infligidos às vítimas de estupro, havia poucas queixas e ainda menos investigações. No seu livro, ele analisa como a questão do estupro evoluiu na França nos últimos quatro séculos, associando esta evolução ao processo civilizatório.

De acordo com Barbosa (2019), o Brasil e Salvador experimentaram diversas mudanças culturais, denominadas contracultura. Esse movimento, que ocorreu entre 1960 e 1970, influenciou a arte, o estilo de vida e o comportamento das pessoas. Em outras palavras, a contracultura representou uma tentativa de romper com os valores, ideias e normas sociais de uma sociedade patriarcal e burguesa. A contracultura era vista como um movimento de libertação e anarquia. Essas mudanças teriam, de certa forma, tornado as relações entre gêneros e gerações mais flexíveis, facilitando o surgimento da ideia de infância, a naturalização do amor materno e a imposição da maternidade e de um ideal de feminilidade às mulheres.

Segundo Carneiro (2017), ao nos preocuparmos com a violência imposta pelos grupos dominantes aos subalternos, devemos considerar a presença de diversas subalternidades, cada

uma com suas próprias sensibilidades e ressentimentos. É importante lembrar que as formas de coerção que a elite pode aplicar aos subalternos (mulheres, crianças, imigrantes, trabalhadores, minorias raciais etc.), variam conforme o tempo e o espaço.

De acordo com Maffesoli (1987), a violência aparece em todo agrupamento humano, ela é potência e força e remete ao conflito. Em toda relação social a luta é manifesta em desacordos e recusas. Com o fortalecimento do capitalismo, se torna mais nítida a questão da violência a qual o homem está submetido, uma violência arcaica e fundadora, e isso faz dele um *homo violens*. Entretanto, a cultura da violência não deve ser tolerada como algo aceitável, requer ser modificada por cada um de nós, pois urge ser enfrentada, sobretudo considerando as consequências danosas que ocasionam às vítimas e a sociedade, de modo geral.

Para Minayo (2006, p. 118) a violência ocorre no contexto da vida e nas microrrelações sociais. As pesquisas têm demonstrado que as diversas formas de violência se articulam e se mostram de maneira naturalizada nas relações sociais, cotidianas e nas práticas e atitudes. Obviamente não há como extinguir a violência num toque de mágica, como a autora coloca, porque é um fenômeno que precisa ser analisado enquanto parte constitutiva de processos históricos complexos, nos quais a intervenção é uma possibilidade. É um fenômeno que apresenta caráter humano e, portanto, nas suas expressões apresenta intencionalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como sendo o:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al.*, 2002, p. 5).

A OMS ainda traz que os tipos de violência que incide é a violência dirigida a si mesmo (auto infligida); a violência interpessoal; e a violência coletiva. Já quanto a atos violentos pode ter origem física, sexual, psicológica; entre outros.

Há no imaginário popular, fortemente arraigada a violência, porém assiste-se a um acelerado processo de banalização desse fenômeno.

De acordo com Maffesoli (2001, p. 76), o imaginário é parte do coletivo, é o estado de espírito de um país, de uma comunidade, é cimento social. Não é individual, ele une numa mesma atmosfera as pessoas. Concordamos com o autor e afirmamos que nosso coletivo ocidental está impregnado de uma cultura da violência, na qual, por exemplo, as mulheres são fortemente dominadas e violentadas de muitas maneiras.

Podemos observar que a História do nosso país foi edificada sobre a égide da violência e, especificamente, de gênero, quando as indígenas eram abusadas pelos colonizadores, ou as

negras vindas da África eram exploradas pelos senhores de engenho. Conforme refere Nogueira (1999, p. 44), o corpo destas mulheres historicamente foi,

Destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. [...] Ainda que hoje a mulher negra encontre outras condições de vida não é fácil livrar-se desse lugar, principalmente no que se refere à sexualidade. Mesmo que aparentemente mais assimilados na cultura brasileira, o negro, em particular a mulher negra, se vê aprisionado em alguns lugares: a sambista, a mulata, a doméstica, herança desse passado histórico (Nogueira, 1999, p. 44).

Desde o Brasil colônia, a ideologia patriarcal⁴, que explicaremos mais a frente, utilizando a autora Saffioti, fazia com que pais e maridos se sentissem donos das meninas e mulheres e, com isso, naturalizam-se os atos violentos, para domesticar os corpos femininos.

No trabalho de Rocha (2017, p. 157), que trata das representações sobre o corpo feminino no discurso médico baiano do Séc. XIX, um dos médicos citados definia as brasileiras como mulheres bonitas, cheias de qualidades e corpos delicados. Mulheres cuja função principal é ser esposa e mãe, capaz de prometer a seu esposo amor e fidelidade eterna. Uma mulher ideal, fictícia e que idolatra e dirige seus pensamentos unicamente para seu marido. Nada mais natural, portanto, que o homem em idade casadoura, controle seus ímpetos sexuais.

Para Cerqueira e Coelho (2014), a violência de gênero reflete a ideologia patriarcal, que explicita uma relação de poder entre homens e mulheres. A cultura do machismo, subproduto do patriarcalismo, coloca a mulher enquanto propriedade do homem e objeto de seu desejo, o que legitima diversos tipos de violência.

Saffioti e Almeida (1995) apontam que a legitimação da dominação masculina no âmbito familiar contribui para que dentro de casa se perpetue os maus tratos, como as autoras intitulam a agressão contra crianças e mulheres.

Os tipos de violência revelam a mentalidade de uma sociedade adoecida. A de gênero, especialmente aquela dirigida às mulheres⁵, deriva-se de uma organização social que privilegia o masculino. De acordo com a OMS, é definida como qualquer ato prejudicial direcionado a um indivíduo ou grupo com base em seu gênero. Essa violência está enraizada em

⁴ A ideologia patriarcal é um sistema de relações sociais que favorece os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. O patriarcado é uma construção histórica que se baseia em estruturas e relações que privilegiam os homens em relação às mulheres e a outros sujeitos que não se enquadram no padrão considerado normativo.

⁵ Decidimos utilizar a expressão “as mulheres”, por uma opção teórica feminista que assumimos, baseada em Louro (1996) e Meyer (2003), de pensar a multiplicidade do feminino a partir das interseccionalidades que o atravessam, tais como: raça, geração, etnia, classe, religião. Assentimos com as autoras quando estas afirmam que não há a “mulher” no singular, e sim uma pluralidade de “mulheres”, e que a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente será a de outras.

desigualdades de gênero e normas sociais prejudiciais. Historicamente, e ainda na atualidade, mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas por essa forma de violência. No entanto, homens e pessoas LGBTQIAPN+ também podem ser vítimas de violência de gênero.

Esse tipo de violência pode se manifestar de diversas formas, incluindo violência física: agressão que causa danos corporal; violência sexual: qualquer ato sexual não consensual; violência psicológica: agressão verbal, humilhação, intimidação, controle e outras táticas que prejudicam a saúde mental e emocional da vítima; violência patrimonial: controle, destruição ou retenção de bens e recursos econômicos; violência moral: difamação, calúnia ou injúria que afeta a reputação da vítima; feminicídio: o assassinato de mulheres motivado por razões de gênero.

A categoria gênero se constitui em um espaço de discussões e intervenções desde as décadas de 1960 e 1970, com os movimentos feministas internacionais e nacionais. A palavra em si indica rejeição ao determinismo biológico e se volta aos aspectos relacionais entre homens e mulheres.

Joan Scott é uma historiadora estadunidense que, em 1986, publicou um artigo intitulado "Gênero, uma categoria útil de análise histórica", o qual trouxe uma visão inovadora para as pesquisas de gênero. Ela defende que gênero é uma construção social que estrutura as interações entre os sexos e representa uma maneira fundamental de representar relações de poder. Ela destaca então, que para além das diferenças biológicas, existem normas sociais, políticas e simbólicas que moldam a identidade e experiência dos indivíduos (Scott, 1995).

Para Saffioti (2004), o primeiro a usar o conceito de gênero, foi Robert Stoller, em 1968, embora seu conceito não tenha prosperado. Destaca ainda que, a rigor, a precursora do conceito de gênero foi Simone de Beauvoir quando usou a frase: 'ninguém nasce mulher, mas se torna mulher'. Essa expressão utilizada pela autora não significa que tornar-se mulher é assumir o que socialmente se entende por 'feminina', mas, sim que do ser humano nascido do sexo feminino são exigidas 'confirmações de feminilidade' ao longo de toda a vida, um constante "controle de si a que a mulher é obrigada" (Beauvoir, 1949). A discussão filosófica é que nenhuma mulher é menos mulher porque não se casa, ou não tem filhos, ou não é passiva, ou não usa maquiagem etc. A feminilidade é ferramenta de opressão, porque investimos tempo e esforços a fim de alcançar um ideal inatingível que perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, mantendo-nas como "o segundo sexo". Tornar-se mulher na obra de Beauvoir significa, que é um processo árduo, enfrentado a vida toda para confirmar que se é mulher.

De fato, a violência de gênero se refere a qualquer comportamento que cause danos psicológico, físico ou sexual às pessoas envolvidas ou não em um relacionamento. Vigora o

mito da mulher bondosa e amorosa, incapaz de ser violenta, embora também sejam agressoras. Entretanto, os dados e as manchetes de jornais revelam diariamente que elas aparecem em maior incidência enquanto vítimas de inúmeras agressões.

Mesmo considerando que a mulher possa vir a ser agente de violência na sua relação com o homem, culturalmente, na sociedade brasileira e no mundo, em geral, ela é a vítima preferencial (Saffioti, 2002; Krug *et al.*, 2002).

Segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), há uma grande diferença em relação ao gênero quando falamos de violência. Os homens tendem a ser atacados por um estranho, uma pessoa desconhecida, enquanto na maioria dos casos de violência contra a mulher, o agressor é alguém muito próximo dela, principalmente seu parceiro íntimo.

O ato violento pode incidir de diversas maneiras: agressões físicas, humilhação, comportamentos controladores, coação sexual, entre outros. Em geral, em um relacionamento violento, vários tipos de abusos se entrelaçam na trama do cotidiano.

De acordo com estudos de Gomes *et al.* (2008) e Schraiber (2002), há vários “motivos” que disparam às agressões: a não obediência ao homem, não cuidar adequadamente da casa e dos filhos, questionar as decisões do parceiro, negar sexo, entre outros. Ainda segundo Ferrari (2002), a necessidade de dominar e controlar o parceiro é a força principal que alimenta a violência entre casais.

Ao observarmos cotidianamente, muitas mulheres aceitam as reivindicações de seu companheiro para ter um relacionamento em “paz”, outras, resistem e acabam definitivamente sofrendo punições. Em geral, é comum confidências em que referem que o apoio dos familiares, é um fator importante na tomada de decisão para conseguirem abandonar o relacionamento abusivo. Entretanto, em algumas situações isso não lhes trará segurança, já que muitos parceiros perseguem suas ex-companheiras justamente devido ao abandono.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) traz que o país teve 1350 feminicídios, no ano de 2020, dos quais 81,5% as vítimas foram mortas por companheiros ou ex-companheiros, como se pode observar na figura 2, apresentada a seguir.

Figura 2: Violência contra meninas e mulheres.



Fonte: Reprodução Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

É pertinente observar que as mulheres que vivem relacionamentos abusivos têm sua saúde e autoestima afetadas, o que acarreta um prejuízo individual, bem como coletivo, sendo mais propensas a desenvolverem depressão, ansiedade, entre outras doenças e agravos de cunho psicológico.

A Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), é um marco de reconhecimento dos direitos das mulheres no Brasil, sendo pioneira na proteção delas. Embora muitos avanços tenham sido alcançados com essa lei, ainda assim, segundo dados do Atlas da Violência (2021), em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. O número ficou bastante abaixo dos 4.519 homicídios femininos registrados em 2018, com uma redução de 17,3% nos números absolutos. A diminuição no número geral de homicídios também foi de 21,5% em comparação com o ano anterior.

A notícia aparentemente positiva da redução da violência letal que atinge as mulheres, requer, no entanto, ser vista com atenção, já que houve um crescimento expressivo dos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), 35,2% de 2018 para 2019, um total de 16.648 casos no último ano. Especificamente para o caso de homicídios femininos, enquanto o SIM/DataSUS indica que 3.737 mulheres foram assassinadas no país em 2019, outras 3.756 foram mortas de forma violenta no mesmo ano, mas sem indicação da causa – se homicídio, acidente ou suicídio – um aumento de 21,6% em relação a 2018. E ainda segundo o Atlas da Violência (2023, p. 3):

Em 2021, de acordo com os registros oficiais do Ministério da Saúde, 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil. Especificamente durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país. Ao longo do período mais intenso da pandemia de Covid-19, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública produziu uma série de pesquisas que mostraram uma diminuição nos registros policiais de crimes relacionados à violência doméstica contra mulheres, como lesões corporais, ameaças e estupro. Ou seja, durante este período houve maior dificuldade de acesso às delegacias, equipamentos fundamentais para a proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, com um possível resultado final sendo a violência letal.

Esses dados demonstram que durante o momento pandêmico, com muitas delegacias fechadas, várias mulheres foram agredidas e não puderam contar com nenhum apoio ou proteção.

Em uma pesquisa realizada por Schraiber, d'Oliveira e Couto (2009), evidencia-se que um em cada cinco homens afirmam ser machistas. O machismo é aqui tomado como um sistema de ideias e valores que institui, reforça e legitima a dominação do homem sobre a mulher. Esta “incorporação da dominação”, para Bourdieu (1999), dá-se à custa de um duro e incessante trabalho de reprodução para o qual contribuem agentes específicos e instituições. Vivemos em uma sociedade patriarcal, misógina, de relações hierárquicas e desiguais, em que muitas mulheres são dominadas por homens.

Dentro da violência de gênero, algumas outras violências são cometidas, entre elas, a violência sexual. Em qualquer modalidade as violências são fontes de devastação emocional, psicológica e física trazendo inúmeras consequências às vítimas.

O documento *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas do Ministério dos Direitos Humanos*, define a violência sexual como:

Toda ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais no casamento ou em outros relacionamentos, com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. A violência sexual é cometida na maioria das vezes por autores conhecidos das mulheres envolvendo o vínculo conjugal (esposo e companheiro) no espaço doméstico, o que contribui para sua invisibilidade. Segundo o Mapa da Violência/ Homicídio de Mulheres no Brasil (2015) para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando 50% de todos os casos registrados. Para as adolescentes, de 12 a 17 anos de idade, o peso das agressões divide-se entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros. (23,2%). Há também a violência sexual contra criança e adolescentes igualmente dentro do ambiente familiar ou com terceiros (Brasil, 2018, p. 17-18).

Segundo as denúncias registradas no Disque Direitos Humanos, o Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), relatório este de 2019 aponta que:

A Violência sexual contra crianças e adolescentes correspondeu a 11% dos 159 mil registros feitos pelo canal do Governo, ao longo de 2019. Foram registradas um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade. A maior parte delas é de abuso sexual (13.418 casos), mas há denúncias também de exploração sexual (3.675). Os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas. De acordo com o Ministério, em 73% dos casos, o abuso sexual ocorre na casa da própria vítima ou do suspeito e é cometido por pai ou padrasto em 40% das denúncias. O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros. Igualmente, de idade adulta, entre 25 a 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 a 17 anos, do sexo feminino, em 46% das denúncias recebidas (Brasil, 2019, p. 53).

O contexto familiar deveria ser um ambiente acolhedor para todas as pessoas, sejam estas, criança ou adolescente, o idoso, a mulher, entre outros. Para Sanderson (2005), 87% das violências sexuais infantis são perpetradas por pessoas conhecidas da criança, familiar, vizinho ou amigo da família. Considerando isso, a escola é apontada enquanto instância com potencialidade protetiva das crianças, visto que muitas estão suscetíveis a sofrer violência no âmbito familiar (Leão, 2020). Em seu trabalho, Leão se volta a problematizar este tema, expõe que quando as crianças e adolescentes não são informados e educados no tema da sexualidade, crescem despreparados para lidar com as questões que envolvem a temática, inclusive, não conseguem se defender diante de situações de grande vulnerabilidade, como é o caso da violência sexual.

Convém lembrar que não se pode negligenciar o fato de que todas as pessoas ingressam na escola não se despem de sua sexualidade, uma vez que isso não é possível, pois a escola é um espaço onde se produz corpos generificados (Leão; Ribeiro, 2011). Nela, o silenciamento fala e os olhares estipulam condutas.

Como acena Louro (2004, p. 61), todos os movimentos e gestos que são produzidos no espaço escolar, são incorporados pelo alunado. É na escola que os sentidos são treinados, e é onde se aprende a preferir, a achar algo decente ou indecente, se aprende a quem e como tocar, ou na maioria das vezes não tocar. Todas essas lições produzem diferenças e por essas são atravessadas. Todos reagem, recusam ou aceitam essas aprendizagens. Portanto, deveríamos estar discutindo e problematizando acerca da sexualidade, dando aparato para nossas crianças e jovens de maneira que tenham ciência do que seja violência sexual e de como procurar auxílio (Leão, 2020), de maneira a ajudá-los a serem atentos com seu próprio corpo e com o do outro, respeitando e cuidando, e denunciando, quando incidir ações inapropriadas.

Conforme discorre Foucault (1998, p. 30-31),

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se.

Precisamos ter uma postura aberta para os questionamentos e reconhecimento dos diversos pontos de vista e valores, levando crianças e adolescentes, meninas e mulheres a refletirem e construir seu ponto de autorreferência. Faz-se necessário uma abordagem da educação em sexualidade que seja democrática. Segundo Vilaça (2016, p. 33):

Esta abordagem assente em estratégias que visam a melhoria da comunicação e a criação de relações dialógicas que visem a valorização dos/as participantes através da criação de ambientes comunicativos emancipatórios e transformadores da realidade, é construída sobre um conceito positivo e amplo de saúde sexual, que engloba a prevenção de doenças e a promoção da saúde sexual a partir do “empowerment” (empoderamento) dos indivíduos para controlarem quer os seus estilos de vida quer as suas condições de vida.

A escola é um ambiente no qual as crianças e adolescentes passam boa parte de suas vidas, sendo lugar propício para tratar as questões de sexualidade, gênero e violência (Leão, 2020). A pesquisadora acrescenta que a escola tem potencialidade protetiva e preventiva, podendo auxiliar no trabalho de prevenção para a não incidência da violência, a qual passa pela discussão de sexualidade e de gênero.

Na concepção de Leão e Ribeiro (2011, p. 267-268), a escola muitas vezes acaba disseminando um saber sobre gênero,

[...] a escola, por ser uma das principais instâncias sociais que a criança permanece, deve contribuir para sobrepujar tais estereótipos. Contudo, muitas vezes ela acaba disseminando-o, sendo que isso ocorre: pelas filas distintas para cada gênero; brinquedos diferentes para os meninos e para as meninas; das cores das portas dos banheiros; pelo tratamento distinto dispensado às crianças de acordo com o gênero - meninas são acalentadas quando choram, já os meninos são censurados - por não dar espaço às perguntas de cunho sexual, entre outros modos.

Quando se fala em famílias é preciso lembrar que há diversas configurações familiares, tais quais: patriarcal, nuclear, monoparental, adotiva, homoafetiva, plural, entre outros, cada qual constroem seus valores das mais variadas maneiras, e, compreender, dialogar e refletir fortalece a sociedade.

O artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988), e o artigo 4º do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), definem os direitos da população infantojuvenil brasileira, bem como os responsáveis por garanti-los. O ECA coloca que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990).

A violação desses direitos, torna-se delito no Código Penal, como consta no ECA:

Nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, art. 5º).

Pensando na violação do direito das crianças e adolescentes como educadores e, acima de tudo, como humanos, não podemos ser negligentes, o que implica que precisamos falar da sexualidade não apenas do ponto de vista biológico, mas, sobretudo, sobre a ótica psíquica e social. Precisamos notificar casos de violência sexual, sendo necessário compreender a importância de agir perante o agressor e denunciar o crime e, ainda reconhecer que profissionais de diversas áreas da sociedade devem atuar nessa prevenção, incluindo a família. (Santos, Leão, Desidério, 2019, p. 36).

Para Leão e Ribeiro (2011), o ensino que trata das temáticas da sexualidade contribui para a formação de crianças e adolescentes preparados para lidar com esse tema, e previne problemas de violências. Aliás, tem-se várias notícias de questões sociais trágicas relacionadas a esta temática: mulheres espancadas e assassinadas, homossexuais violentados e até assassinados, crianças e adolescentes, entre outros inúmeros, sendo vítimas de violências de todos os tipos. Sendo assim, é preciso que sejam assuntos realmente problematizados dentro das escolas, nas redes sociais e em todos os âmbitos sociais.

Através das regras, dos permitidos e proibidos, das falas, dos silenciamentos, vamos ensinando meninos e meninas a serem de determinadas maneiras e adotarem práticas e pensamentos diversos. É necessário problematizar as representações de gênero e de poder já que são culturalmente produzidas e precisam ser alteradas.

A prevenção primária tem abordagens que visam evitar a violência antes que ocorra, e é nessa prevenção que devemos investir mais esforços e é este o foco deste trabalho, pois a prevenção é que fomenta a não incidência da violência, isso demanda que ações, precisam ser efetuadas para a conscientização acerca deste fenômeno. Quando falamos nas mulheres, o trabalho de prevenção passa por programas que devem ser desenvolvidos na sociedade, como rodas de conversas, palestras, oficinas, entre outros.

A educação sexual é um trabalho imprescindível no processo educativo, por meio da qual, é possível o desenvolvimento de ações voltadas a prevenção primária da violência sexual, formando meninos e meninas para que entendam o que se passa com seus corpos e esclarecendo o que são atitudes abusivas (Leão, 2020; Spaziani; Maia, 2015).

Neste cenário, cabe mencionar que a violência sexual é um delito contra crianças e adolescentes, considerada um crime na legislação brasileira. De acordo com Faleiros e Faleiros (2008, p. 38-39), o adulto agressor por ter poder sobre as crianças e adolescentes destrutura suas identidades, sendo isso um comportamento perverso. Nessa violência, se deturpa as relações socioafetivas, transformando-as em relações erotizadas, violentas, criminosas e genitalizadas.

Confunde nas vítimas os papéis dos adultos com suas representações sociais de pai, avô, tio, religioso, empregador, quando se tornam violentadores sexuais. Torna, ainda, as relações sociais em desumanas, negligentes, agressivas, narcisistas, dominadoras, controladoras, perversas e desestruturadoras. No ser violentado as estruturas morais, sociais e psíquicas ficam deturpadas. Trazendo tantos prejuízos a crianças e adolescentes, não podemos nos calar acerca deste tema. É preciso que falemos cada vez mais em espaços diversos e que possamos atingir o maior número de pessoas possíveis para que assim consigamos gerar enfrentamentos visando atenuar a incidência da violência.

Necessitamos desestabilizar práticas que regulam as identidades e fortalecem atitudes que oprimem ou privilegiam uma pessoa em detrimento da outra, seja pela raça, condição social ou pelo gênero.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) usando dados do Ministério da Saúde, fez uma análise sobre os registros de violência sexual, e concluiu que 89% das vítimas são do sexo feminino e em sua maioria têm baixa escolaridade. Do total dos casos, 70% das vítimas são crianças e adolescentes tendo como agressores pessoas próximas, parentes ou conhecidos da vítima.

Trouxemos o tema da violência sexual voltado às crianças e adolescentes, visto que nossas participantes, um dia estiveram nesta fase, todas nós, e certamente quando ensinadas desde mais tenra infância sobre estas questões, prevenimos as violências relacionadas ao gênero.

Quando nos deparamos com dados como do IPEA, entendemos a necessidade de se trabalhar com a temática da sexualidade, com as questões de igualdade de gênero, de forma a promover espaços que contribuam para o empoderamento das pessoas, de crianças e adolescentes e, especificamente, nesse trabalho de mulheres.

De acordo com Meyer (2004, p. 15-16) o conceito de gênero remete a uma construção cultural, linguística e social que diferencia mulheres de homens. Essa abordagem, considera que os símbolos, as instituições sociais, as normas, leis e políticas de uma sociedade são atravessadas por representações do que é o feminino e o masculino, implicadas na sua manutenção, produção e resignificação.

É importante destacar que as questões de gênero são construções sociais e históricas. A forma como uma comunidade compreende e vivencia a igualdade de gênero pode ter impactos profundos em seu contexto social, seja perpetuando formas estruturais de violência de gênero, seja promovendo novas perspectivas pautadas no respeito, na equidade e na transformação social.

Segundo Saffioti (1989, p. 18), a violência sexual é um problema de gênero e os homens violentam mulheres e crianças para que se submetam “[...]aos desígnios do macho adulto. Esta sujeição deve ser mais rigorosa no caso da menina, a fim de que ela não coloque em xeque a dominação masculina”. Em outras palavras, esta masculinidade é hegemônica.

Precisamos problematizar as formas como os gêneros têm sido representados nas escolas, nos lares, nas mídias, nas redes sociais e em todos os espaços, porque nossa sociedade ainda é machista e patriarcal, e define desde muito cedo, os papéis sociais que os meninos e as meninas devem exercer. Isso é muito grave, como expressa Leão (2022), considerando-se que meninas são ensinadas, ainda hoje, a se submeterem aos desígnios dos homens o que as deixa em uma situação de vulnerabilidade às agressões de todo tipo, uma vez que a violência tem como um dos marcadores de incidência a relação de poder, devido a vigência do patriarcado.

Saffioti (2004, p. 57-58), elucida o motivo de se manter a terminologia patriarcado para referir-nos à dominação do homem sobre a mulher:

(1) não se trata de uma relação privada, mas civil; (2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. (...) No Brasil, [...] o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça; (3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; (4) tem uma base material; (5) corporifica-se; (6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Muitas vezes naturalizamos o que é social e se destina aos corpos femininos e masculinos, atribuindo os significados e universalizando-os. Contudo, isso também é aprendido e é no espaço do diálogo que são construídas e desconstruídas tais atitudes. Por isso, a educação é imprescindível se utilizada para a equidade, um processo socializador que busque de fato eliminar barreiras socioculturais de dominação, exclusão e discriminação.

Para Louro (2004), a escola por fazer parte de uma sociedade que discrimina, desempenha um papel importante nessa construção, uma vez que produz e reproduz desigualdades de gênero, etnia, entre outras. Além disso, o processo de ensino e aprendizagem é atravessado por normas e imposições sutis que legitimam e reiteram a constituição das identidades de gênero.

Em todos os espaços sociais crianças e adolescentes são vigiados e têm seus comportamentos classificados segundo normas e padrões sociais. Há um disciplinamento do corpo, de forma sutil, discreta e constante, com a finalidade de formar homens e mulheres aptos a conviver em harmonia com o grupo social a que pertencem.

Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2009), traz instigantes reflexões acerca da disciplina que visa tornar as pessoas subservientes, não lhes dando espaço para refletir ou contestar. Nos dizeres do autor,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 2009, p. 163).

A questão que podemos trazer a partir disso, é o que de fato desejamos enquanto sociedade? Corpos “dóceis” e submissos, pessoas violentadas e caladas? Ou pessoas reflexivas e de atitude? Ademais, e por que pensar nas mulheres? Porque elas receberão desde cedo aquilo que é destinado a elas nessa sociedade da subalternização e da desigualdade de gênero. Precisamos prevenir para que não aceitem sob nenhum pretexto, qualquer tipo de violência, seja ela de ordem psicológica, sexual ou física. Para que tenhamos uma geração forte de mulheres, que saibam fazer suas escolhas, que sejam conscientes, alertas, informadas, prevenidas e, sobretudo, empoderadas.

À vista disso, propomos no presente trabalho analisar as redes sociais Instagram e Facebook, enquanto um recurso de difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino, e caracterizar as percepções do público feminino adulto, usuário dessas redes sociais, sobre a igualdade de gênero, redes sociais e empoderamento feminino. E, para além disso, criar e disponibilizar uma música voltada ao empoderamento feminino.

Para McKee (2012), os pesquisadores em educação sexual se concentram na educação formal, enquanto os jovens aprendem sobre sexualidade por vários meios, incluindo a mídia de entretenimento, uma vez que estão imersos nesse mundo midiático e nele encontram as respostas que procuram.

Uma das maneiras pelas quais podemos fazer isso é pela disponibilização de conteúdos relevantes que possam informar as pessoas do que seja esta violência, de maneira que saibam identificar e agir. A música é um profícuo recurso e pode ser empregada enquanto instrumento preventivo às violências. Cabe dizer que campanhas já ocorreram neste sentido, direcionadas à violência sexual infantil (Bahia, 2019). No caso de nossa pesquisa, o intento é atingir o público feminino adulto, usuárias das redes sociais, sendo notável constatar, uma escassez de materiais musicais voltados a tratar da temática de maneira direcionada, lúdica e educativa.

De fato, o que se tem muito para essa faixa etária é o oposto, músicas que são produzidas em todos os gêneros musicais, sobretudo no Pop musical, as quais expõem o corpo

feminino, objetificando-o. Nessas músicas, as mulheres são tratadas como objeto de satisfação do prazer masculino.

De acordo com Brito (2011), a música é uma forma de linguagem que faz parte da cultura humana desde tempos muito remotos, compõe o conhecimento humano, sendo uma forma de expressão e comunicação que se realiza por meio da apreciação e do fazer musical. Ainda segundo a autora, os bebês, as crianças e, também os adultos interagem permanentemente, com o universo sonoro circundante e, por consequência, com a música. Ouvir, cantar e dançar são atividades presentes na vida de todos os seres humanos, com maior ou menor intensidade.

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia (Brasil, 1998, p. 45).

Por ser a música tão presente na vida das pessoas no cotidiano, seu uso pode tornar o ensino de qualquer disciplina, conceito ou expressão, mais lúdico e agradável, pode ser um relevante artefato cultural e educativo.

Observamos que a música é uma expressão cultural que molda e forma as mentalidades, portanto as pessoas de todas as idades, raças e etnias, produz sentidos e dão significações às suas experiências por meio das músicas que ouvem.

Segundo Kellner (2001), a cultura da mídia passou a dominar a vida contemporânea o que contribui para uma pedagogia cultural, ensinando comportamentos, pensamentos e sentimentos. Em acordo com isso, percebemos que parte considerável das pessoas passam grande parte do seu tempo ouvindo rádio, convivendo com músicas, lendo notícias, fazendo compras, indo a cinemas, participando de várias formas de cultura veiculadas pelos meios de comunicação. Toda essa cultura midiática e de consumo atuam gerando pensamentos e comportamentos ajustados a valores e as práticas vigentes.

Compete observar que os temas relacionados à sexualidade, como as questões da violência de gênero, violência sexual, patriarcado, empoderamento feminino, entre outros, podem gerar algum tipo de desconforto, e, neste sentido, a música pode ser facilitadora, sendo um meio de abarcar este assunto de maneira educativa, esclarecedora e lúdica.

Para Schaller (2005, p. 64-69), a música provoca prazer e remete a lembranças, há melodias que transmitem significados. Precisamos, portanto, produzir e consumir músicas de

qualidade, em que as letras desmistificam o corpo objetificado feminino, de forma a ter letras que trazem à tona o valorizado e o real significado do empoderamento feminino.

Existem muitos benefícios quando utilizamos a música enquanto recurso didático e cultural. Ela facilita a participação e o envolvimento das pessoas com a atividade proposta, tornando-a lúdica e atrativa, no caso de utilizar na escola. Entendemos a música como um elemento estratégico para trabalhar com a prevenção primária da violência de gênero. À vista do exposto, pretendemos no presente trabalho desenvolver um material musical voltado ao empoderamento feminino, visando torná-lo público e de fácil acesso às mulheres, no Youtube e nas redes sociais.

Sem desconsiderar a importância de se fazer educação sexual para todos os públicos, a começar na infância, essa pesquisa se volta especificamente às mulheres cis. Na maioria dos países elas correm mais risco de serem violentadas, tanto por violência sexual, quanto por prostituição forçada, o que acentua a relevância de estudos abarcando-as.

Nesta direção, interessa-nos conhecer o que tem sido difundido em páginas do Instagram e Facebook acerca da igualdade de gênero e empoderamento feminino, atrelado a compreensão das mulheres usuárias dessas redes sociais diante desses temas.

1.1 Objetivo Geral

Analisar as redes sociais Instagram e Facebook como um recurso de difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino, e as opiniões do público feminino adulto usuário dessas redes sociais sobre a igualdade de gênero, redes sociais e o empoderamento feminino. Ademais, elaborar uma música, voltada ao empoderamento feminino, considerando a escassez de materiais desta natureza a ser divulgada enquanto relevante dispositivo protetivo nas redes sociais.

1.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar os valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino difundidos por algumas páginas das redes sociais Instagram e Facebook;
- b) Identificar como mulheres usuárias dessas redes sociais entendem e conceituam a igualdade de gênero, e o empoderamento feminino;
- c) Criar e disponibilizar nestas redes sociais, material musical produzido para o empoderamento feminino.

SEÇÃO 2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Feminismos

A História pode ser contada de diversas maneiras, a depender da narrativa e do que se deseja ressaltar. No movimento feminista isso não é diferente e, por esse motivo, adotamos o termo no plural, movimentos feministas, porque possui várias vertentes e frentes de lutas, é um movimento não linear e complexo. Há vertentes nos campos: filosófico, político, cultural, há lutas pela saúde, educação, por direitos iguais, direito ao corpo.

É um movimento que surgiu no século XIX com as Revoluções Francesa e Americana, e vai da Europa para o mundo. Nasce no meio das mulheres intelectualizadas da época, pertencentes à elite, em que o foco era a luta pela participação política, a fim de que as mulheres pudessem votar e serem votadas. Essas mulheres ficaram conhecidas como sufragistas.

Vamos abordar em nosso trabalho as ondas dos feminismos, sendo que é importante frisar que essas ondas não foram uniformes e nem aconteceram nos mesmos anos e com os mesmos objetivos. Há diferentes momentos vivenciados, em diferentes países, ao longo do tempo. O texto abaixo sobre o panorama histórico é fruto da leitura de Felgueiras (2017) e Costa e Sardenberg (1994).

Pioneira no feminismo, Nísia Floresta, nascida no Rio Grande do Norte, republicana, feminista e abolicionista, autora do livro: “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, publicado 1833. Em seu livro, na página 35, ela traz que os homens se beneficiam oprimindo as mulheres, que se fossem questionados sobre o que sentem a respeito do nosso sexo, diriam que fomos criadas para seu uso e prazer, procriar e nutrir nossos filhos (Floresta, 1989). Segundo a autora, a única maneira de não sermos meros objetos, seria por meio da educação, Nísia é então responsável por fundar a primeira escola para meninas no Brasil em 1838.

Na base da primeira onda do movimento feminista, tem-se a busca pelo direito político. No Brasil essa frente dos direitos cívicos foi liderada por Bertha Lutz.⁶ A luta se estendeu pelo século XX, e o Estado do Rio Grande do Norte foi pioneiro na luta pelo voto feminino e em 1927, Celina Guimarães conseguiu o direito a votar e outras mulheres, inspiradas por ela, fizeram o mesmo, embora após as eleições o voto feminino foi anulado pela Comissão de Poderes do Senado.

⁶ Bertha Maria Júlia Lutz (São Paulo, 2 de agosto de 1894 – Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1976) foi uma ativista feminista, bióloga, educadora, diplomata e política brasileira. Foi uma das figuras mais significativas do feminismo e da educação no Brasil do século XX. Internacionalmente, ela integrou a delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco, nos Estados Unidos, em 1945, onde lutou para incluir menções sobre igualdade de gênero no texto da Carta das Nações Unidas.

Em 1928, Alzira Soriano, candidatou-se a prefeita de Lajes e foi eleita, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo político no Brasil. Em 1932, no governo de Getúlio Vargas o voto feminino foi aceito e na constituição de 1946, as pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos puderam votar. Somente em 1985 é que homens e mulheres analfabetos conquistaram o direito ao voto.

A partir da década de 1940, as mulheres começam a lutar por melhores condições de saúde, e a exigir creches e escolas para seus filhos a fim de que pudessem trabalhar.

Nas décadas de 1960-1980, há um movimento revolucionário mundial, onde o conservadorismo é posto em xeque e questiona-se hierarquias. Em nosso país, o que tínhamos era a ditadura e o que mais buscava-se era a democracia. Há um movimento emergente neste período, de mulheres, lésbicas e gays de ampliarem suas liberdades pessoais. Uma das conquistas desse período é o uso da pílula anticoncepcional, o que mudou os relacionamentos íntimos das pessoas de várias gerações, no Brasil a pílula começou a ser comercializada em 1962.

Nesse momento temos a segunda onda do feminismo, que tem por slogan "O pessoal é político", em que um grupo de feministas estavam preocupadas com a igualdade entre os sexos e as mulheres eram incentivadas a combaterem os valores sexistas de poder. Há a luta contra a supremacia masculina e as violências, ampliação da cidadania e direito à sexualidade e ao prazer.

Ao longo da década de 1970 há uma conquista nos espaços institucionais, em que ocorre a participação de mulheres na política, conhecida como bancada feminina. Em 1972, mulheres, sobretudo professoras universitárias, se organizam para refletir acerca da condição feminina na sociedade e em 1975, na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte, organizou-se uma mesa sobre o tema mulher e desse evento outros movimentos surgiram em vários estados do Brasil, na perspectiva de se pensar o feminino.

É também no ano de 1975 que a ONU, estrutura a Primeira Conferência Mundial sobre Mulheres, no México, onde fica declarado o Ano Internacional das Mulheres.

Na década de 1980, emergem as pautas das violências e saúde e surgem inúmeros apoios à mulher vítima da violência e grupos que discutem sobre políticas públicas.

Em 1984, o Ministério da Saúde cria o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), e propicia a realização da I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher em 1987.

Por pressão do movimento feminista, o presidente José Sarney, encaminha um projeto de lei ao Congresso para a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Em agosto de 1985, o projeto de lei n. 7.335 é aprovado e vincula o CNDM ao Ministério da Justiça, e passa a existir o orçamento e recursos humanos para políticas públicas específicas para a mulher e muitas reivindicações na área do direito da mulher são aprovadas.

Diante de notícias de assassinatos de mulheres, o movimento feminista dá visibilidade à luta contra a violência doméstica, com o bordão: quem ama não mata e acaba impulsionando em 1985, a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAMs).

Em 1989, o governo Collor acabou com a autonomia administrativa e financeira do CNDM e desmantelou o órgão. No ano de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e o CNDM foi vinculado a essa secretaria, pela lei 10.683 de 28 de maio de 2003. Com isso, houve um aumento da representatividade política das mulheres. Carneiro (2003), retrata a importância dessa frente pela

Luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas (Carneiro, 2003, p. 117).

Em termos globais, em meados do século XX, havia uma efervescência de movimentos. É desse período o famoso livro de Simone de Beauvoir: *O Segundo Sexo*. Ela era uma filósofa francesa, o livro foi publicado originalmente em 1949, é considerado uma das obras mais influentes do feminismo moderno. No livro, Beauvoir (1949) investiga a condição da mulher na sociedade a partir de uma abordagem filosófica, histórica, sociológica e existencialista. Uma de suas ideias centrais é a de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, o que significa que a identidade feminina não é uma consequência biológica, mas uma construção social imposta ao longo da vida. Com isso, ela denuncia como a cultura, a educação e as instituições moldam a mulher como o “Outro” em relação ao homem, que é visto como o sujeito universal.

Beauvoir divide a obra em duas partes principais: na primeira, analisa como a mulher foi representada ao longo da história, da mitologia à psicanálise, e na segunda, discute a experiência concreta das mulheres, da infância à velhice, em um mundo dominado pelo

patriarcado. Ela aponta como as estruturas sociais limitam a liberdade feminina e encoraja as mulheres a romperem com a passividade que lhes foi historicamente atribuída.

Na época de seu lançamento, "O Segundo Sexo" causou enorme impacto e também muita controvérsia. Em uma sociedade ainda profundamente conservadora no pós-Segunda Guerra Mundial, o livro confrontava diretamente os papéis tradicionais atribuídos às mulheres como esposas, mães e donas de casa. A obra abriu caminho para os debates que viriam a marcar a segunda onda do feminismo nas décadas seguintes, especialmente os que tratam da autonomia do corpo feminino, do trabalho e da identidade de gênero.

A importância do livro está em seu poder de questionar e desestabilizar as certezas sociais da época, oferecendo uma análise profunda sobre o que significa ser mulher em uma sociedade patriarcal. Até hoje, é leitura fundamental para quem deseja compreender as bases do feminismo contemporâneo e os mecanismos de opressão que ainda persistem.

Neste período também aconteceram as manifestações americanas de queima de sutiãs, lideradas por Beth Friedman.⁷

A terceira onda do feminismo é considerada a partir da década de 1990, e é marcada pela interseccionalidade de raça, classe social e gênero, mostrando que as mulheres vivem em realidades diferentes a depender desses fatores. Convém lembrar que não se pode lutar apenas por uma causa, pelo prisma do gênero, porque ser mulher, negra e pobre é bem diferente do que ser mulher, branca e da classe média, é preciso um olhar apurado para essas diferentes realidades.

Para a autora Kimberle Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade pretende abordar todas as formas de subordinação e opressão das minorias e a luta vem nesse sentido contra o machismo, sexismo, misoginia, transfobia,

⁷ **Betty Naomi Goldstein**, mais conhecida como **Betty Friedan**, (Peoria, 4 de fevereiro de 1921 — Washington, 4 de fevereiro de 2006) foi uma importante ativista feminista estado-unidense do século XX. Participou também de movimentos marxistas e judaicos. Em 1963, publicou o livro "*The Feminine Mystique*" ("A Mística Feminina"), um best-seller que fomentou a segunda onda do feminismo, abordando o papel da mulher na indústria e na função de dona de casa e suas implicações tanto para a sobrevivência do capitalismo, quanto para a situação de desespero e depressão que grande parte das mulheres submetidas a esse regime sofriam. Foi também cofundadora da Organização Nacional das Mulheres, nos Estados Unidos. É considerada uma das feministas mais influentes do século XX.

LGBTfobia, racismo, etarismo, capacitismo, entre outros. É a luta pela libertação de todo e qualquer tipo de preconceito. Não há sobreposição de nenhuma opressão, e até normalmente há várias dominações ao mesmo tempo a depender da experiência de cada pessoa.

O conceito de interseccionalidade, quando bem utilizado, serve para matizar as categorias de maneira a não torná-las binomiais.

Dentro disso, temos o movimento feminista negro, que surge com pautas, até então não trazidas pelo movimento feminista (Collins, 2016). A autora traz que por muito tempo mulheres negras ocuparam posições marginais em ambientes acadêmicos. Ela descreve o significado sociológico de três temas: 1) a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras; 2) a natureza interligada da opressão; 3) a importância da cultura das mulheres afro-americanas.

Após considerar como mulheres negras, em suas posições de *outsider within*⁸, tratam destes temas chaves com o objetivo de criar distintas perspectivas quanto aos paradigmas sociológicos existentes, ela sugere que outros sociólogos iriam se beneficiar ao depositar mais confiança no potencial criativo de suas próprias biografias pessoais e culturais.

O que chama a atenção nesse texto é a análise de Collins sobre a influência do feminismo negro para questionar paradigmas hegemônicos da produção intelectual, que afasta as mulheres negras desse lugar. Já que o que se leva em conta é uma ideologia branca e eurocêntrica de produção, onde os saberes tidos como não ocidentais são ignorados. E quando encontramos textos dessas mulheres negras na academia, eles têm papel “estrangeiro”, como aponta a autora.

A trajetória pessoal é associada à produção intelectual de muitas mulheres negras, principalmente quando escrevem sobre as questões raciais e, isso muitas vezes é mal visto pelas pessoas de classes dominantes.

Collins (2016), fala que as *outsiders within*, encontram rotas não convencionais nos temas que investigam, e há muita criticidade científica no que elas escrevem.

Desde o movimento dos direitos civis e do feminismo, as ideias de mulheres negras têm sido cada vez mais documentadas e tem atingido um público mais amplo. Collins definiu autodefinição e autoavaliação:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (Collins, 2016, p. 102).

⁸ O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optamos por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”.

Quando os grupos são estereotipados a ideia é que se faz isso para desumanizar e dominá-los, o que está na base da superioridade e inferioridade. A importância das mulheres negras se autodefinirem e se autoavaliarem está segundo Collins, na consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado, é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial dos sistemas de dominação.

Há uma interligação de opressão entre raça, gênero e classe, sendo assim, mesmo que se minimize uma forma de opressão, o que é segundo a autora essencial, ainda assim, existem outras formas igualmente desumanizadoras.

E para a autora um terceiro elemento chave que caracteriza o pensamento feminista negro é o de redefinir e explicar a importância da cultura da mulher negra. De acordo com Collins:

Ao fazer isso, feministas negras não apenas desvendaram uma área anteriormente inexploradas da vivência das mulheres negras, mas também identificaram áreas concretas de relações sociais, nas quais mulheres afro-americanas criam e transmitem autodefinições e autoavaliações que são essenciais para lidar com a simultaneidade de opressões que vivenciam (Collins, 2016, p. 110).

Ainda de acordo com a autora, muitos indivíduos podem aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, minorias religiosas e sexuais e todos os demais indivíduos. Muitas feministas negras estão usando o potencial criativo de seu status de *outsider within* de forma sábia. Ao fazê-lo, aproximam-se de si mesmas e associam suas disciplinas à visão humanista implícita de seus trabalhos, isto é, a liberdade tanto de ser diferente, como de fazer parte da solidariedade humana.

Ainda em consonância com Collins, no Brasil, temos a autora Sueli Carneiro que traz inúmeras contribuições sobre a pauta da luta racial dentro da luta de gênero.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras (Carneiro, 2003).

Como mencionamos anteriormente, falamos em feminismos exatamente porque existem pautas relevantes, a depender do contexto que se está inserido, a classe e a raça a que se pertence.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (Carneiro, 2003).

A citação de Sueli Carneiro revela a complexidade das lutas identitárias quando se sobrepõem questões de raça e gênero, especialmente no contexto brasileiro. A consciência de que a opressão vivida pelas mulheres negras não pode ser plenamente representada nem pelo feminismo hegemônico, centrado na experiência das mulheres brancas, nem pelos movimentos negros que por vezes relegam o gênero a segundo plano, levou essas mulheres a uma atuação política interseccional. Nesse sentido, elas não apenas denunciaram a ausência de solidariedade intragênero por conta do racismo, como também desafiaram a solidariedade racial que ignorava as desigualdades de gênero. A luta das mulheres negras, portanto, foi e continua sendo fundamental para ampliar o entendimento sobre as múltiplas formas de opressão, exigindo que tanto o feminismo quanto o movimento negro revisem suas pautas a partir de uma perspectiva que reconheça a interdependência entre raça, gênero e classe.

Em 1995, a ONU organizou em Beijin, na China, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, com o tema: "Igualdade, desenvolvimento e paz".

No campo do Estado, essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. À revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. [...] Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal (Sarti, 2004, p. 47).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, foi um marco histórico na luta pelos direitos das mulheres em escala global. A conferência reuniu representantes de 189 países e milhares de organizações da sociedade civil, culminando na criação da Plataforma de Ação de Beijing, um documento que estabeleceu diretrizes e compromissos concretos para a promoção da igualdade de gênero. A citação de Sarti destaca como, no caso brasileiro, esse momento foi também de avanço político e institucional: mesmo enfrentando resistências dentro do próprio

Estado, as feministas conseguiram articular uma estratégia que garantiu participação ampla na elaboração do informe oficial do Brasil, algo inédito até então.

Esse processo de articulação foi fundamental para inserir as pautas feministas na agenda pública brasileira de forma mais estruturada e legítima. A aprovação da Plataforma de Beijing pelo governo brasileiro sem ressalvas simbolizou não apenas um compromisso formal com os direitos das mulheres, mas também o reconhecimento da importância da sociedade civil organizada como parceira na formulação de políticas públicas. A partir desse ponto, como ressalta Sarti, houve uma abertura maior dos organismos estatais para incorporar as demandas femininas, o que fortaleceu o diálogo entre movimentos sociais e instituições estatais, e contribuiu para a institucionalização de políticas de gênero no Brasil. A Conferência de Beijing, portanto, consolidou um novo patamar de visibilidade e articulação política para o feminismo internacional e, especialmente, para o brasileiro.

Não há consenso nos estudos, mas, fala-se hoje em uma quarta onda do Movimento feminista, a partir de 2010. Na contemporaneidade há um crescente aumento do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com o ciberativismo⁹, o incremento do uso das redes sociais, como Instagram e o Facebook, que possibilitam que um grupo de pessoas, que vivem em espaços diferentes, passem a se relacionar virtualmente e, com isso, expõem suas ideias e compartilham seus propósitos.

Com o avanço das tecnologias digitais, muitos movimentos coletivos de grupos minoritários passaram a atuar também no ambiente virtual. Comunidades online foram criadas, permitindo que pessoas, independentemente de onde estejam, possam se conectar e compartilhar vivências, ideias e estratégias de mobilização. Como resultado, houve uma significativa expansão das pautas feministas, bem como a disseminação de propostas de ação em escala global, fortalecendo a articulação entre ativistas e ampliando o alcance das lutas por igualdade de gênero.

O ciberfeminismo ainda é um conceito aberto e múltiplo entre as feministas. Para alguns autores é apresentado como uma ferramenta que propicia o empoderamento (Martin; Valenti, 2012; Keller, 2015), para outro é a conexão entre mulheres e o ciberespaço (Plant, 1997). No ciberfeminismo as mulheres encontram espaço para argumentarem e se posicionarem em relação aos dilemas de ser mulher em uma sociedade machista e misógina como a nossa.

⁹ O ciberativismo é um termo recente e consiste na utilização da internet por grupos politicamente motivados que buscam difundir informações e reivindicações sem qualquer elemento intermediário com o objetivo de buscar apoio, debater e trocar informação, organizar e mobilizar indivíduos para ações, dentro e fora da rede.

Ao mesmo tempo em que esse movimento ganha adeptas cada vez mais, também está sujeito a retaliações vindas de todos que pensam contrário ao que as feministas propõem. Nas redes sociais há um número considerável de *haters*, que são pessoas que pensam diferente e agridem verbalmente por escrito e até ameaçam. Sobre o Ciberfeminismo, Lemos (2009, p. 43), discorre que

[...] acima de tudo, surge como uma proposta de reinvenção de outros feminismos a partir da ótica das novas tecnologias de comunicação. Apesar de trazer novamente algumas de suas questões prévias, como as assimetrias de gênero, e/ou a questão do corpo feminino como espaço de luta política, um dos fatores responsáveis por esse encontro das teorias feministas com a perspectiva das tecnologias de comunicação (Lemos, 2009, p. 43).

Com o ciberfeminismo, o alcance e a velocidade fazem com que as informações e os debates cheguem a uma grande proporção de pessoas, em um curto espaço de tempo. A ONG Think Olga é exemplo disso com a campanha #PrimeiroAssédio (2015) que foi criada em apoio a uma menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet, enquanto participava de um *reality show* de culinária. A ONG convidou as leitoras a compartilhar suas histórias de primeiro assédio com a *hashtag* e foram 82 mil vezes replicadas a *hashtag* nos primeiros cinco dias. Constatou-se que a idade média do primeiro assédio é aos 9 anos e 65% do crime é cometido por conhecidos das vítimas.

Juntamente com o virtual, intensifica-se as questões interseccionais. Ganha força os movimentos negros, de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuados, Pansexuais e todos demais (LGBTQIAPN+).

Apesar das inúmeras conquistas alcançadas pelos movimentos feministas, como a maior presença das mulheres no mercado de trabalho, na política e nos espaços acadêmicos, ainda no século XXI, há quem questione a necessidade de continuar lutando, como se a igualdade já tivesse sido plenamente alcançada. Em alguns discursos, inclusive, persiste a ideia equivocada de que a continuidade da luta feminista representaria uma busca por superioridade. No entanto, o sexismo e o patriarcado ainda não foram erradicados, e os avanços obtidos até agora seguem constantemente ameaçados por retrocessos sociais, culturais e institucionais.

Além disso, os índices de violência de gênero permanecem alarmantes. Casos de abusos, agressões e feminicídios são noticiados diariamente, revelando que muitas mulheres ainda perdem a vida unicamente por serem mulheres. O crescimento dessas violências evidencia a urgência de mantermos ativa a discussão sobre os direitos das mulheres. Falar e escrever sobre feminismos não é apenas legítimo, é uma necessidade para garantir que os direitos conquistados sejam preservados e ampliados.

O movimento *Red Pill*, é uma subcultura originada na internet que propaga ideias antifeministas, masculinistas e conservadoras sobre os papéis de gênero. O nome “*Red Pill*” (pílula vermelha) faz referência ao filme *Matrix* (1999), em que o protagonista toma uma pílula que o faz enxergar a realidade oculta. Para os adeptos do movimento, a visão leva a discursos que reforçam estereótipos de gênero e culpabilizam as mulheres pelos insucessos afetivos ou profissionais de muitos homens (Barros, 2023).

O movimento começou a ganhar força no início da década de 2010, sobretudo em fóruns como o Reddit, 4chan e espaços da chamada “*manosphere*” (manosfera). Um dos marcos dessa ascensão foi a criação da comunidade r/TheRedPill no Reddit, em 2012, que chegou a reunir centenas de milhares de usuários discutindo desde estratégias de conquista até críticas ao feminismo e à legislação voltada à proteção das mulheres. A retórica do grupo gira em torno da ideia de que os homens perderam seu lugar na sociedade contemporânea e que é preciso “retomar” o poder masculino, muitas vezes com base em comportamentos dominantes e hierárquicos.

As ideias centrais do *Red Pill* incluem a crítica ao feminismo, que os participantes consideram responsável por enfraquecer os homens e desestabilizar as relações tradicionais; a defesa de papéis de gênero rígidos e conservadores, nos quais o homem assume o controle; e uma desconfiança geral em relação às mulheres, que são vistas como manipuladoras, interesseiras ou emocionalmente instáveis. Esses discursos frequentemente se apresentam como “despertar masculino” ou “autoajuda”, mas acabam reproduzindo visões distorcidas sobre gênero, poder e afeto.

O movimento é amplamente criticado por especialistas, educadores e estudiosos da cultura digital por promover uma visão tóxica da masculinidade e alimentar comportamentos misóginos. Em muitos casos, o *Red Pill* funciona como uma porta de entrada para outras comunidades mais extremistas, como os *incels* (celibatários involuntários) ou grupos da *alt-right*. Apesar das críticas, o discurso *Red Pill* tem se espalhado nas redes sociais, especialmente entre jovens em busca de identidade e pertencimento, o que acende um alerta para a necessidade de educação crítica sobre gênero e cultura digital.

O movimento “*Incel*”, abreviação de *involuntary celibate* (celibatário involuntário), foi criado em 1990 pela canadense Alana Boltwood (Taylor, 2018), que desejava proporcionar um espaço de diálogo no qual homens e mulheres pudessem falar sobre solidão e dificuldades em formar relacionamentos românticos e sexuais. O que começou como um espaço de desabafo, acabou se transformando, com o tempo, em uma subcultura marcada por discursos de ódio, ressentimento e misoginia. É composto majoritariamente por homens heterossexuais que

expressam frustração por não conseguirem estabelecer relacionamentos afetivos ou sexuais, que tendem a culpar as mulheres, especialmente aquelas consideradas atraentes, por sua solidão, criando uma narrativa de que há uma "hierarquia sexual" injusta, onde apenas os homens considerados fisicamente desejáveis (apelidados de “Chads”) conseguem atenção feminina, o que corresponde também a expressão: regra “80/20”, que se baseia na crença de que 80% das mulheres se sentem atraídas por apenas 20% dos homens, deixando os demais sem chances.

O crescimento do movimento está profundamente ligado ao ambiente digital. Fóruns como 4chan, Reddit (antes do banimento) *Discord* e, mais recentemente, plataformas como TikTok e YouTube, têm sido utilizados para espalhar ideias *incels*. Nessas redes, os membros compartilham conteúdos que reforçam o vitimismo masculino e alimentam teorias fatalistas, muitas vezes disfarçadas de autoajuda. Com o uso de linguagens codificadas e memes, o movimento consegue burlar os sistemas de moderação e alcançar jovens em situação de vulnerabilidade emocional, que buscam explicações fáceis para frustrações afetivas e sociais.

A influência dessas ideologias como as que são apresentadas nesses movimentos: *Red Pill* e *Incel*, entre outros, não é apenas simbólica, ela tem implicações concretas. A autora Angela Nagle (2017) trata sobre o surgimento das subculturas de ódio online e mostra como fóruns como 4chan deram espaço a movimentos como *incels* e outros grupos misóginos e extremistas. Michael Kimmel (2008), analisa como jovens homens lidam com as pressões sociais, abordando temas como insegurança, sexualidade e masculinidade tóxica, sendo essencial para entender o tipo de frustração emocional que muitos *incels* expressam, o que indica que parte dos indivíduos radicalizados nesse meio passam a justificar ou até mesmo planejar atos de violência contra mulheres.

Diversos ataques armados em países como Estados Unidos e Canadá foram perpetrados por homens ligados ao movimento *incel*, motivados pelo ódio às mulheres ou à sociedade que, em sua visão, os marginaliza. Esse fenômeno tem sido reconhecido como uma ameaça emergente à segurança pública e também como um fator que contribui para o aumento da violência de gênero, especialmente nos contextos digitais, onde o assédio e os discursos de ódio se intensificam.

Do ponto de vista educacional e sociológico, o crescimento do movimento revela uma crise nas masculinidades contemporâneas, que exige respostas urgentes por meio de políticas públicas, programas de educação emocional e iniciativas de mediação e escuta. Trabalhar a equidade de gênero, promover o pensamento crítico sobre discursos misóginos e oferecer apoio a jovens emocionalmente fragilizados são caminhos essenciais para prevenir novas formas de radicalização online e violência de gênero na sociedade.

Há em nossa sociedade uma naturalização de ações que dizem respeito a um sistema machista e patriarcal, que coloca as mulheres sobre dominância dos homens, sejam eles seus pais ou companheiros, onde são subalternizadas nas relações sociais de maneira acentuada como se isso fosse natural, é assim desde a antiguidade, na Roma e Grécia, onde existia a figura do chefe de família, que era o homem, que tinha autoridade sobre todos os demais membros.

No dia a dia observamos que os afazeres domésticos são atribuídos às mulheres como se somente elas fossem incumbidas de realizá-los, e a maternidade, é também associada a elas, como se todas as mulheres devessem ser mães. Indagamos, e as que por escolha não desejarem? Nossa sociedade discrimina, a trata como egoísta, sem considerar o que o fazer materno exige da mulher: dedicação, abstinência de momentos para si, entrega de tempo, além das marcas físicas, das dores para parir e amamentar. Nem todas as mulheres querem ou estão aptas a passar por isso, e não é problema não desejar ser mãe, isso não é um crime, muito pelo contrário é uma decisão acertada, se não há o desejo. Se todas pensassem assim, só viriam ao mundo bebês desejados e certamente seriam melhor tratados.

O movimento feminista fica em curso sempre que alguma pessoa, seja ela mulher ou não, se levanta e luta contra a opressão sexista e passa a combater o patriarcado.

É importante frisar que a diferença biológica entre homens e mulheres, em termos de força física, contribui para a menor tendência das mulheres em serem violentas nos relacionamentos. No entanto, é importante destacar que a perpetuação da supremacia masculina se baseia, em grande parte, no uso da força física pelos homens, o que reflete uma lógica patriarcal.

As posturas em relação a gênero, sexo, desejos e práticas sexuais são fluidas e variam na nossa sociedade, resultando em diversas combinações. Tanto as pessoas quanto sua sexualidade não têm identidades fixas.

A filósofa feminista pós-estruturalista Judith Butler tem contribuições teóricas importantes nos estudos de gênero, com destaque para o conceito de performatividade e a problematização da categoria de gênero. Performatividade de gênero é um conceito desenvolvido pela filósofa em seu livro *Gender Trouble* (Problemas de gênero, Butler, 2018), onde ela sustenta que o simples fato de nascer homem ou mulher não define automaticamente os comportamentos de uma pessoa. Em vez disso, os indivíduos são socialmente ensinados a agir de determinadas maneiras para se ajustarem às normas da sociedade. O conceito de gênero, segundo essa visão, é uma espécie de performance que se manifesta na forma como uma pessoa anda, fala, se veste e se comporta.

Butler (2018) denomina essa prática de "performatividade de gênero", destacando que o que uma sociedade percebe como o gênero de alguém é, na verdade, uma performance moldada para atender às expectativas sociais, e não uma expressão genuína da "identidade de gênero" da pessoa. Essa perspectiva sugere que a identidade de gênero é instável e sujeita a mudanças, já que é baseada em uma série de representações e ações que podem ser reinterpretadas. A performatividade, portanto, enfatiza que as identidades não são apenas expressões de algo interior, mas sim construções sociais que são constantemente moldadas e moldadoras. É interessante notar que as pessoas apresentam inúmeras performances e combinações diferentes, que são cambiantes e podem ser alteradas com o tempo, a partir da experiência de vida e de suas preferências ao longo da jornada.

Na próxima seção iremos discorrer sobre o empoderamento e o cuidado de si que está diretamente ligado ao empoderamento, pois implica uma reflexão ética que permite aos indivíduos agir de forma mais livre e consciente em suas vidas.

2.2. Empoderamento e cuidado de si

Para a autora Srilatha Batliwala (1994), o empoderamento das mulheres do Sul da Ásia é determinado por condições históricas, políticas, sociais e econômicas, assim como em outras regiões, como os países que passaram um determinado tempo pela colonização que determinaram as estruturas de dominação masculina.

De fato, o conceito de empoderamento surge como resultado das lutas feministas e há várias definições para ele. De acordo com Batliwala (1994, p. 127), o termo remonta o elo entre as propostas feministas e as reflexões de Paulo Freire (1987, 1996) sobre o oprimido e as pedagogias libertadoras na década de 1970. Ela também reconhece o pensamento gramsciano, especialmente no que diz respeito a criar mecanismos de participação em sociedades mais equitativas. A autora ressalta ainda que as educadoras populares feministas trouxeram foco à questão da construção social dos gêneros e a subordinação das mulheres.

Para Batliwala (1994) o que sobressai do termo empoderamento é "poder", que para ela é o controle dos recursos materiais, recursos intelectuais e ideologia.¹⁰ A autora, citando Sharma (1991-1992), diz que o empoderamento vai desde a autoafirmação individual, passando pela resistência coletiva e que começa quando grupos onde a classe, a raça, a etnia, e o gênero determinam o acesso ao poder, reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem e atuam para

¹⁰ Recursos materiais: terra, água, trabalho, dinheiro. Recursos Intelectuais: conhecimento, informação e ideias. Ideologia: capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar conjunto de crenças, valores, atitudes e comportamentos.

mudar as relações de poder existentes. A meta do empoderamento feminino é então desafiar a ideologia patriarcal que diz respeito à dominação masculina e a subordinação da mulher.

A fim de que o processo de empoderamento ocorra, primeiro as mulheres precisam reconhecer que há uma ideologia que perpetua sua opressão, e que, mesmo elas participam disso, porque desde meninas são diminuídas pelas regras religiosas, tabus sociais e culturais, hierarquias, ocultamentos, silenciamentos, controle de sua sexualidade, tudo é visto como natural. É preciso haver mudança desse conhecimento, de maneira que as mulheres saibam quais são seus direitos e capacidades e, assim, não sejam diminuídas por sua condição de gênero, como é feito numa sociedade patriarcal. E para além do individual, é preciso que se organizem cada vez mais coletivos femininos que reivindiquem seus direitos e, assim, paulatinamente se mitigue a opressão por gênero.

Segundo Batliwala (1994), não basta que a mulher se empodere, e sim que esse empoderamento venha acompanhado de uma nova noção de poder que seja compartilhado e democrático, com tomada de decisões e responsabilidades coletivas.

O empoderamento se refere há muitas atividades individuais e coletivas como: autoafirmação, protestar as relações de poder em relação ao gênero, a classe, a raça, a etnia e começa quando admitimos que existem forças sistêmicas que nos oprimem. Rowlands (1995) traz três dimensões que são essenciais para o processo de empoderamento feminino: pessoal, interpessoal e dos relacionamentos e coletiva. Na primeira temos o reconhecimento das capacidades e desenvolvimento da autoconfiança; na segunda a habilidade de negociar e tomar decisões nos relacionamentos; já na terceira, a cooperação e o envolvimento político.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para quem o uso o conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sociopolítico, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (León, 2001, p. 97).

A autora traz à tona uma tensão importante em torno do conceito de empoderamento, frequentemente utilizado de forma acrítica tanto em discursos institucionais quanto na mídia e nas redes sociais. Ao destacar a contradição entre o empoderamento individual e o coletivo, o autor nos convida a refletir sobre os riscos de uma visão individualista e despolitizada do termo. Quando o empoderamento é reduzido à ideia de “fazer por si mesma”, ele se aproxima de uma

lógica neoliberal que valoriza a autonomia isolada e o sucesso pessoal, ignorando as estruturas sociais e políticas que moldam as desigualdades e limitam o acesso a direitos.

Essa concepção individualista, embora possa gerar mudanças subjetivas importantes, desconsidera que o empoderamento verdadeiro só se sustenta quando há transformações coletivas e estruturais. Ignorar os fatores históricos, as relações de poder e as dinâmicas de exclusão como gênero, raça, classe e território, é despolitizar o conceito e esvaziar sua potência transformadora. O empoderamento coletivo, por sua vez, reconhece que a autonomia individual está profundamente ligada à solidariedade, à ação conjunta e à capacidade de se organizar politicamente para disputar espaços, narrativas e direitos.

Portanto, dialogar com esse trecho nos leva a defender um empoderamento que vá além da motivação pessoal e da superação individual, e que esteja enraizado na construção de redes de apoio, na luta por justiça social e na transformação das condições concretas de vida. Sem esse horizonte coletivo, o empoderamento corre o risco de se tornar apenas um discurso confortável, que responsabiliza o indivíduo por aquilo que é estrutural. De acordo com a mesma autora, a questão pessoal deve estar interligada com a social, senão o empoderamento é uma ilusão.

O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança (León, 2001, p. 97).

León nos convida a repensar o empoderamento como um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto a transformação individual quanto a mudança social e nos lembra que o empoderamento não é apenas sobre se sentir bem consigo mesma, mas também sobre lutar por um mundo mais justo e igualitário. O empoderamento deve ser visto como uma ação coletiva, um processo que abrange a comunidade, a cooperação e a solidariedade.

O empoderamento visto por León, com a ideia de solidariedade e alteração das estruturas sociais, conversa com a ideia de Foucault, que o sujeito se faz, e se torna resistente nas relações sociais.

Michel Foucault, filósofo francês, se destacou como um importante pensador do século XX. Uma de suas obras famosas é a "História da Sexualidade", onde ele faz uma análise da evolução da sexualidade ocidental da Antiguidade até o século XX. A obra é dividida em 3 volumes: "A vontade de saber"(1976), que explora como a sexualidade se tornou objeto de controle e repressão. "O uso dos prazeres" (1984), que analisa textos greco-romanos que abordam a sexualidade, e mostram como eles entendiam esse tema. E "O cuidado de si" (1984),

que fala sobre a relação entre ética e sexualidade e como a liberdade é alcançada pelo indivíduo a partir do cuidado de si.

Para Foucault (1984), o sujeito do cuidado de si é aquele que se constrói, a partir do seu olhar sobre si mesmo, imerso no tecido social, mas, fora da fundamentação de verdades pré-estabelecidas, o sujeito tem um olhar refletido para o mundo. O cuidado de si é ainda ético, porque está relacionado com o cuidado do outro.

Quando pensamos em empoderamento falamos de práticas do cuidado de si, a que se refere Foucault, porque é a constituição de si, a partir do seu olhar, das crenças que se tem, é um cuidado ético, porque se pensa solidário.

Neste sentido há sintonia entre as práticas de empoderamento e o cuidado de si, que para Foucault envolve práticas que permitem que os indivíduos se conheçam melhor, se aprimorem e se tornem mais livres. Ele acreditava que o cuidado de si era uma forma de resistência ao poder opressivo exercido pelas instituições sociais e políticas, já que permite que os indivíduos tomem controle sobre suas próprias vidas e desenvolvam habilidades para lidar com desafios e dificuldades. Ao cuidar de si, os indivíduos podem fortalecer sua autoestima, autoconfiança e autoconhecimento, o que pode levar a um maior senso de autonomia e poder pessoal. É o fortalecimento de si, com as mudanças nas relações interpessoais, que chega ao coletivo com construções de projetos políticos no micro ou macro sistema.

No entanto, Foucault (1984), também alertou para o perigo do "excesso de cuidado" consigo mesmo, que pode levar à exclusão e ao individualismo, sendo importante equilibrar o cuidado pessoal com a responsabilidade social e a solidariedade com os outros. O cuidado de si em Foucault pode ser visto como uma forma de empoderamento pessoal, que deve ser praticado com consciência crítica e responsabilidade social.

Ambos os conceitos compartilham a ideia de transformação. O "cuidado de si" busca transformar o indivíduo, enquanto o empoderamento busca transformar a sociedade e eles se conectam ao mostrar que a transformação individual não se separa da transformação social. Eles são ferramentas de resistência, tanto o cuidado de si, quanto o empoderamento, se mostram como ferramentas de libertação do indivíduo e da sociedade. O "cuidado de si" de Foucault fornece a base ética e prática para o empoderamento descrito por León. Ao se tornar consciente de si e de suas capacidades, o indivíduo pode se unir a outros para transformar a sociedade.

A junção dos conceitos mostra que a transformação individual, e a transformação social, são processos que andam juntos, e são dependentes um do outro.

Muitas vezes fala-se do empoderamento para as minorias, no sentido de tomada de poder, já que esses grupos são historicamente submetidos a outros que culturalmente se

consideram superiores. Isso acontece porque em nossa sociedade, há várias supremacias, do branco sobre o preto, do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança etc. Nesse sentido, é preciso que os grupos tomem consciência de seus lugares e assumam seus "poderes" na História.

Agora de qual poder estamos falando? Existe mesmo essa liberdade para que todos exerçam seu poder? Em uma sociedade hierarquizada, misógina, homofóbica, dividida em classes, quem tem o poder das decisões, das falas?

Michel Foucault (1995) discutiu o conceito de poder como algo que permeia todas as relações sociais. Para ele, o poder não é apenas uma estrutura hierárquica exercida por instituições ou indivíduos, mas é, também, um conjunto de práticas e discursos que moldam e regulam as normas sociais. Ele enfatiza que o poder não é algo que se possui ou se exerça de forma unilateral, mas, sim, algo que circula e se manifesta em diferentes níveis da sociedade. O autor argumenta que o poder pode ser tanto repressivo quanto produtivo e influencia como as pessoas pensam, agem e se relacionam. Sua análise do poder busca desvendar como ele opera nas diferentes instituições e práticas sociais, e como ele molda as relações de poder-saber.

Em Michel Foucault (2009), o conceito de poder repressivo e produtivo é fundamental para compreender sua análise sobre as dinâmicas de poder na sociedade. Poder repressivo é o tipo de poder mais evidente e tradicional, caracterizado pelo uso de coerção física ou institucionalizada para impor obediência e disciplina. É o poder que opera através de punições, controle e regras claras. Foucault argumenta que este tipo de poder não é o único nem o mais eficiente na manutenção da ordem social, embora seja frequentemente o mais visível.

O Poder produtivo é mais sutil, refere-se ao poder que instiga, incita, que cria normas, valores, e molda subjetividades. Esse tipo de poder não opera necessariamente através da repressão direta, mas sim influenciando como as pessoas pensam, agem e percebem a si mesmas e aos outros. Foucault está particularmente interessado neste tipo de poder, porque ele sugere que a opressão não é apenas imposta de cima para baixo, mas é internalizada e reproduzida pelas próprias pessoas dentro da sociedade.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 2009, p. 185).

Esses dois tipos de poder não são mutuamente exclusivos. Na verdade, eles muitas vezes se sobrepõem e se reforçam. O autor argumenta que o poder está distribuído por toda parte na sociedade e opera em diferentes níveis, desde as instituições mais óbvias até as práticas cotidianas e até mesmo os discursos dominantes.

No contexto de uma sociedade regida por uma lógica capitalista, moldada por valores eurocêntricos, machistas e patriarcais, o poder historicamente esteve concentrado nas mãos de homens brancos, economicamente privilegiados e socialmente bem posicionados. Para os demais grupos: mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, e outros marginalizados, o acesso a direitos, reconhecimento e oportunidades sempre exigiu intensa mobilização e resistência. É nesse cenário que os movimentos sociais, como o movimento negro e o feminista, vêm, ao longo das últimas décadas, protagonizando lutas fundamentais por justiça, visibilidade e transformação.

Esses grupos têm conseguido, ainda que com grandes obstáculos, alcançar espaços de maior representação social, ascender profissionalmente, reivindicar seus lugares de fala e recuperar a memória de seus antepassados. As conquistas, embora parciais, refletem processos de empoderamento que são, ao mesmo tempo, individuais e coletivos, e que apontam para uma necessária reconstrução simbólica e estrutural da sociedade.

Cientes de que a jornada ainda é longa, e de que não basta mudar apenas os indivíduos, mas sim as estruturas sociais que sustentam as desigualdades, devemos seguir na luta por uma sociedade mais justa e equânime. Uma sociedade onde todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e respeito, independentemente de suas identidades étnico-raciais, de gênero ou classe social.

2.3. Igualdade de Gênero

A afirmação de que ao nascermos biologicamente homens ou mulheres, padrões são construídos e esperados para cada sexo, reflete a distinção entre sexo biológico e gênero. Essa distinção é fundamental para compreender como as sociedades moldam as identidades e os papéis dos indivíduos. O sexo biológico refere-se às características biológicas e fisiológicas que definem homens e mulheres, como cromossomos, hormônios e órgãos reprodutivos. Já o gênero, é uma construção social e cultural que atribui papéis, comportamentos, expectativas e identidades aos indivíduos com base em seu sexo biológico.

Desde o nascimento, os indivíduos são socializados de acordo com as normas de gênero predominantes em sua cultura. Isso significa que aprendem a se comportar, vestir e expressar de maneiras consideradas "adequadas" para seu sexo. Essa socialização ocorre por meio de diversos agentes, como família, escola, mídia e religião, que reforçam estereótipos e expectativas de gênero. Os estereótipos são crenças generalizadas sobre as características e

comportamentos "típicos" de homens e mulheres. Eles podem levar à discriminação e à desigualdade, limitando as oportunidades e escolhas dos indivíduos.

Em nossa sociedade espera-se que os homens sejam fortes, assertivos e competitivos, enquanto as mulheres devem ser gentis, emocionais e submissas. As roupas, cores e acessórios são frequentemente associados a um determinado gênero, reforçando a ideia de que existem maneiras "certas" de se vestir para homens e mulheres. Algumas profissões são estereotipadas como "masculinas" (engenharia, construção) ou "femininas" (enfermagem, educação), limitando as escolhas de carreira dos indivíduos. Há ainda uma expectativa de que homens sejam mais contidos emocionalmente, enquanto mulheres são incentivadas a expressar suas emoções.

Tudo isso pode limitar o desenvolvimento de habilidades de forma desigual entre os gêneros. De acordo com Santos *et al.* (2023), o conceito de desigualdade está relacionado à ausência de proporção entre parâmetros, depende do entendimento prévio de igualdade para ser compreendido. Essa característica de não ser igual reflete uma assimetria que evidencia o grau de desvantagem entre diferentes partes. Embora possam ser desenvolvidos mecanismos para reduzir essas diferenças, observa-se que tais estratégias igualadoras só são inovadoras quando a desigualdade se torna evidente; caso contrário, sua aplicabilidade não é clara.

Devemos promover a igualdade, incentivando meninos e meninas a serem independentes, a cuidarem de uma casa e explorarem diversos interesses sem diferenciação de brinquedos. Além disso, é importante questionar os estereótipos de que o lugar da mulher é na cozinha ou que elas devem estar sempre maquiadas e bem arrumadas, e que os homens são os provedores, ou que eles não devem chorar.

Em Santos *et al.* (2019), os autores deixam notório que não somos e nem precisamos ser o que esperam de nós. Mesmo assim, a todo tempo e desde cedo, muitas são as expectativas sobre cada um. No tocante a mulher, as expectativas são ainda maiores, por existir um domínio masculino sobre o corpo dela, que promove uma visão do que significa ser mulher e quando essa expectativa não é correspondida, recebe-se como sendo o descumprimento de um tratado social tácito.

A desconstrução dos padrões de gênero é fundamental para promover a igualdade e a justiça social. Isso envolve questionar estereótipos, desafiar normas e criar espaços onde os indivíduos possam expressar suas identidades livremente.

Ao reconhecer que o gênero é uma construção social, podemos trabalhar para criar sociedades mais inclusivas e equitativas, onde todos tenham as mesmas oportunidades e direitos, independentemente de seu sexo biológico.

É importante ressaltar que as normas de gênero variam entre culturas e ao longo do tempo. O que é considerado "masculino" ou "feminino" em uma sociedade pode ser diferente em outra.

Ao observarmos nosso redor, percebemos que a sociedade anda sedenta por mudanças, basta compararmos com o tempo de outrora. No mercado de trabalho, muitas mulheres assumiram papéis consideráveis como Chief Executive Officer (CEO) de grandes empresas, como por exemplo da General Motors, Mary Barra¹¹. Nesse cargo ela desempenha papel de liderança e ainda tem a iniciativa: "Mulheres nas áreas STEM¹²", cujo objetivo é inspirar mais meninas e mulheres a seguir carreiras nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

No mundo dos esportes, as mulheres também têm ganhado muito espaço, como é o caso da Rebeca Andrade, ginasta artística brasileira, considerada uma das atletas mais inspiradoras do Brasil. Nasceu em Guarulhos, São Paulo, em 8 de maio de 1999. Começou a praticar ginástica artística aos quatro anos de idade, nasceu em uma família pobre, sendo sustentada pela mãe que trabalhava como doméstica, deixou a casa da mãe aos nove anos de idade para buscar seu sonho. Conviveu com lesões e cirurgias ao longo da carreira e foi a primeira ginasta brasileira a conquistar uma medalha em Jogos Olímpicos, é a atleta brasileira com mais medalhas olímpicas em nossa história, possuindo 6 delas. Foi bicampeã mundial no salto (2021, 2023) e campeã mundial individual geral de 2022. Sua habilidade, força e determinação têm sido amplamente reconhecidas e celebradas.

Temos ainda a maior lutadora de Ultimate Fighting Championship (UFC) dos últimos tempos: Amanda Nunes¹³.

No futebol, quem leva o título de maior jogadora da última década é Marta¹⁴. No caso do futebol temos uma polêmica, porque os salários são milionários, mesmo assim, Marta ainda

¹¹ **Mary Teresa Barra** (nascida **Mary Teresa Makela**, 24 dez. 1961) é Diretora Executiva e Presidente da General Motors (GM). Ocupa a posição de CEO desde 15 jan. 2014, e ela é a primeira mulher a ser CEO de uma grande montadora global. Em 10 dez. 2013, a GM a nomeou para suceder a Dan Akerson, diretor executivo. Antes, Mary era Vice-Presidente Executiva de Desenvolvimento de Produto, Compras e Cadeia de Suprimentos. Em abr. 2014, Barra foi destaque na capa da Time, que a colocou entre as: "100 Pessoas Mais Influentes do Mundo."

¹² **STEM** é um acrônimo em língua inglesa para "science, technology, engineering and mathematics", em português "ciência, tecnologia, engenharia e matemática"

¹³ **Amanda Lourenço Nunes** (Pojuca, 30 maio 1988) é considerada a maior lutadora de MMA de todos os tempos no mundo. Ex-lutadora brasileira de artes marciais mistas, atual campeã da categoria peso-pena feminino e campeã da categoria peso-galo feminino do Ultimate Fighting Championship, sendo a primeira mulher da história do MMA a conquistar duplo-cinturões no UFC. Amanda é ainda a primeira atleta assumida lésbica campeã do UFC.

¹⁴ **Marta Vieira da Silva** (Embaixadora da boa vontade da ONU Mulheres) (Dois Riachos, 19 fev. 1986) é uma futebolista brasilo-sueca que atua como ponta-esquerda ou meio-campista. Atualmente joga pelo Orlando Pride, EUA. Foi a melhor futebolista do mundo por seis vezes, sendo cinco de forma consecutiva. Um recorde não apenas entre mulheres, mas também entre homens. Foi considerada pela *Revista Época* um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009. Desde 2015 é a maior artilheira da história da Seleção Brasileira (contando a masculina e a feminina), com 116 gols.

ganha menos, que por exemplo, Neymar. Muitas vezes a diferença salarial se dá em função das questões de gênero, mas, temos um outro fator que precisa ser considerado, que é o capitalismo, modelo de sociedade no qual estamos incluídos, onde a lei da oferta e da procura prevalece.

Em uma pesquisa do Datafolha realizada em 2023, mostrou que 63% dos brasileiros se interessam por futebol feminino, sendo que 18% declararam "muito interesse" e 46% "um pouco de interesse". No entanto, os homens demonstraram maior entusiasmo pela modalidade do que as mulheres, com 71% de interesse. Embora a participação das mulheres no consumo de futebol tenha aumentado significativamente, especialmente com o crescimento das competições femininas, como a Copa do Mundo Feminina da FIFA. O evento de 2019, por exemplo, viu um aumento de 30% nas telespectadoras femininas em comparação com edições anteriores. Contudo, o telespectador principal, o público majoritário, continua sendo predominantemente masculino. Portanto, o futebol masculino acaba gerando mais renda e paga melhor do que o futebol feminino, sendo essa uma questão de oferta e procura, além da questão de gênero.

No mercado publicitário, por exemplo, para cada propaganda criada há um público específico que as marcas desejam atingir. Quando o comercial é sobre bebida alcoólica, cerveja, por exemplo, o público que eles focam normalmente são os homens, porque até a década de 1990 eles eram os maiores consumidores de cerveja, entretanto dados recentes têm mostrado que as mulheres têm se igualado aos homens no consumo de bebidas. O mais recente levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que o consumo de álcool no Brasil está cada vez maior (Brito, 2024).

A prevalência do consumo de bebidas alcoólicas pode variar ao longo do tempo e em diferentes contextos socioculturais. Historicamente, os homens tendem a ter uma taxa de consumo de álcool mais alta do que as mulheres em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil. No entanto, essa lacuna tem diminuído ao longo dos anos, com um aumento do consumo de álcool entre as mulheres.

Embora as estatísticas possam variar dependendo do estudo e dos critérios de medição, muitas pesquisas indicam que, em média, os homens ainda consomem mais álcool do que as mulheres no Brasil. No entanto, é importante notar que esse padrão pode estar mudando devido a uma série de fatores, incluindo mudanças nas normas sociais, papéis de gênero e no maior acesso às bebidas alcoólicas.

De forma semelhante, o setor de cosméticos, estética e maquiagem concentra seu foco no público feminino, que historicamente representa a maior parcela de consumidores desses

produtos. No entanto, observa-se também um crescimento da participação masculina nesse mercado.

É inegável que lidamos diariamente com inúmeros problemas relacionados à interseccionalidade, desigualdades em relação às questões de gênero, de raça, de cor, de status social, entre outros. Entretanto, não podemos desconsiderar que vivemos em uma sociedade capitalista, na qual o que mais importa é o lucro. Assim, dentro dessa lógica, o valor do indivíduo no mercado está muitas vezes vinculado à sua capacidade de gerar retorno financeiro, independentemente de suas identidades sociais. Se uma mulher, uma pessoa negra, trans ou de origem periférica demonstra alto desempenho e gera lucros significativos, ela tende a ser valorizada e pode alcançar cargos de destaque, não necessariamente pelo reconhecimento de sua identidade, mas pelo capital que representa para a empresa.

No contexto capitalista regido pela lógica da oferta e da procura, quanto menor for a disponibilidade de profissionais em determinada área, maior tende a ser a valorização e a remuneração associada a esse trabalho. O sistema funciona assim, é o chamado capitalismo selvagem¹⁵.

Há uma crítica recorrente dirigida a profissões como faxineiras, diaristas, pedreiros e demais ocupações ligadas ao trabalho braçal, muitas vezes tratadas com desdém ou vistas como funções inferiores. No entanto, essas atividades são fundamentais para o funcionamento da sociedade e constituem a base estrutural de diversos setores. Um exemplo que evidencia essa importância é a paralisação dos serviços de coleta de lixo: quando os garis deixam de trabalhar, rapidamente a cidade se vê tomada pelo acúmulo de resíduos, comprometendo a saúde pública e a ordem urbana.

No contexto capitalista, observa-se que, quanto maior a oferta de mão de obra em uma determinada área, menor tende a ser o valor atribuído a essa função. Isso explica, por exemplo, a baixa remuneração de diaristas e manicures no Brasil, em contraste com o valor significativamente maior pago a esses mesmos profissionais em países desenvolvidos, onde há escassez de mão de obra nessas áreas.

Ao compararmos diferentes contextos nacionais e ocupações, percebemos disparidades marcantes. Um professor universitário no Brasil, por exemplo, tem uma média salarial em torno de oito salários-mínimos. Em contrapartida, uma empregada doméstica nos Estados Unidos pode alcançar rendimentos que ultrapassam o dobro desse valor. Essa

¹⁵O termo pode estar ligado a vários outros temas, aqui utilizamos no sentido de mostrar que o ganho financeiro suplanta o desenvolvimento humano e do planeta como um todo, onde há exploração de riquezas da terra sem considerar nenhuma noção de preservação, ou autossustentável, onde a banalização da morte a favor do capital.

discrepância pode ser explicada por diversos fatores, como a valorização da moeda local (dólar em relação ao real), a escassez de trabalhadores em determinadas áreas e a aplicação da lógica da oferta e da demanda.

Além disso, questões culturais também influenciam essas diferenças. Embora nos Estados Unidos a educação seja amplamente valorizada e respeitada, no Brasil essa valorização se restringe, muitas vezes, ao campo do discurso político. A realidade enfrentada pelos profissionais da educação brasileira é marcada por baixos salários, estruturas escolares precárias e condições de trabalho insuficientes.

Paradoxalmente, vivemos em uma sociedade que destina grande atenção e entusiasmo a programas de entretenimento, como o reality show Big Brother Brasil, onde os participantes competem por prêmios milionários em um ambiente confinado. Enquanto isso, inexistem iniciativas de grande alcance que promovam a valorização da educação com o mesmo nível de visibilidade e incentivo financeiro. Essa contradição revela muito sobre as prioridades culturais e sociais vigentes no país.

Existem muitas mazelas na sociedade relacionadas às questões de gênero e ao empoderamento feminino, e iremos elencando-as e, discorrendo sobre elas no decorrer do trabalho, embora, não conseguiremos esgotar esse assunto. Entretanto, faz-se necessário considerar todos os avanços que tivemos no decorrer das décadas em relação a tais temáticas.

As minorias sociais no Brasil são compostas por diversos grupos, entre eles: a população LGBTQIAPN+, indígenas, mulheres, negros, pessoas com deficiência (PCDs), pessoas de baixa renda e idosos. Os espaços que esses grupos têm adentrado, tanto em universidades, quanto em empresas e em outras áreas, as oportunidades têm sido conquistadas, não sem lutas ou entraves.

É preciso questionar as práticas consolidadas e os ensinamentos transmitidos por gerações, nem tudo que está presente hoje foi igual no passado. Há mudanças de práticas ao longo da História devido aos interesses das pessoas, as transformações nunca acontecem de imediato, mas, são fruto de esforço, luta e reivindicações.

Foucault (1979), escreve que os silêncios são discursos poderosos, sobre o que falamos e calamos. Gênero e sexualidade são assuntos que normalmente calamos na sociedade, situações relacionadas a estes assuntos, muitas vezes não são problematizadas e levadas em consideração, porque falar sobre, exige reflexão, raciocínio sobre tal, e, muitas vezes, não estamos dispostos a isso. Contudo, de acordo com Foucault, quando calamos, também estamos expressando opiniões, quando não tomamos partido de alguma situação, isso também mostra que estamos escolhendo um lado.

O silêncio reflete a educação que muitos de nós recebemos em relação à sexualidade, pois era e ainda é comum uma educação do silêncio, em que não se discute sobre gênero e sexualidade e, então, nos acostumamos a silenciar. Ademais, muitas vezes não sabemos nem nos posicionar em determinados assuntos.

Na sociedade atual, onde as informações chegam rapidamente em muitas partes do mundo por meio das redes sociais, as pessoas estão se expressando mais, pelo menos no mundo virtual, porquanto é inviável o silenciamento quando se trata de questões tão peculiares e inerentes ao ser humano como é o caso da sexualidade.

Em sua obra *Dominação Masculina*, Bourdieu (1999) analisa como na sociedade o patriarcado exerce força hegemônica, e a sexualidade é moldada por uma estrutura simbólica que perpetua a superioridade masculina e a subordinação da feminina e a maneira como essas relações são naturalizadas, tornando muitas vezes, difíceis de se questionar.

O autor ainda trata do conceito de *habitus*, que é como as pessoas por meio de suas experiências sociais internalizam e reproduzem estruturas de poder em suas práticas diárias. Neste sentido a sexualidade é marcada pelo *habitus*, que é como o corpo é percebido e as relações de poder que são internalizadas no processo de socialização.

Para Bourdieu, as hierarquias sexuais e as normativas de gênero se naturalizam porque estão profundamente arraigadas nas estruturas sociais objetivas (que são nas instituições), quanto nas subjetivas (que é o *habitus*).

Em sua obra *A Distinção*, Pierre Bourdieu (2007), traz como as práticas culturais se materializam em comportamentos que são usados para marcar e manter distinções sociais e assim gerar exclusões. Onde alguns grupos e práticas são consideradas desvalorizadas e marginalizadas como forma de reforçar a superioridade de outro grupo. E o mesmo autor traz o conceito de capital (econômico, cultural, social e simbólico) e de campo, que é o espaço social em que diferentes formas de capital são valorizadas. Indivíduos e grupos competem por reconhecimento em vários campos, entre eles, no da sexualidade, e somente os que detém o capital simbólico que podem impor e definir as normas.

O controle da sexualidade por meio do estigma está diretamente relacionado ao reforço da ordem social patriarcal e heteronormativa, e as redes sociais desempenham um papel ambíguo nesse processo. De um lado, podem perpetuar e amplificar estigmas, e de outro, podem ser um espaço de resistência e desconstrução desses mesmos estigmas. Em virtude da sua influência, é pertinente trazer à tona no presente estudo a discussão sobre estas redes.

2.4. Redes Sociais

O início do século XXI é marcado por uma drástica mudança na comunicação, com o advento da internet e das redes sociais. Com a internet as distâncias planetárias diminuíram, uma vez que as pessoas conseguem se comunicar umas com as outras em qualquer parte do mundo, ainda que estando em locais distantes.

A maneira como o ser humano apropriou-se dos aparelhos celulares mudou a sua relação com o mundo, em um único aparelho é possível ter: calculadora, calendário, bloco de anotações, telefone, relógio, despertador, câmera fotográfica, games e ainda estar conectado 24 horas por dia na internet, seja por aplicativos, como é o caso do Instagram e do Facebook, ou pela web assistindo a jornais, bem como revistas, estando informado o tempo todo simultaneamente e instantaneamente sobre tudo que está acontecendo no mundo.

Entender o comportamento de um usuário do Instagram ou Facebook é importante porque nos faz compreender como se dá a construção de sua identidade e de seus valores nesse ciberespaço. O Instagram e o Facebook são redes sociais que permitem que um indivíduo mostre ao mundo seus valores, sua forma de ver, pensar e agir diante de determinados assuntos, de se vestir, suas atividades, músicas, comidas e lugares preferidos. De acordo com Stuart Hall (2006), o indivíduo pós-moderno não possui mais uma identidade fixa, unificada, estável e pré-estabelecida e sim uma identidade fragmentada, não apenas uma, mas diversas identidades, muitas vezes até contraditórias, dependendo dos lugares e momentos que esse indivíduo se encontra. Em suas palavras,

A identidade é formada na interação entre o "eu" e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (Hall, 2006, p. 11).

E a internet e as redes sociais são alguns desses mundos exteriores. Para Hall (2006), vivemos em uma sociedade de mudanças constantes e rápidas. Aliás, um processo marcante do mundo pós-moderno é a globalização, que de acordo com Bauman (1998) é algo irremediável do mundo, processo irreversível que afeta a todos.

Segundo Hall (2006, p. 69) ao discorrer sobre a globalização,

Uma de suas características principais é a "compressão espaço-tempo", a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

A internet permite a comunicação de muitos com muitos, sem delimitação de espaço tempo, tende-se uma comunicação global. Estar no ciberespaço é adentrar um novo ambiente,

"onde se joga com novas atualizações o jogo da sociabilidade humana, onde se habita, onde se exercitam novas e velhas habilidades e onde se utilizam novas ferramentas para a consecução destes fins" (Lewgoy, 2009, p. 195).

Para Castells (1999), a formação de comunidades virtuais é um processo histórico que desvincula o local e o social no processo de construção da comunidade, para outros autores, esse processo tem levado as pessoas a um isolamento social causando um colapso da comunicação social e familiar, onde as pessoas interagem menos face a face e mais virtualmente.

Com as redes sociais criam-se comunidades virtuais. De acordo com Barry Wellman (2001, p. 1, *apud* Recuero, 2009), as comunidades são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social".

Nas comunidades virtuais as mulheres encontram espaço para expressarem suas opiniões a respeito de vários temas, elas compartilham suas dúvidas, anseios, desafios diários, experiências, desamores, dissabores. E com isso, cada uma tem a possibilidade de interpretar o mundo à sua maneira, livre do que a sociedade tem imposto como norma dominante e nesse sentido, até desafiando esses padrões.

De acordo com Castells (1999), as redes são formadas por nós interconectados, que podem ser indivíduos, organizações, instituições ou até mesmo tecnologias. Essas redes permitem a troca de informações, recursos e poder de forma descentralizada e horizontal, rompendo com as estruturas hierárquicas tradicionais.

O autor destaca que as redes são uma característica central da sociedade contemporânea, especialmente na era da informação, são moldadas pela tecnologia da informação e comunicação, como a internet e as redes sociais que facilitam a conexão e a interação entre os participantes. Podem ter diferentes formas e objetivos como redes sociais, redes de empresas, redes políticas ou até mesmo redes de ativismo.

Do mesmo modo, podem ser locais, regionais ou globais possibilitando a colaboração e cooperação entre pessoas e as organizações em diferentes partes do mundo. O autor enfatiza ainda a importância da interconexão e da troca de informações para o desenvolvimento social, econômico e político, destacando que as redes têm o potencial de empoderar os indivíduos e promover a participação cidadã.

Segundo Bauman (*apud* Ricardo Querol, 2016), em entrevista concedida em Burgos, na Espanha, o impacto das redes sociais é grande, sendo benéfico e maléfico, pois adicionamos ou deletamos amigos facilmente e as habilidades sociais não são necessárias, nelas nos relacionamos apenas com quem temos interesse. As habilidades sociais precisam ser

desenvolvidas no mundo real, na rua, no trabalho, com os familiares, onde se espera uma interação ao menos razoável. Ele acrescenta que nas redes sociais é fácil evitar controvérsia e viver num mundo de pessoas que pensam igual a você. E assim, ao invés de ampliar os diálogos, as pessoas ficam numa zona de conforto e isso para o autor seria a grande armadilha da internet. É benéfico, porque se a pessoa está aberta, as possibilidades de diálogo são inúmeras.

O sociólogo Zygmunt Bauman, em Burgos (Espanha), fala na entrevista sobre o impacto das redes sociais (Querol, 2016). Corroborando com Bauman, Sibília (2008, p. 235) diz que nas redes é possível gerenciar as respostas dos interlocutores, por meio da permanência ou não nas páginas. O indivíduo tem o poder de administrar suas interações, incluindo ou excluindo pessoas, permitindo ou não a exposição de suas respostas, frente a uma postagem. "o que se é deve ser visto e cada um é aquilo que mostra de si", ao menos nas redes sociais.

Ao mesmo tempo que a sociedade se beneficia das redes, há ainda entraves que precisam ser resolvidos, como por exemplo, órgãos legais para que sejam feitas as devidas fiscalizações. Além de existirem poucos, não conseguem dar conta da demanda, sendo preciso que sejam aperfeiçoados para conferir maior responsabilização por conteúdos desinformativos ou preconceituosos. Falta ainda uma regulação mais efetiva das redes, de maneira a prover punições por exemplo para os *cyberbullying*.

No Brasil e em diversos outros países existem leis que regulamentam o uso da internet, elas são auxiliadoras, mas, ainda não resolvem todos os problemas que temos enfrentado nas redes sociais. Algumas delas serão descritas abaixo:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei n.º 8.069 (Brasil, 1990), que em conjunto com outras legislações, protege crianças e adolescentes contra crimes no ambiente virtual, como abuso, exploração sexual e *cyberbullying*. O ECA é complementado por leis específicas contra crimes de pedofilia e pornografia infantil online.

A Lei Carolina Dieckmann - Lei n.º 12.737 (Brasil, 2012a), prevê penas para crimes cibernéticos, como invasão de dispositivos eletrônicos, roubo de informações, e violação de dispositivos de segurança. A lei foi inspirada em um incidente em que a atriz Carolina Dieckmann teve suas fotos pessoais roubadas e divulgadas na internet.

A Lei de Combate aos Crimes de Informática (Lei Azeredo) - Lei n.º 12.735 (Brasil, 2012b), define crimes cibernéticos como invasão de dispositivos, falsificação de documentos digitais e disseminação de vírus. A lei foi complementada pela Lei Carolina Dieckmann.

O Marco Civil da Internet - Lei n.º 12.965 (Brasil, 2014), estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Assegura a neutralidade da rede,

a privacidade dos usuários, a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão online. Também define responsabilidades para provedores de internet e plataformas digitais em relação ao conteúdo de terceiros.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei n.º 13.709 (Brasil, 2018), regula o tratamento de dados pessoais por empresas, organizações e pelo governo, tanto no ambiente físico quanto no digital. Garante que os dados pessoais só possam ser coletados e tratados com o consentimento do titular, e prevê direitos como a portabilidade de dados, direito ao esquecimento e transparência sobre o uso dos dados.

E ainda existem leis que tratam especificamente de cyberbullying e crimes contra a honra no ambiente digital, como injúria, calúnia e difamação. No Brasil, o Código Penal (Brasil, 1940, art. 138-140) é utilizado para processar essas condutas.

Para além dessas leis, existem instituições que são responsáveis por monitorar as redes sociais com diferentes propósitos, como segurança pública, proteção de dados e monitoramento de discursos de ódio. Algumas dessas entidades são:

Nos Órgãos Governamentais, temos a Polícia Federal (Brasil), que pode monitorar redes sociais para investigações criminais, como combate ao terrorismo, pedofilia, tráfico de drogas e outros crimes. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil), que por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), também pode atuar na prevenção de crimes virtuais, e as Agências de Inteligência (CIA, NSA, FBI - EUA) que monitoram redes sociais para segurança nacional e combate a ameaças terroristas e cibernéticas.

Nos Órgãos de Proteção de Dados, como, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD - Brasil), que é responsável por fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e pode monitorar atividades relacionadas ao uso indevido de dados pessoais em redes sociais e a Comissão Europeia (Europa), que fiscaliza o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) e pode investigar redes sociais no continente europeu.

Nas Entidades Privadas, temos a empresa de análise de dados Cambridge Analytica, que é uma empresa especializada que monitora redes sociais para análises de comportamento e tendências, embora isso possa levantar questões éticas e legais. E empresas de segurança cibernética, que monitoram atividades suspeitas nas redes sociais para proteger contra-ataques e fraudes.

Temos ainda Organizações Não Governamentais (ONGs), como a Safernet Brasil, que combate crimes e violações de direitos humanos na internet, como discurso de ódio e exploração sexual. Ela se consolidou como entidade de referência nacional no enfrentamento

aos crimes e violações aos Direitos Humanos na Internet, e tem se fortalecido institucionalmente no plano nacional e internacional pela capacidade de mobilização e articulação, produção de conteúdos e tecnologias de enfrentamento aos crimes cibernéticos e pelos acordos de cooperação firmados com instituições governamentais, a exemplo do Ministério Público Federal. A SaferNet Brasil disponibiliza um serviço online gratuito único e inédito no Brasil para orientar crianças, adolescentes, pais e educadores que estejam enfrentando dificuldades e situações de violência em ambientes digitais, a exemplo dos casos de intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O canal HelpLine Brasil que está disponível on-line, permite aos internautas brasileiros obter informações e ajuda em tempo real com a equipe especializada da SaferNet Brasil. Outra ONG é a Human Rights Watch, que monitora violações de direitos humanos, incluindo discurso de ódio, desinformação e assédio nas redes sociais.

E para além desses órgãos, as próprias Plataformas de Redes Sociais, como Facebook, Twitter, Instagram, elas próprias têm sistemas e equipes dedicadas à moderação de conteúdo, remoção de posts que violam suas diretrizes, e colaboração com autoridades para investigar crimes.

Esses órgãos atuam de forma coordenada, muitas vezes para garantir que as redes sociais sejam um ambiente seguro e regulamentado. Contudo, mesmo diante de tantas leis e órgãos que fiscalizam, ainda enfrentamos muitos problemas, e continuam a tramitar no poder legislativo várias propostas, dentre elas a PL 2401 (Brasil, 2021a), que cria mecanismos para coibir a exclusão de publicações dos usuários pelas redes sociais com o intuito de proteger a liberdade de expressão dos usuários, políticos e influencers. A PL 2393 (Brasil, 2021b) dispõe sobre a remoção de contas e conteúdos nas redes sociais. De acordo com a proposta, veda-se a exclusão sem autorização judicial de perfis e conteúdo que não estejam em desacordo com a legislação nacional. Outra proposta que circula na Câmara é o PL 2029 (Brasil, 2021c), que objetiva vedar a cobrança de acesso a notícias provenientes de sites governamentais ou de caráter de utilidade pública na internet.

Com tantas leis e órgãos de proteção, podemos dizer que estamos no caminho para que a internet e as redes sociais, possam ser um ambiente seguro para seus usuários, entretanto, ainda temos um longo processo pela frente.

SEÇÃO 3. O MÉTODO

Segundo Minayo e Sanches (1993) as abordagens metodológicas tanto quantitativa, quanto qualitativa são completas no sentido de serem suficientes para a compreensão completa da realidade foco da pesquisa. Os dois métodos têm sua importância dentro do contexto que se quer pesquisar.

Na primeira etapa fizemos uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem dessa pesquisa está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso com a qualidade da pesquisa. Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa.

Na segunda etapa a pesquisa foi documental, que de acordo com Fonseca (2002, p. 32), é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica. Como discorre Gil (2002, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Na terceira etapa, o desenvolvimento da pesquisa se deu numa abordagem qualitativa do tipo descritiva, que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. (Gil, 2002). São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título, e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Aliás, [...] são incluídas neste grupo, as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

A pesquisa descritiva se caracteriza pela interrogação de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente solicita-se informações a um grupo de pessoas acerca do tema estudado e, depois, mediante análise, obtêm-se as conclusões.

Uma das vantagens desse levantamento é o conhecimento direto da realidade, à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, e a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores.

O foco da presente pesquisa foi caracterizar os valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino difundidos pelas redes sociais Instagram e Facebook, e caracterizar as percepções que o público feminino adulto usuário dessas redes sociais manifesta acerca da igualdade de gênero, redes sociais e o empoderamento feminino. E para além disso, criar e disponibilizar uma música produzida para o empoderamento feminino.

3.1 Procedimento da coleta de dados e instrumento

A coleta de dados ocorreu em três etapas distintas e complementares.

Na etapa 1, o foco foi o levantamento bibliográfico acerca dos temas propostos: igualdade de gênero, redes sociais e empoderamento feminino. Para tanto, realizamos buscas nas bases de dados da Plataforma Capes.

Na etapa 2 do estudo, coletamos dados de páginas web que selecionamos das redes sociais Instagram e Facebook que postam conteúdos que versam sobre os temas propostos, e criamos categorias para análise dos dados coletados.

Na etapa 3, empregamos um questionário estruturado com abordagem quantitativa (nas respostas objetivas) e qualitativa (nas respostas descritivas), tendo como participantes o público feminino adulto usuário das redes sociais. Este instrumento teve por objetivo conhecer as opiniões que essas mulheres manifestam apresentar sobre a igualdade de gênero, redes sociais e empoderamento feminino.

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”.

O instrumento Google dispõe de uma grande variedade de ferramentas, que facilitam o dia a dia de seus usuários, entre elas o aplicativo Google Forms. Segundo Mota (2019), alguns benefícios do Google Forms são: facilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, já que assim que respondido, o pesquisador tem acesso imediato às respostas; facilidade na utilização tanto do pesquisador quanto dos participantes; é útil nas pesquisas acadêmicas principalmente quantitativas, já que os dados se organizam em gráficos e planilhas facilitando a análise.

O questionário foi elaborado e encaminhado a 11 juízes, pesquisadores da área da sexualidade e de gênero, com larga experiência e expertise, para ser avaliado e validado, passando por algumas modificações. Após esse momento, realizamos o piloto com 30 mulheres, para conhecermos e resolvermos as lacunas do instrumento.

O projeto foi submetido à análise junto ao comitê de ética. Após a aprovação, iniciamos o contato com as mulheres enviando mensagens inbox com a apresentação da pesquisadora e do projeto. Nesse contato houve muitos desafios, porque muitas delas, pensavam que era vírus e não aceitavam participar da pesquisa. Então adaptamos o caminho da coleta, criando uma página e postando o link do questionário de forma que as mulheres que entrassem na página e concordassem em participar da pesquisa, respondiam o questionário. A Universidade Estadual Paulista (Unesp) via e-mail institucional também encaminhou o *link* e a administradora de uma das páginas analisadas: "Feminismo Educativo", postou o *link* para que suas seguidoras respondessem ao questionário.

Com o questionário aperfeiçoado e o projeto aprovado pelo comitê de ética, o disponibilizamos por meio do Google Forms, que é um *software* colaborativo da Google, onde é possível pesquisar e coletar dados para uma pesquisa. Com as respostas em mãos, começamos a análise.

3.2 Procedimento da análise dos dados

A análise e a interpretação dos dados coletados nas questões fechadas, foram submetidas à análise estatística, por meio de gráficos e tabelas. Já os dados obtidos nas questões abertas foram organizados a partir da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2006) que se organiza em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

De acordo com Bardin (2006, p. 115),

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais...A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias... A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

No momento da análise dos dados seguimos o passo a passo. Então na primeira fase, de pré-análise fizemos uma leitura criteriosa do material que coletamos, com as respostas do questionário. Na segunda fase, realizamos a codificação do material por meio de recortes do

texto, bem como organizamos as informações em categorias temáticas. No entanto, isso não foi aleatório, e sim, teve embasamento teórico.

Depois da codificação, passamos à categorização, a qual consiste, segundo Bardin (2006, p. 117), na classificação de elementos de um conjunto por diferenciação e reagrupamento, com critérios previamente definidos. As categorias são classes que reúnem um grupo de elementos em razão do que é comum neles.

As categorias abrangem vários temas e podem ser consideradas apriorísticas ou não apriorísticas. As apriorísticas são pré-definidas, são as que teremos elaborado de acordo com o tema de cada conteúdo das questões. As não apriorísticas são as que emergem no momento da análise de dados, com a inferência e interpretação com o referencial teórico, chegaremos às categorias intermediárias. Após aglutinação por análise dos dados, a partir das categorias apriorísticas, não apriorísticas e intermediárias, definiremos as categorias finais da pesquisa.

Com as categorias definidas faremos os recortes das respostas de cada categoria e passaremos a analisá-las à luz de alguns autores renomados na área da educação, e, mais especificamente, da educação sexual.

Destacamos que ao longo do estudo, foi adotada a postura ética e profissional preservando o anonimato dos sujeitos envolvidos.

Por fim, a partir destes achados e do conhecimento das demandas dessas participantes, bem como de estudos científicos na área, produzimos um material musical que contribuirá para o empoderamento feminino, considerando, a escassez de materiais desta natureza como já citado. Cabe observar que este material foi produzido em estúdio próprio, e o intento desta produção é que seja um material elaborado e divulgado enquanto dispositivo de prevenção à violência de gênero e auxílio ao empoderamento feminino.

3.3 Local

A presente pesquisa foi realizada no ambiente virtual. Segundo Leão (2020), este ambiente vem sendo ferramenta das pesquisas qualitativas e quantitativas, embora ainda não tenha sido devidamente explorado. No momento que iniciamos a pesquisa o cenário era pandêmico e precisava de adaptações, uma vez que as pessoas estavam muito mais conectadas à internet, aproveitamos essa conectividade para a pesquisa.

3.4 Participantes

Na etapa 3- participaram do presente estudo um público feminino adulto, na faixa etária de 19 a 65 anos, usuárias das redes sociais, que receberam o questionário do Google Forms digitalmente, por meio do e-mail institucional, e/ou viram a página criada para divulgação do questionário: "empoderamento_igualdade" e/ou ainda, receberam a divulgação por meio da página que seguem, já que uma das administradoras de umas das páginas que analisamos, repostou o questionário, pedindo para que suas seguidoras respondessem.

Ao todo recebemos 72 respostas.

SEÇÃO 4. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica foi realizada no site do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, onde fizemos a busca utilizando as palavras "empoderamento feminino" AND "igualdade de gênero", considerando o recorte temporal de 2019 a 2023.

Nessa pesquisa resultaram cinco trabalhos, dos quais conseguimos acessar três, porque dois não foram publicados, apenas seu resumo. Dos três trabalhos temos duas dissertações, sendo uma de mestrado acadêmico e a outra de profissional e uma tese. O quadro 1 apresenta estes trabalhos.

Quadro 1: Pesquisa Bibliográfica.

Autor	Título	Objetivo	Ano/Local
Suelem Silveira Cardoso (2019) (Dissertação Mestrado)	Relações de Gênero e Empoderamento Feminino nas organizações camponesas sob a perspectiva comunitarista: uma análise no movimento dos pequenos agricultores do Vale do Rio Pardo.	A pesquisa busca definir quais são as características das relações de gênero no Movimento de Pequenos Agricultores do Vale do Rio Pardo, RS, e os meios utilizados pelo Movimento visando o empoderamento das mulheres e à superação da cultura patriarcal historicamente predominante nas comunidades rurais da região.	2019 Universidade de Santa Cruz do Sul. Pós em Direito
Thais de Oliveira (2020) (Dissertação Mestrado Profissional)	Mediação e feminismo nos conflitos familiares: o empoderamento feminino e a Mediação da defensoria pública nos conflitos familiares, no Estado de Mato Grosso.	O estudo analisa a via própria a ser trilhada pela Defensoria Pública na implantação da mediação de conflitos familiares, observando os objetivos institucionais peculiares e as assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres, sendo estas grandes maiorias do público demandante do serviço. A pesquisa realizada bibliográfica, documental e levantamento de dados em arquivos de registro de prática profissional pessoal, com intuito de compatibilizar a execução da Mediação com a atuação concretizante da Defensoria Pública, visando ao manejo eficaz da prática mediadora institucional, a partir da ótica da defesa do valor constitucional de Igualdade de gênero.	2020 Universidade de Fortaleza. Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos
Renata Laudares Silva Scarpa (Tese)	Facebook, igualdade de gênero e empoderamento feminino no Corfebol.	Analisar a rede social Facebook como um recurso na difusão dos valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino no corfebol, único esporte coletivo misto no mundo.	2021 Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biotecnologia, Rio Claro

Fonte: Elaboração própria.

Este quadro de referências apresenta três pesquisas acadêmicas distintas, cada uma explorando a temática das relações de gênero e empoderamento feminino em diferentes contextos sociais e utilizando abordagens metodológicas específicas. Uma análise destes trabalhos revela os seguintes pontos:

A pesquisa de Suelem Silveira Cardoso investiga as relações de gênero no Movimento dos Pequenos Agricultores do Vale do Rio Pardo, RS, com foco no empoderamento feminino e na superação do patriarcado em comunidades rurais. Essa pesquisa se destaca por analisar o empoderamento feminino dentro de um contexto específico de um movimento social rural, trazendo luz para as particularidades das relações de gênero nesse ambiente.

O estudo de Thais de Oliveira analisa a mediação e o feminismo em conflitos familiares, com ênfase no papel da Defensoria Pública no empoderamento feminino e na igualdade de gênero. Essa pesquisa foca em um contexto jurídico, explorando como a mediação pode ser utilizada como ferramenta para promover a igualdade de gênero em conflitos familiares, especialmente no âmbito da Defensoria Pública.

A tese de Renata Laudares Silva Scarpa (2021) examina o uso do Facebook na difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino no corfebol, um esporte coletivo misto. Essa pesquisa traz uma perspectiva inovadora ao analisar o empoderamento feminino no contexto esportivo, explorando o potencial das redes sociais como ferramenta de transformação social.

As pesquisas empregam diferentes metodologias, incluindo pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados, demonstrando a diversidade de abordagens na investigação do tema. Elas foram realizadas em diferentes universidades brasileiras e representam trabalhos de mestrado e doutorado, indicando o interesse acadêmico contínuo na temática.

Apesar dos contextos distintos, os estudos compartilham o interesse em compreender as relações de gênero e promover o empoderamento feminino, buscando superar as desigualdades e o patriarcado.

Fizemos também uma pesquisa avançada no google acadêmico com os seguintes termos: empoderamento feminino AND igualdade de gênero AND redes sociais. Selecionamos os trabalhos mais relevantes dos últimos cinco anos, em qualquer idioma, e tivemos como resultado 8 trabalhos, que seguem no quadro 2.

Quadro 2: Pesquisa Bibliográfica

Autor	Título	Objetivo	Publicação
Ana Carolina Vila Ramos dos Santos (2022)	Tornar-se feminista no século XXI: feminismo na adolescência, redes sociais e mundialização.	O objetivo da pesquisa foi compreender como o feminismo tem reflete ou dialoga com experiências mundializadas (Ortiz, R.) ou cosmopolitas (Beck, U. e Beck-Gernsheim, E.) de „tornar-se feminista “. Toma-se como hipótese que o feminismo tem exprime um processo de formação da identidade feminista de meninas adolescentes que tem as redes sociais como principal espaço de formação em um contexto de mundialização.	Artigo V Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. “Democracia, justicia e igualdad” FLACSO URUGUAY.
Anna Raquel de Lemos Viana; Izabel França de Lima; Gilberta Santos Soares (2023)	Informação e empoderamento feminino no Instagram: estudo a partir de coletivos feministas.	A pesquisa objetivou analisar como a rede social digital Instagram constituiu um espaço de empoderamento feminino.	Artigo Em Questão, Porto Alegre, v. 29, p. 123530, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.123530.
Anna Raquel de Lemos Viana; Shaennya Pereira Vanderley; Aurora Cuevas Cerveró; Alzira Karla Araújo da Silva e Izabel França de Lima. (2023)	Análise da competência em informação do movimento ElesPorElas/HeForShe da UFPB.	O trabalho analisou a competência em informação do movimento ElesPorElas/HeForShe da UFPB, tendo como indicadores a inclusão digital, informacional e social, a partir de observação de campo e utilizando como instrumento de coleta de dados, a entrevista estruturada, realizada com responsáveis pelo gerenciamento das redes sociais.	Artigo Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 26, p. 213–237, 2023. DOI: 10.5216/ci. v26.69319.
Luana Vieira Batista (2022)	As representações sociais de empoderamento feminino: um estudo com alunas adolescentes do ensino médio das cidades de Mulungu e João Pessoa/PB.	O presente trabalho se propõe a analisar, sob as lentes da teoria das representações sociais, de que formas as adolescentes em fase escolar compreendem e vivenciam o empoderamento feminino.	TCC Universidade Federal da Paraíba. Educação.

Ana Paula Silva Barbosa (2022) TCC	A violência de gênero na pandemia: uma análise na rede social Twitter	O trabalho teve como objetivo geral a realização uma análise sobre o crescimento da violência Gênero na pandemia causada pela Covid-19, ano de 2020, e investigar sobre a violência expressa em postagens na rede social Twitter e mapear as formas de violência contra a mulher sofridas na rede social Twitter, no ano de 2020.	2022 Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Sociais
Genyedi Soares Barros (2022) TCC	Empoderamento do corpo, aceitação e autoestima feminina na plataforma Instagram: um estudo de caso.	Este estudo de caso tem como objetivo geral analisar cinco contas no Instagram sobre a superação de padrões de beleza feminina, por meio da produção de conteúdo que trata do empoderamento do corpo, aceitação e autoestima, na plataforma Instagram.	2022 Universidade Federal do Maranhão TCC de Graduação em Comunicação Social/Jornalismo do Campus de Imperatriz
Leilane Mendes Uchoa (2022) Dissertação	Feminismo nas redes: Empoderamento Feminino nas mídias digitais.	O objetivo principal é estudar o impacto do Twitter na divulgação massiva do movimento feminista através da interação dos coletivos feministas e apontar qual a visão da nova geração de mulheres acerca do ciberfeminismo.	2022 Universidade Fernando Pessoa, Ciências de Comunicação
Karen Affonso Bevilaqua (2023) TCC	Empoderamento Feminino e a conquista por mulheres de espaços de liderança: uma reflexão a partir da ética da existência.	O objetivo da pesquisa é observar e analisar discursivamente a construção de modos de existência de mulheres detentoras de posições de liderança no ambiente corporativo e como se dá a realização do cuidado de si na constituição do sujeito mulher nesse cenário.	2023 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós Graduação em Educação Escolar.

Fonte: elaboração própria.

Este quadro de referências bibliográficas apresenta um panorama rico e diversificado de pesquisas que exploram a intersecção entre feminismo, empoderamento feminino e o uso de plataformas digitais, especialmente redes sociais como Instagram e Twitter. Após analisar os trabalhos, pode-se perceber que uma parcela significativa das pesquisas se dedica a analisar o papel das redes sociais na promoção do feminismo e do empoderamento feminino. Estudos como os de Anna Raquel de Lemos Viana e Leilane Mendes Uchoa destacam como plataformas como Instagram e Twitter se tornaram espaços cruciais para a disseminação de ideias feministas e a construção de comunidades online.

Essa ênfase reflete a crescente relevância das mídias digitais na mobilização social e na construção de identidades feministas no século XXI.

As pesquisas adotam diversas abordagens teóricas para analisar o tema, incluindo a teoria das representações sociais (Luana Vieira Batista), a ética da existência (Karen Affonso Bevilaqua) e conceitos como mundialização e cosmopolitismo (Ana Carolina Vila Ramos dos Santos).

Essa diversidade teórica enriquece a análise do empoderamento feminino, permitindo uma compreensão multifacetada do fenômeno.

Além do uso das redes sociais, os estudos abordam temas como: Feminismo na adolescência (Ana Carolina Vila Ramos dos Santos, Luana Vieira Batista); Violência de gênero online (Ana Paula Silva Barbosa); Empoderamento do corpo e autoestima (Genyedi Soares Barros); Liderança feminina (Karen Affonso Bevilaqua). Esses temas refletem as preocupações e os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade contemporânea.

As pesquisas empregam uma variedade de metodologias, incluindo: Estudos de caso (Genyedi Soares Barros); Análise de conteúdo de redes sociais (Ana Paula Silva Barbosa, Leilane Mendes Uchoa); Entrevistas estruturadas (Anna Raquel de Lemos Viana); Análise discursiva (Karen Affonso Bevilaqua). Essa diversidade metodológica demonstra o rigor acadêmico e a busca por uma compreensão abrangente do tema.

O quadro inclui artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado, indicando o interesse contínuo na temática em diferentes níveis de pesquisa acadêmica. Este conjunto de referências bibliográficas oferece uma visão abrangente e atualizada das pesquisas sobre feminismo e empoderamento feminino, com um foco especial no papel das plataformas digitais como ferramentas de transformação social.

SEÇÃO 5. AS PÁGINAS WEB ANALISADAS

Os critérios utilizados na seleção das páginas para análise de conteúdo foram: a) que possuísem conta tanto na rede social Instagram quanto no Facebook e tivessem mais de 50 mil seguidores; b) estivessem ativas, c) possuísem mais de 300 publicações, d) que abordassem os conteúdos de igualdade de gênero e empoderamento feminino.

Cabe dizer que algumas das páginas selecionadas apresentam destaque, pois, quando pesquisamos no google por páginas que postam conteúdo desta natureza, A ONU e a Think apareceram. Elegemos quatro: ONU Mulheres Brasil, Think Olga, As Mina na História, e Feminismo Educativo, porque atendiam nossos critérios.

A página **ONU Mulheres br** é um perfil oficial da Entidade das ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, página esta que conta com 267 mil seguidores e possui 5139 publicações até a data de 14 de dezembro de 2022.

A página traz posts acerca de diversos assuntos, dentre eles estão: política, patriarcado, machismo, violências, misoginia, igualdade de gênero, empoderamento feminino, feminismo, direitos humanos, violências, assédios, mulheres indígenas, mulheres negras, racismo, questões climáticas, sustentabilidade, mulheres e a guerra, mulheres na política, direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Quer, Intersexuais, Assexuais, e demais orientações sexuais e de gênero (LGBTQIAPN+), Mulheres e deficiência, mulheres rurais, vacinas, acessibilidade, diversidade e inclusão, empreendedorismo, interseccionalidade, mulheres atletas, vacinas, migração, refugiadas, Covid-19, relacionamento abusivo, orientação sexual, identidade de gênero, mulheres de impacto, cultura do estupro, entre outros. A página conta com dados numéricos referente a muitos assuntos entre os posts, em que vários são de oportunidades de trabalho. A primeira postagem data de junho de 2015.

A página **Think Olga** é uma ONG que usa a comunicação para promover a equidade de gênero, mobilizar a sociedade e impulsionar transformações culturais. A fundadora da ONG é Juliana de Faria. A página conta com 95,9 mil seguidores e possui 1515 publicações até a data de 14 de dezembro de 2022.

O objetivo da página é investigar temas que estão de acordo com nossa pesquisa, mapear, analisar e articular dados e traduzir informações complexas em uma linguagem simples e acessível, compartilhando essas descobertas por meio de posts, relatórios, cursos e palestras.

Segundo a página, a Think Olga existe para sensibilizar a sociedade, impulsionar debates, capacitar pessoas, inspirar novas políticas públicas, criar soluções inovadoras e gratuitas e revolucionar a comunicação, sempre com a lente do feminismo interseccional.

A página traz posts sobre diversos assuntos, dentre eles estão: direitos humanos, economia do cuidado, política, violências, desigualdade de gênero, papéis de gênero, masculinidades, saúde sexual e reprodutiva ao longo da vida, saúde mental das mulheres que cuidam, feminismo, combate ao estupro, assédio, patriarcado, abuso sexual, aborto, defesa das pessoas LGBTQIAPN+ e feminismos interseccionais.

Desde 2013 já desenvolveu campanhas, documentários, vídeos, entrevistas, treinamentos, material didático, voltados ao combate à desigualdade de gênero. Alguns desses trabalhos foram campanha, mapa e documentário: Chega de fui fui, uma série de vídeos, tais como: Olga explica. Estudo e Jornada: Meu ponto seguro. Já quanto as campanhas têm-se: Primeiro assédio, Olga esporte clube, Conexões que salvam, Desculpas Deslavadas, #oGoogleTaAíPraIsso, Workshops: Jornada Li.

Dentro da página tem um espaço voltado para o LabThink Olga, que é um programa que se propõe a debater as principais desigualdades de gênero, mapear possíveis soluções, conscientizar pessoas e encorajá-las a serem parte da mudança. A cada edição o programa identifica um problema social, organiza dados e informações, define uma questão norteadora, levanta hipóteses de resposta junto a quem está sendo diretamente impactada, entrevista especialistas, reúne insights, compartilha resultados com a sociedade, com a mídia, o poder público e as organizações interessadas em questões de gênero. Alguns dos temas abordados: Autonomia das Mulheres, Economia do cuidado, Saúde das Mulheres em tempos de pandemia e Violência contra a mulher.

A página **As Mina na História** foi criada por Bia Varanis, que desde 2015 traz histórias instigantes de mulheres conhecidas e/ou desconhecidas. Em 2021 a parceria cresce e a Lyra Libero, jornalista, chega para agregar na produção de conteúdo. O projeto conta com a colaboração de professoras, historiadoras e pessoas interessadas em contar suas trajetórias. A página versa sobre o protagonismo das mulheres na História. E conta com 94,7 mil seguidores e 858 publicações, até a data de 14 de dezembro de 2022.

Os conteúdos abordados na página versam sobre política, patriarcado, machismo, violência, misoginia, liberdade, igualdade salarial no futebol, respeito às pessoas trans, além da história de inúmeras mulheres na arte, na música, na política, na ciência, nos esportes, e ainda traz sugestões de leituras.

A página **Feminismo Educativo** foi criada pela jovem Helena. A primeira postagem data de dezembro de 2019. Ela fez faculdade de Moda, já trabalhou de artesã fazendo mini esculturas de gatos e cachorros, e hoje faz materiais educativos no Instagram.

Em 2018 conversando com pessoas, ela percebeu que muitas haviam caído *nas fake news* que se propagaram naquele momento, como o kit gay e outros assuntos polêmicos. Assim, ela sentiu a necessidade de um material didático para instruir as pessoas, foi aí que criou a página, porque acredita que assim como ela foi se desconstruindo ao acompanhar páginas no facebook, outras pessoas poderiam também refletir sobre temas que ela postaria.

O objetivo de Helena é ler e pesquisar tendo acesso a fontes confiáveis, elaborar textos, fazer ilustrações a fim de ajudar na explicação e chamar a atenção dos leitores, depois ela posta os conteúdos com legendas e textos alternativos para acessibilidade de pessoas com deficiência, e responde os comentários e mensagens de seus seguidores, explica de maneira didática, combatendo o machismo e não os homens. A página conta com 51,3 mil seguidores e 408 publicações, até a data de 14 de dezembro de 2022.

Os conteúdos postados versam sobre feminismo, machismo, direitos das mulheres, igualdade de gênero, feminicídio, padrões de beleza, consentimento, masculinidade tóxica, maternidade, misoginia, educação sexual, cultura do estupro, relacionamento saudável X relacionamento abusivo, gordofobia, tesão, masturbação, pornografia, Comunidade LGBTQIA+, conhecendo trabalhos incríveis de mulheres, patriarcado, autocuidado, legalização do aborto, casamento infantil, objetificação da mulher, pelos e feminismo, racismo, meritocracia, interseccionalidade, empoderamento, alienação parental, direitos sexuais e reprodutivos.

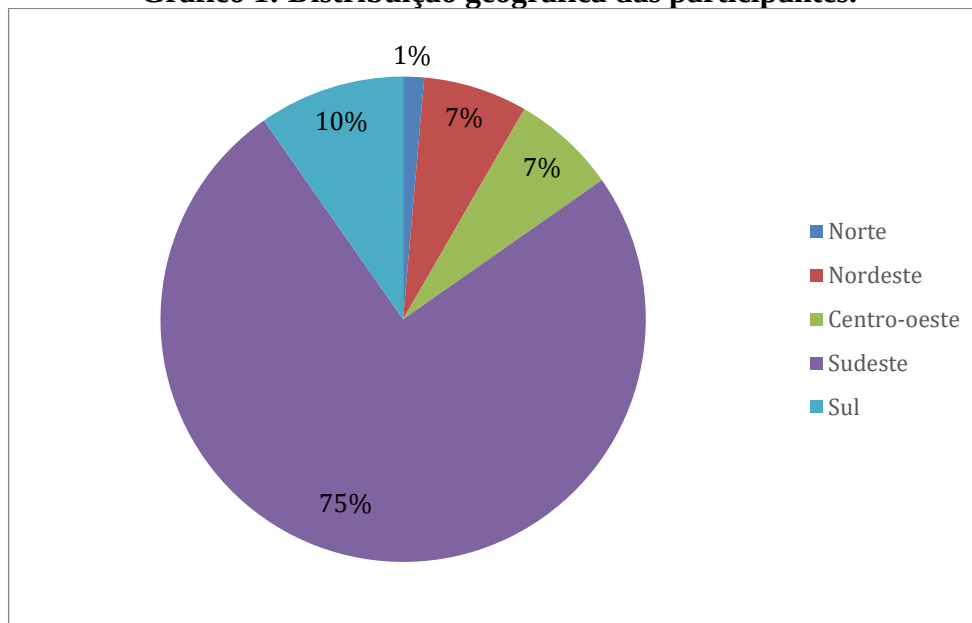
A seguir elaboramos uma nuvem de palavras, exposta na figura 3, a qual traz os temas abordados nas páginas citadas.

Fonte: Elaboração própria.

SEÇÃO 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para conhecermos um pouco as nossas participantes utilizaremos dos dados coletados que obtivemos das 72 respostas das participantes. Cabe enfatizar que as participantes são de todas as regiões do país. O gráfico 1 apresenta a região do país das participantes.

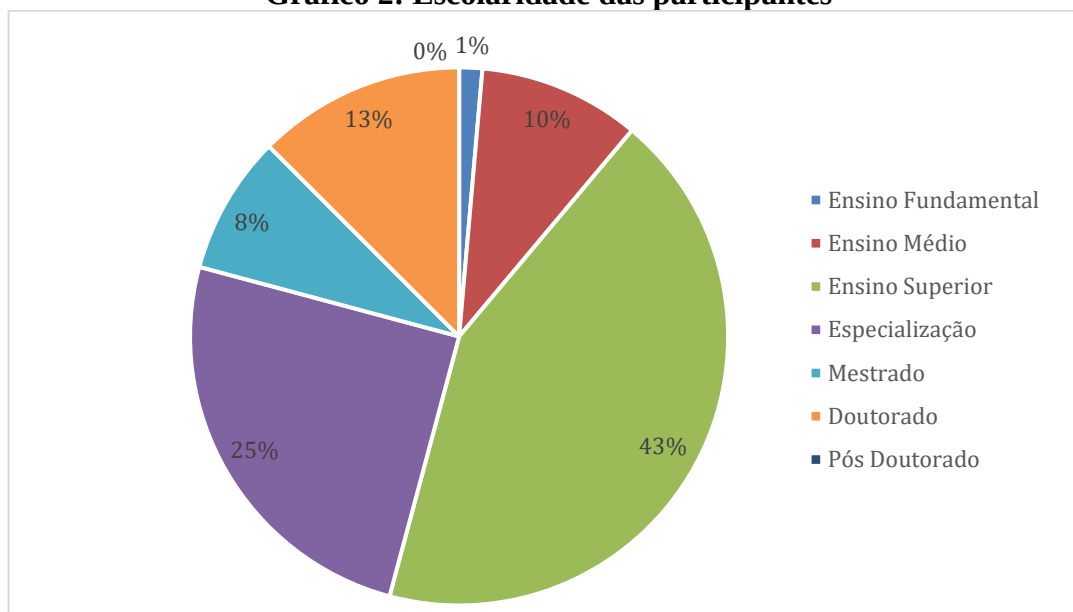
Gráfico 1: Distribuição geográfica das participantes.



Fonte: Elaboração própria.

A maior parte, 54 pessoas (75%) são da região Sudeste, seguido por 7 participantes da região Sul (9,7%), e 5 pessoas das regiões Nordeste e do Centro Oeste, equivalente a (6,9%) e 1 participante da região Norte (1,4%). Nota-se, portanto, a baixa aderência de pessoas da região Norte. O fato de estarmos no Sudeste, pode ter contribuído para que a maior parte das participantes fossem dessa região também.

Quanto à escolarização de nossas participantes, tem-se: 1 tem ensino fundamental, 7 tem ensino médio, 31 tem ensino superior, 18 tem especialização, 6 tem mestrado, 9 tem doutorado. O gráfico 2 explora acerca da escolaridade das participantes.

Gráfico 2: Escolaridade das participantes

Fonte: Elaboração própria.

Como pode-se observar no gráfico 2, a maioria (43,1%) das participantes possuem ensino superior. E ainda temos outras 9 com elevado nível de escolarização que é o doutorado. Isso demonstra que as mulheres do nosso estudo que possuem informações pelas redes sociais, possui um grau elevado de instrução.

A literatura tem mostrado que a educação melhora o acesso que as mulheres têm a conhecimentos, ideias e possibilidades. Há uma melhor capacidade para tomar decisões para o seu próprio bem-estar, e lidar com as vulnerabilidades a que são expostas. Assim, a educação, configura-se uma das estratégias mais eficazes para lidar com a melhoria nas condições de vida de um ser-humano e torna-se condição essencial para enfrentar a desigualdade de gênero. (Kabeer, 2003).

O fato de a maioria das participantes de nossa pesquisa apresentar alta escolarização, sugere que mulheres com baixa ou nenhuma escolarização possivelmente enfrentam maiores dificuldades para acessar as redes sociais, que podem estar relacionadas à falta de familiaridade com as tecnologias, à escassez de tempo — muitas delas trabalham longas jornadas —, à ausência de equipamentos como computadores, ou mesmo à falta de acesso à internet, entre outros fatores.

Durante a pandemia da Covid-19, as escolas precisaram funcionar de maneira remota. Muitos estudos foram realizados e apontam diferenças no acesso entre alunos de escola particular e pública, remontando à questão econômica, e alunos brancos e negros, demonstrando diferenças de raça. Carneiro (2021, p. 42) aponta que:

70,65% do total de estudantes que têm realizado as atividades remotas/virtuais, por raça/ cor e gênero estão realizando tarefas escolares durante a pandemia, porém esse indicador cai para 58,54% entre as meninas negras e está acima da média para meninos negros (76,39%), meninas brancas (87,5%) e meninos brancos (92,86%). Neste aspecto, observamos que os dados sobre o direito à educação em período de isolamento social refletem a pirâmide racial brasileira, em que as mulheres negras estão na base, seguidas de homens negros, mulheres brancas e homens brancos.

A pandemia da Covid-19 agravou demasiadamente as desigualdades da população negra no acesso à educação na rede pública, população esta que nem sempre têm acesso a internet e aos artefatos tecnológicos

Nos dados do IBGE (2022), a proporção de mulheres brancas com 25 anos de idade ou mais que tinham completado o nível superior (29,0%) era o dobro da observada para as pretas ou pardas (14,7%). No Brasil, as mulheres negras e pardas enfrentam desigualdades mais intensas do que as mulheres brancas em várias áreas, como educação, mercado de trabalho, renda e representatividade política. Elas dedicam mais tempo às tarefas domésticas e ao cuidado de outras pessoas, apresentam uma taxa de participação inferior no mercado de trabalho e estão sub-representadas em cargos políticos. Além disso, as mulheres negras e pardas são as principais vítimas de feminicídios e, também, compõem a maior parcela da população em situação de pobreza.

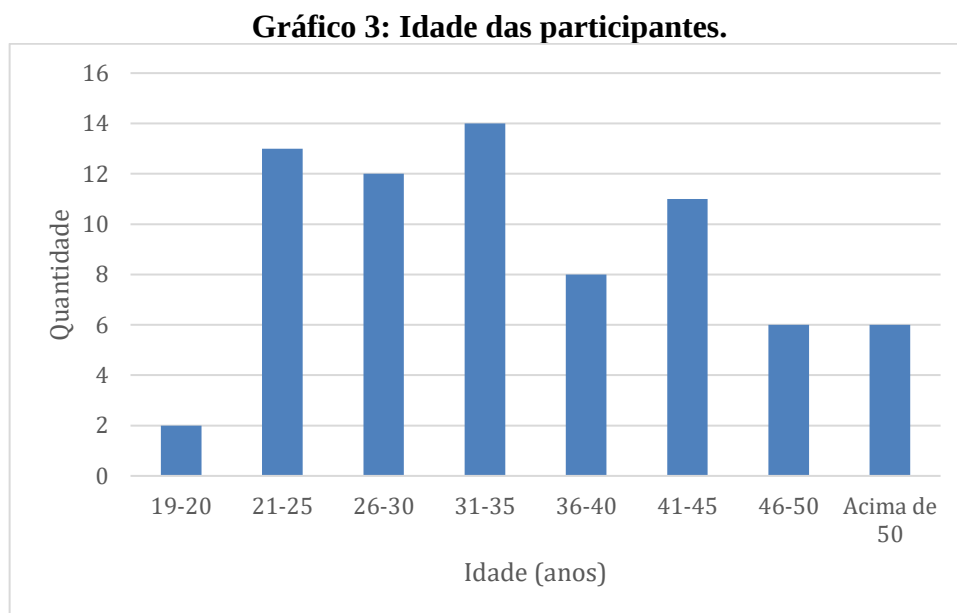
A análise racial da violência letal contra mulheres no Brasil revela um quadro alarmante, onde o racismo se manifesta de forma brutal e impacta desproporcionalmente as vidas de mulheres negras. Os dados do IBGE (2022) confirmam essa realidade, evidenciando que no caso dos feminicídios 61,1% das vítimas são negras, enquanto 38,4% são brancas. Nos outros homicídios de mulheres a proporção de vítimas negras é ainda mais expressiva, alcançando 68,9%, em comparação com 30,4% de vítimas brancas.

Essa discrepância nos números não é mera coincidência, mas sim o reflexo de um racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. A violência de gênero, nesse contexto, se torna ainda mais cruel e devastadora para mulheres negras e pobres, que enfrentam múltiplas formas de opressão: racismo, machismo, pobreza. A interseccionalidade dessas opressões cria um cenário de extrema vulnerabilidade para mulheres negras e pobres, que enfrentam barreiras adicionais para acessar justiça, proteção e apoio. A falta de políticas públicas eficazes, o racismo institucional e a impunidade perpetuam esse ciclo de violência, tornando-o ainda mais difícil de romper.

A superação dessa realidade exige um esforço conjunto da sociedade, do Estado e das instituições, com o objetivo de combater o racismo em todas as suas formas, desconstruindo estereótipos e preconceitos; implementar políticas públicas eficazes de prevenção e combate à

violência de gênero, com foco nas necessidades específicas das mulheres negras; garantir o acesso à justiça e à proteção para todas as mulheres, independentemente de raça e classe social; promover a igualdade racial e de gênero, combatendo a discriminação e a violência.

Quanto a idade das participantes varia de 19 a 63 anos, como pode-se observar no gráfico 3:



Fonte: Elaboração própria.

Com base no gráfico, podemos fazer as seguintes observações sobre a distribuição das idades das participantes:

- a) Há uma maior concentração de participantes na faixa etária de 21 a 35 anos;
- b) As faixas etárias de 36 a 40 anos e de 41 a 45 anos possuem números intermediários de participantes, com 8 e 11 participantes, respectivamente.
- c) As faixas etárias de 18 a 20 anos, de 46 a 50 anos e acima de 50 anos têm números menores de participantes, com 2, 6 e 6 participantes, respectivamente.

Essa análise mostra uma distribuição variada das idades das participantes, com uma maior representação das faixas etárias entre 21 e 35 anos, seguida por uma diminuição gradual nas faixas etárias mais altas. Isso pode indicar uma possível tendência de maior interesse ou engajamento de mulheres mais jovens em questões relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino, embora ainda haja participação significativa de mulheres de faixas etárias mais maduras.

Sobre o estado civil das participantes, podemos fazer as seguintes observações:

A maior parte das participantes, 70,8% do total, estão em algum tipo de relacionamento, incluindo casadas, namorando, em união estável ou noivas. Entre as participantes em

relacionamentos, a maioria, 41,7%, são casadas. Outras 19,4% têm namorado ou ficante, indicando um número significativo de participantes em relacionamentos não formais. Há também 4,2% que são divorciadas, indicando que uma pequena parcela das participantes está atualmente divorciada. E 25% estão solteiras. Além disso, 9,7% responderam "outro" em relação ao seu estado civil, sugerindo uma diversidade de situações que não se enquadram nas categorias tradicionais de estado civil, sendo que na pergunta seguinte, 6 participantes relataram estar em união estável não formalizada e 1 participante relatou estar noiva.

Essa análise mostra que a maioria das participantes estão em algum tipo de relacionamento, seja casamento, namoro, união estável ou noivado, enquanto uma parcela menor está solteira ou em outras situações não tradicionais, o que revela um panorama multifacetado.

Mulheres empoderadas precisam ser necessariamente solteiras ou independentes de relacionamentos? O empoderamento reside na capacidade de escolha e autonomia, e muitas mulheres escolhem estar em relacionamentos saudáveis e equilibrados.

Um relacionamento pode ser um espaço de apoio mútuo e crescimento, onde ambos os parceiros se sentem valorizados e respeitados. O empoderamento, nesse contexto, se manifesta na capacidade de estabelecer limites, negociar papéis e manter a individualidade dentro da relação.

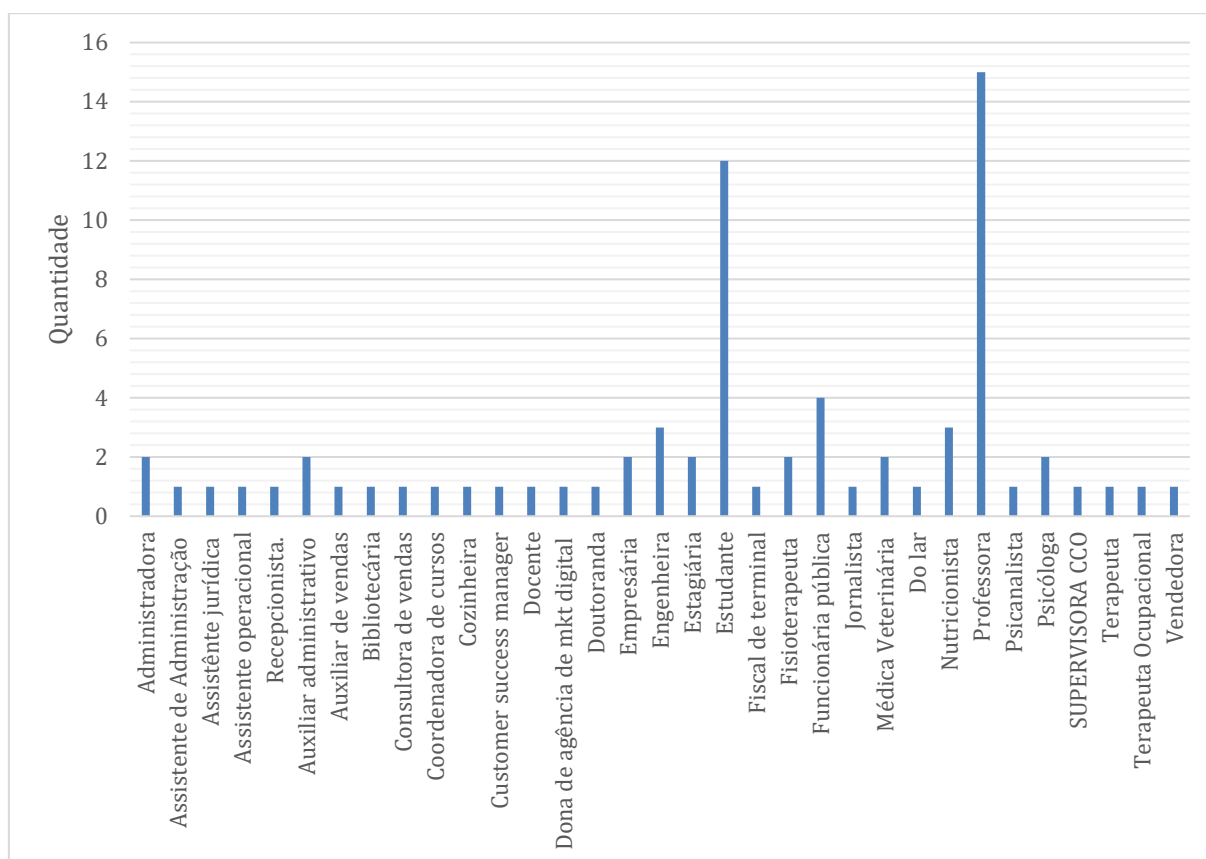
Os seres humanos são seres sociais, e a busca por conexão e intimidade é uma escolha de muitos, os relacionamentos amorosos podem proporcionar um senso de pertencimento, segurança emocional e companheirismo.

Analisando criticamente os tipos de relacionamentos em que essas mulheres se encontram, a alta porcentagem de casadas (41,7%) pode indicar a persistência de modelos tradicionais de família, que nem sempre são sinônimos de igualdade de gênero. A presença significativa de mulheres em relacionamentos não formais (19,4%) pode refletir uma mudança nos padrões de relacionamento, com maior flexibilidade. A pequena porcentagem de mulheres divorciadas (4,2%) pode indicar que o divórcio ainda é visto como um tabu ou uma experiência estigmatizada, o que pode dificultar a busca por autonomia. A porcentagem de 25% de mulheres solteiras, mostra que parte dessas mulheres optaram por estar sozinhas. O empoderamento feminino se manifesta na capacidade de tomar decisões conscientes sobre a própria vida, incluindo a escolha de estar ou não em um relacionamento. Mulheres empoderadas valorizam sua autonomia e independência, e não se sentem pressionadas a seguir padrões sociais ou expectativas de gênero, estando ou não em algum tipo de relacionamento.

Os dados apresentados não indicam uma contradição entre empoderamento e relacionamentos, mas sim a complexidade das escolhas femininas na sociedade contemporânea.

A profissão das participantes, foi outro aspecto investigado no estudo. Os dados relativos a esta questão estão expostos no gráfico 4:

Gráfico 4: Profissão das participantes



Fonte: Elaboração própria.

Conforme consta no gráfico 4, entre as profissões listadas, podemos observar uma variedade de campos profissionais e ocupações. Aqui estão algumas observações sobre a distribuição das profissões das participantes. Docente, estudante, auxiliar administrativo e funcionária pública, foram as profissões que mais apareceram entre as participantes.

Nutricionista, Fisioterapeuta, Psicanalista, Psicóloga, Terapeuta, Terapeuta Ocupacional, Médica Veterinária: Essas profissões estão relacionadas à área da saúde e bem-estar, indicando a presença de profissionais dessa área entre as participantes.

Empresária, Dona de agência de marketing digital, Consultora de vendas, Coordenadora de cursos: Mostra a presença de mulheres empreendedoras ou envolvidas em cargos de liderança e gestão. Assistente jurídica, Assistente de Administração, Assistente operacional, Recepcionista: Refletem ocupações administrativas e de suporte em diversos setores.

Engenheira Civil, Engenheira: Indicam a presença de mulheres em campos tradicionalmente dominados por homens, como as engenharias. Há também mulheres no campo da comunicação e da informação, como jornalista e bibliotecária.

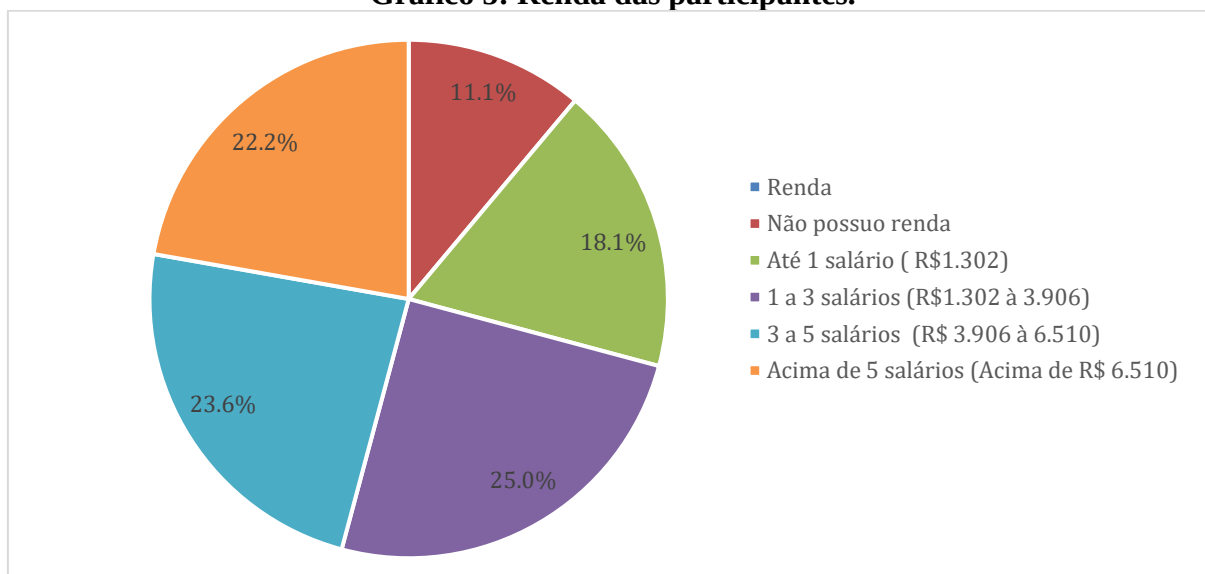
Estagiária, Estudante de graduação, estagiária de sociologia, Estudante/Bolsista: Reflete a presença de mulheres em diferentes estágios de formação acadêmica e ingresso no mercado de trabalho. Outras profissões incluem: Fiscal de terminal, *Customer success manager*, Supervisora CCO, Doutoranda, entre outras.

Nossa pesquisa foi divulgada no meio acadêmico, pelo e-mail institucional, possivelmente esse é um dos motivos para receber tantas respostas de pessoas escolarizadas e, ainda em consonância com os dados que colocamos mais acima, de que as mulheres menos escolarizadas acessam menos as redes sociais, possivelmente porque despendem mais tempo cuidando dos afazeres domésticos e de pessoas, além de muitas vezes trabalharem mais horas por dia, e/ou ainda não possuem computador com acesso à internet.

Essa diversidade de profissões reflete a variedade de interesses, habilidades e experiências das participantes, bem como a ampla gama de oportunidades profissionais disponíveis para mulheres em diferentes setores da economia e da sociedade.

A maioria das participantes exerce alguma atividade remunerada, e essa é uma variável relevante no processo de empoderamento feminino, especialmente no que se refere à conquista da autonomia financeira. Embora não seja o único fator determinante, a independência econômica contribui significativamente para que muitas mulheres consigam se desvincular de relações abusivas. Em contrapartida, a dependência financeira de seus parceiros ainda leva inúmeras mulheres a permanecerem em contextos de violência doméstica, tanto física quanto psicológica, por se sentirem incapazes de sustentar a si mesmas ou seus filhos sem o apoio do cônjuge. No entanto, é importante destacar que a violência de gênero também atinge mulheres com alto poder aquisitivo, indicando que outras dimensões estão implicadas nesse fenômeno. Entre elas, sobressaem-se a dependência emocional, os fatores culturais e as influências religiosas, que muitas vezes dificultam o rompimento com relações abusivas, mesmo quando não há impedimentos econômicos.

A questão seguinte perguntou a renda mensal das participantes. Os dados obtidos podem ser consultados no gráfico 5.

Gráfico 5: Renda das participantes.

Fonte: Elaboração própria.

O gráfico mostra que 11,1% das participantes não possuem renda. A maioria delas possuem entre 1 e acima de 5 salários-mínimos, embora seja um baixo salário, ter alguma renda também é considerado fator facilitador do empoderamento das mulheres. Quando elas não dependem financeiramente de ninguém, elas costumam se posicionar mais e não aceitam relacionamentos abusivos. Corroborando com essa ideia temos Faria, (2011) e Hunt; Samnan, (2016) que dizem que para modificar as relações desiguais e de opressão que atingem as mulheres, o empoderamento econômico é central. E que essa autonomia passa por salário e trabalho digno, possibilidades de crescimento pessoal e profissional, e o direito ao lazer.

Outro fator que interfere no empoderamento feminino é a questão racial. Muitas vezes mulheres negras bem-sucedidas e bem assalariadas têm dificuldade de manter o empoderamento, normalmente elas são muito mais questionadas em suas posições sociais, porque elementos estruturais como o racismo inibem seu empoderamento. O patriarcado capitalista com supremacia branca incutiu a ideia de que a negra era só “corpo sem mente”, enraizando a imagem dela enquanto símbolo sexual, prostituta, o que torna o domínio intelectual um lugar interdito. (Hooks, 2005)

Nas análises de gênero as mulheres recebem o peso da discriminação por conta do gênero feminino, mas, não podemos nos abster de realizar outras análises que incluem outros fatores, tais como (classe, raça, cor, religião, geração, etnia, orientação sexual), sendo preciso um olhar interseccional, porque para cada marca dessa, os variados grupos de mulheres experienciam a discriminação.

Para as autoras Collins e Bilge (2021), de uma forma genérica definem Interseccionalidade como,

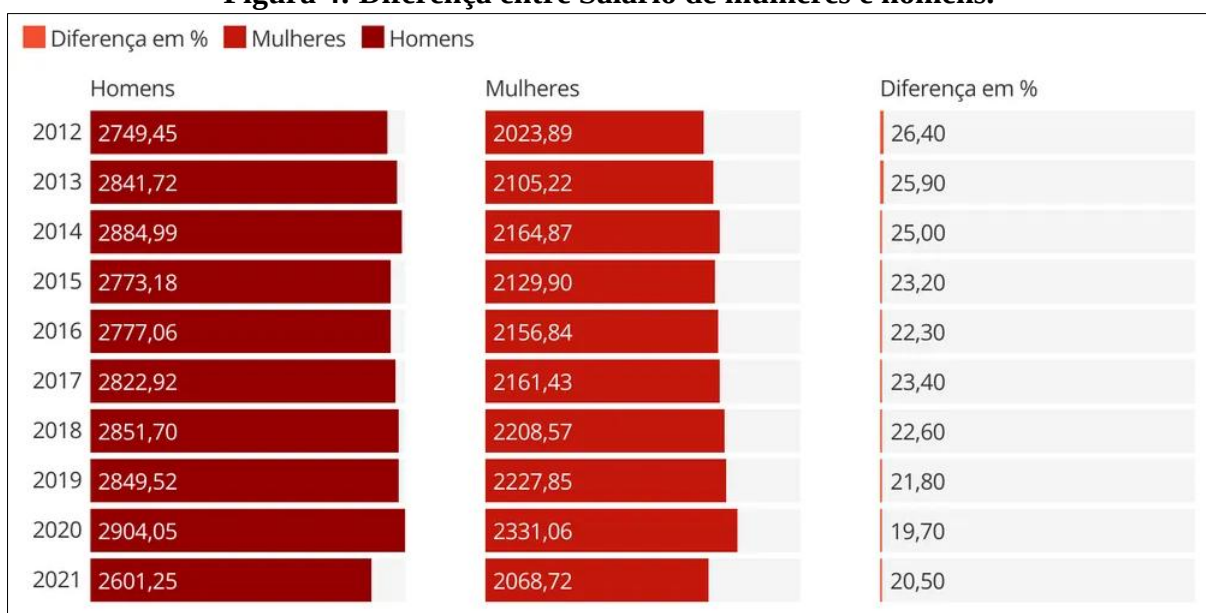
relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. A interseccionalidade como ferramenta analítica, considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é então uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021, p. 13)

Em uma palestra na Universidade Federal da Bahia, a autora Angela Davis (2017), insistiu que a mulher negra está na base da pirâmide social e quando ela se movimenta, consequentemente toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado, portanto, os governos devem investir em políticas públicas que atendam esse público.

Outro aspecto investigado refere-se a se as participantes consideram justo os homens ganharem mais que mulheres exercendo as mesmas funções no trabalho. Todas as participantes responderam que não. O que desvela que é unânime a discordância acerca disso. As participantes consideram injusto que homens e mulheres no exercício das mesmas funções, recebam salários diferentes, pois ambos desempenham o mesmo trabalho e devem ser remunerados de forma igualitária. Com efeito, a desigualdade salarial baseada no gênero é uma forma de discriminação que precisa ser combatida.

Dados do IBGE, mostram que as mulheres ganham até 20% a menos que os homens exercendo os mesmos cargos. A figura 4 apresenta estes dados.

Figura 4: Diferença entre Salário de mulheres e homens.



Fonte: IDados, a partir de dados da PNAD.

A historiadora econômica norte-americana Claudia Goldin é prêmio Nobel de Economia de 2023, por seu trabalho que examina a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Em seu trabalho, ela discorre sobre a participação e ganhos das mulheres no mercado de trabalho ao longo do tempo e revela as causas da mudança, bem como as principais causas da disparidade salarial. Entre estas causas, ela aborda que as mulheres que passam pela experiência de serem mães são afetadas negativamente no mercado de trabalho, gerando ou aprofundando a disparidade salarial (Goldin, 1992).

Outro aspecto investigado, refere-se à percepção sobre o papel do gênero na importância do trabalho masculino e feminino. As participantes são unânimes ao discordarem da afirmativa que é amplamente divulgada no senso comum, de que o homem trabalhar seria mais importante do que a mulher, visto ser o cabeça do lar.

Em muitas culturas o homem ainda recebe esse título. Entretanto, desde a década de 1960 a partir do movimento feminista, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido cada vez mais valorizada e reconhecida. Isso torna o papel do homem como "cabeça do lar" algo ultrapassado e desatualizado, sobretudo porque muitas mulheres não são casadas e, portanto, não procede a dependência financeira dos homens. É fundamental reconhecer e valorizar a igualdade de gênero, bem como a contribuição de todos os membros da família para a manutenção do lar, inclusive em muitas famílias, são as mulheres que assumem a responsabilidade financeira de sua casa.

Segundo o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Feijó, 2023), os números compilados com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostram que, a quantidade de lares com mulheres ocupando a função de responsável da família (com a remuneração mais alta do lar) cresceu 72,9% entre 2012 e 2022, passando de 22,2 milhões para 38,3 milhões. Ainda assim, observe-se que este fato, não tem elevado o nível de empoderamento dessas mulheres, tanto que a violência contra a mulher não cessa, pelo contrário, as taxas de feminicídio só aumentam. De acordo com os dados do Atlas da Violência (2024), na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres.

Na dissertação, *Salvador das mulheres*, de Alberto Heráclito Ferreira Filho, (1994), o pesquisador examina a condição feminina na cidade de Salvador durante o primeiro período republicano do Brasil. As relações que tratam as questões de gênero com outras estratificações sociais, como as mulheres eram vistas e tratadas nesse período.

A situação de classe, aliada a uma impunidade masculina legitimada pela ordem patriarcal, contribuiu para que, independente da questão de cor, brancas e pardas pobres assumissem importantes funções na luta pela sobrevivência, uma vez que a instabilidade das relações conjugais entre os populares geralmente reservava às mulheres o papel de núcleo estável nas organizações familiares e a conseqüente responsabilidade pela criação dos filhos. (Ferreira Filho, 1994, p. 11).

De acordo com Ferreira Filho, muitos pais não assumiam seus filhos e as mulheres eram as principais responsáveis pela criação, educação e sustento de suas famílias, isso já fruto da dinâmica escravista. Para arcar com todas as despesas, as mulheres precisavam estar mais ativas socialmente e a elas cabiam um leque variado de serviços domésticos e de pequenas atividades comerciais, as feiras livres, por exemplo, eram lugares muito comuns das mulheres naquela época, especialmente as negras e libertas da escravidão.

O modelo burguês de família - que começa a se instituir entre as elites no Brasil no século 19 onde às mulheres era delegado o mundo do lar e ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia a dia das famílias. A participação das mulheres em “sua quase totalidade” em atividades econômicas, propiciavam-lhes “uma certa autonomia financeira em face a maridos e companheiros que muitas vezes mal contribuem para o sustento das famílias (Ferreira Filho, 1994, p. 17).

De acordo com Ferreira Filho (1994), as atividades remuneradas eram uma extensão das obrigações de casa, apresentavam-se facilmente, visto que seus preços eram baixos e não onerava em muito o orçamento das pessoas que faziam uso. Romper com as relações conjugais também não era problema, visto que isso não afetava a sobrevivência das mulheres.

Tanto naquela época, como ainda hoje, em famílias mais pobres, todos os integrantes ajudam no sustento familiar e onde a casa é chefiada por mulheres, a vida cotidiana e feminina na sua expressão prática, contudo, masculina em seus valores, regras e propósitos, mantém-se os papéis e as relações de gênero dominantes.

As famílias matrifocais baianas sempre choraram pela falta dos seus pais. E paradoxalmente, ensinaram aos seus filhos a também fugirem. Salvador, na prática, era uma cidade de mulheres, apesar destas não reconhecerem e constantemente esperarem um salvador (Ferreira Filho, 1994, p. 200).

E tudo isso em consonância com nossos dados, que por mais que as mulheres assumam financeiramente todas as demais funções dos lares, isso ainda não é suficiente para emponderá-las e com isso ainda mantém-se a estrutura patriarcal.

Como pesquisadora, fazer perguntas aparentemente óbvias ou com respostas já conhecidas pode ter diversas finalidades e importância dentro do processo de pesquisa. Para cada questionamento ou afirmação do nosso questionário, já tínhamos uma premissa, mas, ao coletar dados empíricos por meio das perguntas, permite-se confirmar ou refutar a premissa.

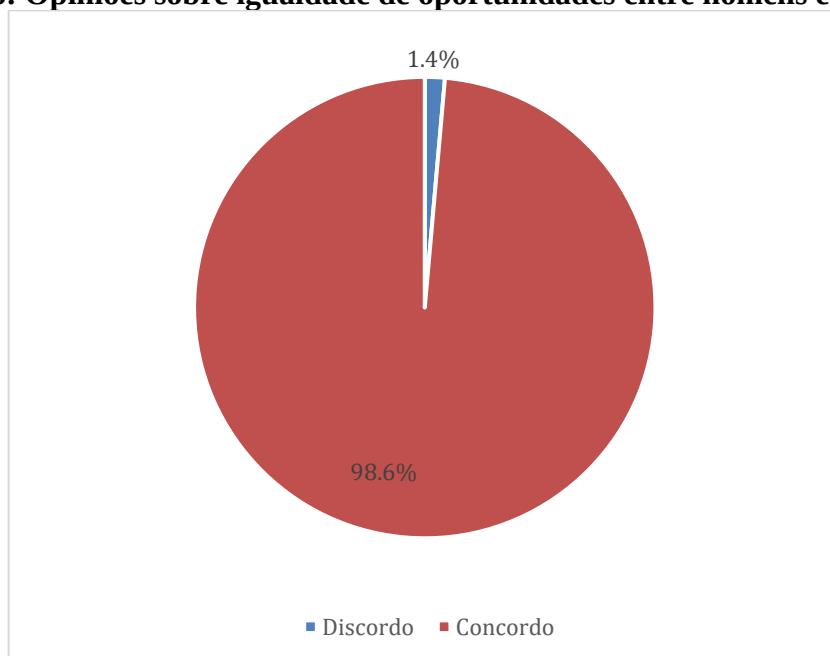
As respostas obtidas podem revelar nuances e variações que não eram evidentes inicialmente, garantindo uma visão mais completa e representativa do fenômeno estudado, e ainda, fortalecer ou questionar as teorias existentes, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

Mesmo que a resposta geral seja previsível, as justificativas e explicações das participantes, em algumas questões podem revelar a complexidade e as contradições presentes na sociedade. Perguntas que provocam respostas divergentes podem gerar novos insights e questionamentos, levando a uma análise mais profunda do tema. As respostas podem revelar perspectivas inesperadas ou pontos de vista que não haviam sido considerados inicialmente, e, podem ser utilizadas como evidências para sustentar argumentos e análises na discussão da pesquisa.

Em suma, fazer perguntas aparentemente óbvias é uma prática importante na pesquisa social, pois permite confirmar premissas, compreender o contexto, gerar novos insights e construir uma argumentação sólida.

Passamos então a análise dos dados, dessas perguntas óbvias. Um aspecto investigado foi se homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades em todas as situações sociais e o gráfico 6 traz o resultado dessa interrogação.

Gráfico 6: Opiniões sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.



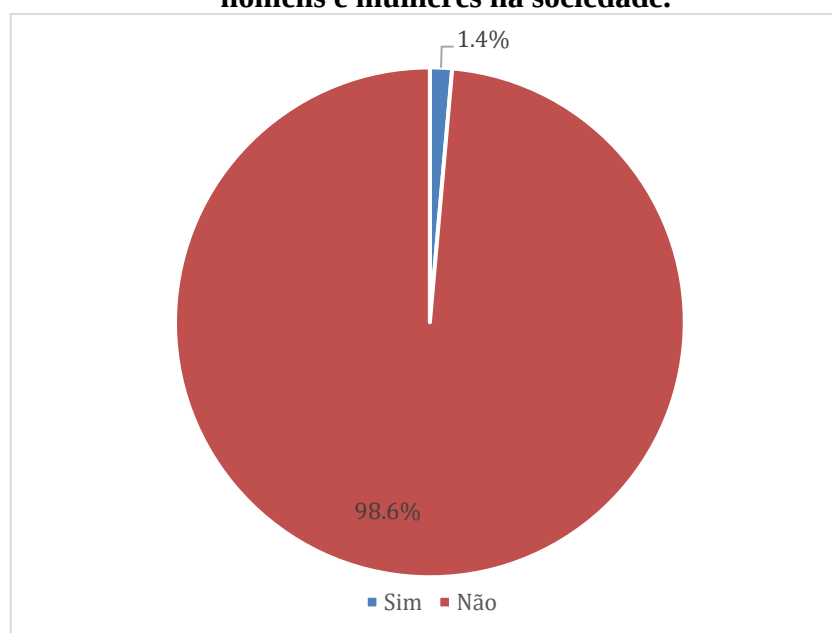
Fonte: Elaboração própria.

Os resultados demonstram que 98,6% das participantes estão de acordo com a necessidade de oportunidades iguais entre homens e mulheres. No entanto, uma participante discordou dessa afirmação. A razão para essa discordância não está clara: pode ser devido a

uma interpretação diferente da pergunta ou uma opinião genuína de desacordo. De qualquer forma, é intrigante perceber que, mesmo no século XXI, ainda debatemos e defendemos a importância do acesso igualitário de homens e mulheres a oportunidades sociais em todas as áreas da vida.

A pergunta seguinte foi se em nossa sociedade as oportunidades são iguais tanto para homens quanto para mulheres. O gráfico 7 traz os dados dessa questão.

Gráfico 7: Percepções sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade.



Fonte: Elaboração própria.

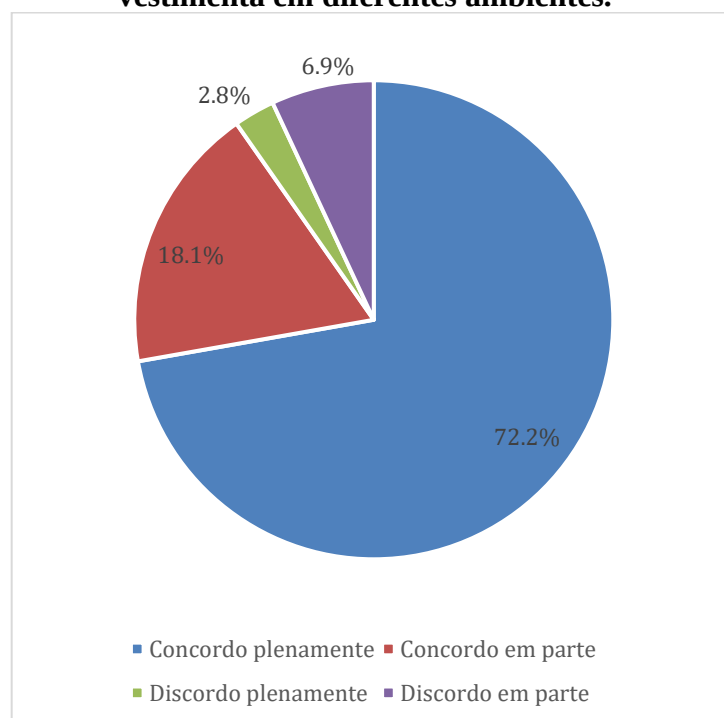
A maioria das participantes responderam que não, que as oportunidades não são igualitárias, sendo que, apenas uma participante respondeu que sim.

Ainda que tenhamos avançado em direção à igualdade de gênero, é notória a existência de desigualdades e disparidades de oportunidades entre homens e mulheres em várias situações sociais, o que requer esforços contínuos a fim de se promover a equidade.

De acordo com a Forbes (2023), uma pesquisa do Sebrae evidenciou que mulheres empreendedoras são responsáveis pela abertura de mais de 50% das empresas, no entanto dedicam, em média, 17% menos horas para seus negócios do que os homens empreendedores, e os motivos que mais apareceram foram: jornada dupla, divisão de tarefas injusta, ausência de políticas públicas efetivas que lhes deem suporte.

Na sequência, outra questão do estudo versou sobre a liberdade de vestimenta das mulheres em diferentes ambientes, que está disponibilizada no gráfico 8.

Gráfico 8: Opiniões sobre o direito das mulheres à liberdade de vestimenta em diferentes ambientes.



Fonte: Elaboração própria.

Como é possível identificar no gráfico 8, 72,2% das participantes concordam que as mulheres deveriam usar qualquer tipo de roupa, a despeito do ambiente, sem serem incomodadas.

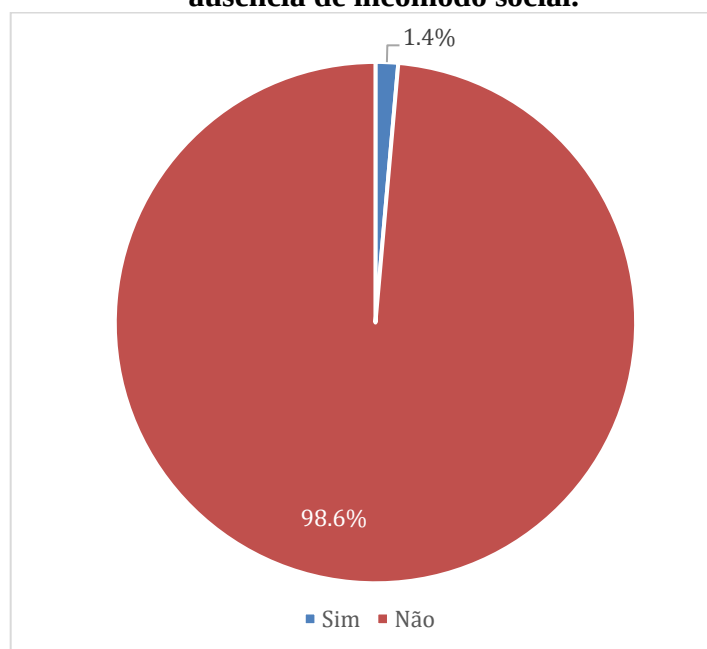
A liberdade de escolha na forma de se vestir é um direito fundamental de todas as pessoas, incluindo as mulheres. Inoportunamente ainda existem normas sociais e estereótipos que tentam impor restrições ao modo como as mulheres devem se vestir, baseados em preconceitos ou ideias ultrapassadas sobre moralidade.

É importante combater essas noções e promover a ideia de que todas as pessoas têm o direito de se expressar através da sua aparência, sem serem julgadas ou colocadas em situações de risco. A responsabilidade pela violência ou assédio nunca deve recair sobre a vítima, mas, sim, sobre aqueles que cometem tais atos. É preciso se construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, na qual as mulheres possam se sentir seguras e livres para usar qualquer tipo de roupa que desejarem, em qualquer ambiente.

Uma pequena parte das participantes discordaram plenamente e ou discordaram em parte, mas, não temos como analisar as motivações dessas respostas porque não pedimos para justificar.

O gráfico 9 mostra à luz da sociedade se as mulheres conseguem usar qualquer tipo de roupa e não serem incomodadas.

Gráfico 9: Percepções sobre o uso de roupas por mulheres e a ausência de incômodo social.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados mostram que 98,6% das participantes disseram que não conseguem usar qualquer tipo de roupa e não serem incomodadas.

Está claro para a maioria das mulheres participantes desse estudo, que apesar de elas terem o direito de se vestirem como quiserem e não serem incomodadas, isso não ocorre de fato, pois muitos agressores tentam justificar suas violências contra mulheres, principalmente em situações como os estupros, atribuindo a culpa à roupa que a mulher estava vestindo, e uma grande parte da população, inclusive outras mulheres, apoiam por vezes esta ideia.

De acordo com 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), foram registrados mais de 50 mil casos de estupro no Brasil entre 2019 e 2020. A pesquisa mostra que trinta por cento dos brasileiros concordam com a afirmação “a mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada”.

Com uma mentalidade assim, fica mais difícil apoiar as vítimas e culpabilizar os criminosos. É preciso que haja conscientização populacional sobre este aspecto para que consigamos ter outros resultados.

De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 61,4% das vítimas de estupro no país, em 2022, eram crianças com idade de 0 a 13 anos. Um dado ainda mais alarmante é que 10,4% dessas vítimas tinham menos de 4 anos. Mais um dado, que prova que a roupa não pode ser motivo de culpabilização da vítima.

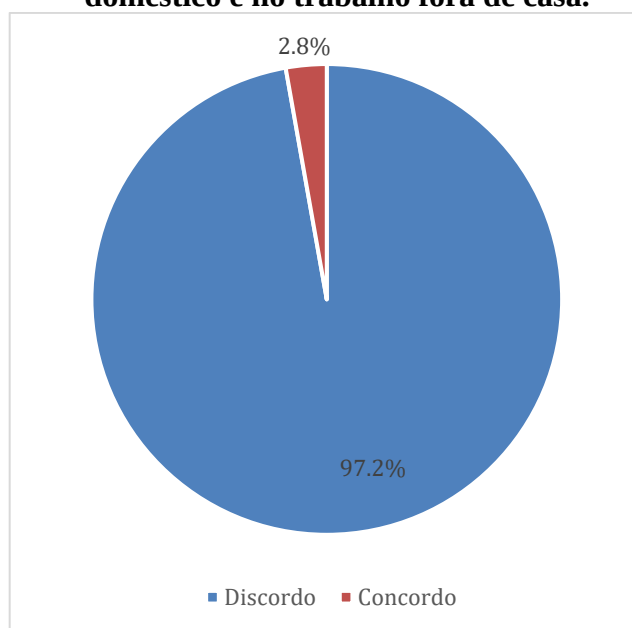
No livro, *A história (quase) secreta da sexualidade infanto-juvenil e dos crimes sexuais/dramas cotidianos na cidade de Salvador (1940-1970)*, Barbosa (2019) nos apresenta

um estudo histórico sistemático, influenciado pelos estudos de gênero, teoria feminista, assim como sociologia e antropologia. Trata-se de uma investigação sobre a violência sexual exercida sobre os corpos das crianças e adolescentes por meio do estudo de crimes contra os costumes e da legislação que regulava sua punição e, também, traz a noção de honra feminina.

O livro recupera os significados que as fases da vida – infância e adolescência – foram adquirindo no marco temporal 1940 a 1970, caracterizado por mudanças urbanísticas, culturais e políticas na sociedade soteropolitana. A estrutura patriarcal, machista e misógina que alimenta o controle sobre os corpos femininos, a violência sobre os corpos infantis e juvenis, reflete a violência estrutural que permeia nossa sociedade ocidental.

No gráfico 10 está representada a resposta referente à afirmação 'As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos e não trabalhar fora de casa'.

Gráfico 10: Opiniões sobre o papel das mulheres no cuidado doméstico e no trabalho fora de casa.



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico 10, pode-se observar que 97,2% das participantes discordam que as mulheres devem se dedicar somente aos cuidados domésticos e não devem trabalhar fora de casa, mas, 2 participantes concordam, o que gera estranheza nos dias atuais.

As mulheres devem ter a liberdade de escolher o que desejam fazer com suas vidas, inclusive em relação ao trabalho. Não é válido limitar as mulheres a serem responsáveis em ter de assumir o papel de cuidadoras do lar e dos filhos, pois elas têm habilidades, talentos e ambições que podem ser exploradas em diferentes áreas profissionais para além do ambiente doméstico. Além disso, trabalhar fora proporciona independência financeira, crescimento

pessoal e contribui para a igualdade de gênero na sociedade. Assim, é importante valorizar e apoiar as escolhas individuais das mulheres, respeitando sempre sua autonomia e capacidade de decidir sobre suas vidas, ou seja, é preciso valorizar seu empoderamento.

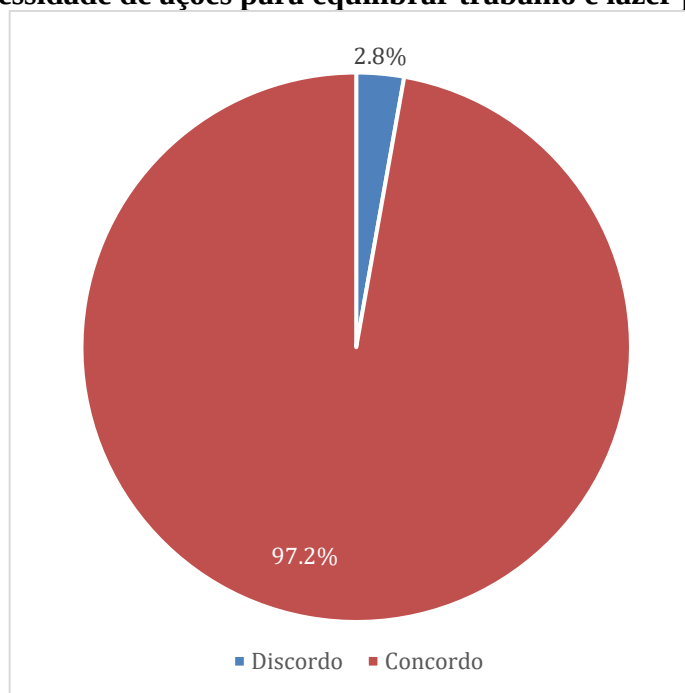
Para o IBGE, as atividades do lar são agrupadas com aposentados, inválidos e estudantes, porque entram como inatividade econômica. No estudo de Bardwick (1981), as atividades do lar são representadas como inferiores e trabalho que deve ser realizado por uma mulher, o que sinaliza o quanto o machismo permeia a sociedade brasileira.

Já no estudo de Bruschini (2006), as mulheres trabalhadoras e mães que estão ativas profissionalmente, ainda dedicam horas às atividades domésticas, e se sentem prejudicadas tanto em seu trabalho como em suas vivências da maternidade.

Desta forma, observa-se uma desconsideração do tempo gasto em um trabalho que é repetitivo, cansativo, não-remunerado e desvalorizado.

Outra pergunta investigou se 'é preciso que sejam consideradas e realizadas ações para que a mulher consiga trabalhar e desfrutar de tempo de lazer, assim como o homem'. Os resultados obtidos encontram-se apresentados no gráfico 11.

Gráfico 11: Necessidade de ações para equilibrar trabalho e lazer para as mulheres.



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser verificado no gráfico 11, 97,2% das participantes concordam com a afirmação de que são necessárias ações para equilibrar trabalho e lazer para as mulheres.

É fundamental que haja equidade de gênero no que diz respeito ao tempo de lazer. As mulheres devem ter a oportunidade de desfrutar de momentos de descanso e lazer, assim como

os homens, sem sobrecarga de tarefas domésticas e cuidados com os filhos, o que é uma realidade que afeta muitas mulheres, especialmente aquelas que trabalham fora de casa, levando à exaustão física e mental, prejudicando a saúde e o bem-estar delas.

Para Gonçalves (2010), homens e mulheres sempre ocuparam espaços cultural e historicamente determinados. E isso produziu a dicotomia de dois mundos, o público e o privado, onde o primeiro representa o masculino, e é considerado produtivo, e o segundo representa o feminino ligado ao reprodutivo.

Para mudar isso, há que se ter ações como divisão igualitária das responsabilidades familiares, além de políticas públicas que incentivem a conciliação entre trabalho e vida pessoal, como horários flexíveis, licença parental remunerada e creches públicas de qualidade, além de uma mudança cultural que valorize o tempo livre das mulheres como um direito fundamental para sua saúde e bem-estar.

A mudança cultural é fundamental para garantir a equidade de gênero, incluindo o tempo de lazer. É preciso que a sociedade reconheça o valor do tempo livre das mulheres como um direito fundamental para sua saúde e bem-estar, e não apenas como uma opção secundária.

Isso requer uma alteração da mentalidade que questiona os estereótipos de gênero e as expectativas sociais em relação ao papel das mulheres na família e na sociedade. Além disso, é importante que haja mais representatividade feminina em áreas como esportes, cultura e entretenimento, de modo que as mulheres possam se ver representadas e valorizadas em diferentes espaços de lazer. É necessário que tanto homens quanto mulheres, sejam educados desde tenra idade sobre a importância da igualdade de gênero no tempo de lazer, para que essa mudança cultural seja duradoura e efetiva.

De acordo com Barbosa, Liechty e Pedercini (2013, p. 16), lazer é

[...] um tema muito amplo que é influenciado por vários fatores como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, *status* social, habilidades físicas, entre muitos outros aspectos e circunstâncias que definem e determinam a realidade de cada um de nós. Não é possível tentar definir lazer sem considerar “lazer para quem”.

Ou seja, cada pessoa a depender de todos os fatores elencados por Barbosa, experiência e traz o seu significado de lazer. Outro estudo que mostra esses dados, é o de Bertollo e Bertollo (2014), onde no caso das mulheres, dependendo da condição, elas estão - ou não - autorizadas a usufruir de certas formas de lazer. Ser solteira ou casada, mãe ou não, ser idosa, adulta ou jovem, ser branca, negra ou indígena, ser cis, trans, hétero, lésbica ou bissexual, ter mais ou menos estudo, são vetores que demarcam o lazer, em especial pela relação com o tempo livre e com o trabalho.

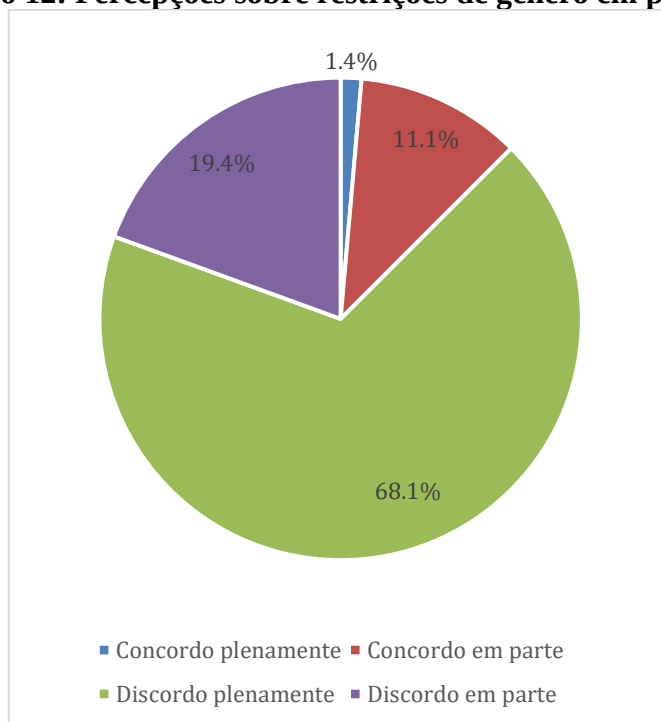
Corroboram para esta visão, González, Schwengber e Pinheiro (2015), que trazem que por se tratar de uma esfera sociocultural, os marcadores de idade, gênero, escolaridade, classe social, entre outros, produzirão diferentes maneiras de compreender, apropriar-se e vivenciar o lazer.

Na pesquisa de Bonalume e Isayama (2018), os dados mostram que dos homens e mulheres que estão no mercado de trabalho, 41% das mulheres tinham os afazeres domésticos como obrigação, enquanto apenas 24% dos homens declararam essa obrigatoriedade. Na faixa etária de 25 a 34 anos, os homens respondentes apontaram 98,90% de suas obrigações no trabalho, seguidos de 27,60% para afazeres domésticos e de 28,90% de famílias e filhos. Já as mulheres dessa mesma faixa etária responderam 94,30% para trabalho, seguido de 70,70% para afazeres domésticos e 52,30% de famílias e filhos.

Os dados dessas pesquisas evidenciam a diferença de gênero em relação ao que é considerado obrigação de homens e mulheres, de como destinam tempo às tarefas domésticas e ao lazer, e o quanto mesmo com o avanço em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, ainda carecemos de uma melhor divisão dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos.

Outro assunto importante a ser conhecido é quanto à questão de gênero. No gráfico 12 representamos as respostas à afirmação, se há profissões que as mulheres não podem realizar.

Gráfico 12: Percepções sobre restrições de gênero em profissões.



Fonte: Elaboração própria.

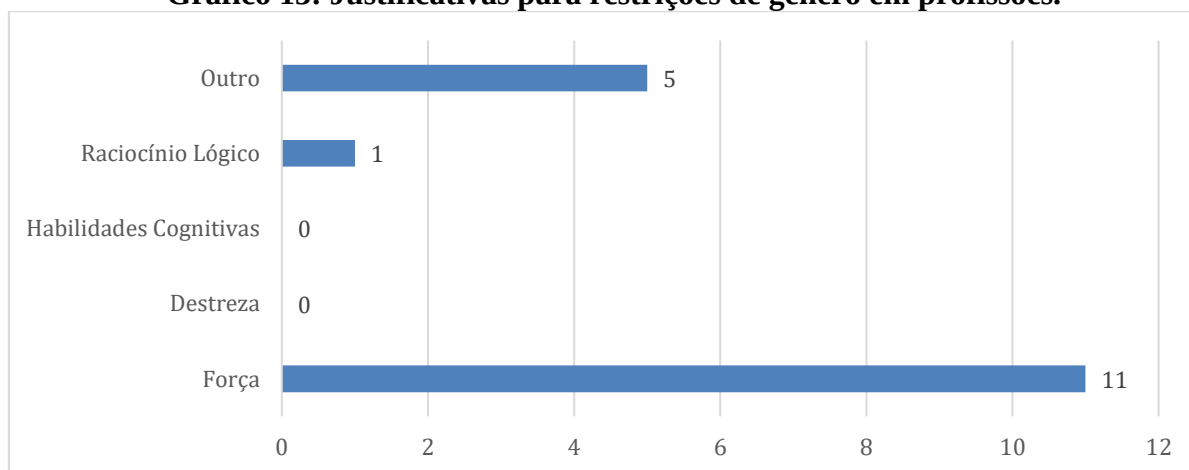
Como pode-se observar no gráfico 12, 68,1% das participantes discordam plenamente que exista alguma profissão que as mulheres não possam realizar.

É importante ressaltar que a igualdade de gênero implica na eliminação de quaisquer restrições ou limitações impostas às mulheres em relação às suas escolhas profissionais. Historicamente, houve profissões que foram consideradas "apenas para homens", mas satisfatoriamente, tem havido avanços significativos nesse sentido. Hoje em dia, as mulheres podem e devem ter acesso a todas as profissões, incluindo aquelas que antes eram dominadas por homens.

É essencial promover a igualdade de oportunidades, combater os estereótipos de gênero e garantir que as mulheres tenham o direito de escolher e exercer qualquer profissão com base em suas habilidades, interesses e aptidões. O mérito e a competência devem ser os critérios determinantes aos postos de trabalho e, não o gênero. As motivações da minoria que pensam o contrário foram entendidas no gráfico 13, onde aparece na opinião delas, que serviços que precisam de muita força devem ser só para homens.

Das participantes que concordaram ou discordaram em parte, as justificativas estão dispostas no gráfico 13.

Gráfico 13: Justificativas para restrições de gênero em profissões.



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos no gráfico 13 apontam que as participantes justificam que existem profissões que as mulheres não podem realizar, e estas são: 11 por questões de força, 1 por raciocínio lógico e 5 por outros motivos.

É importante lembrar que a capacidade física varia de pessoa para pessoa, independentemente do gênero. Embora algumas profissões possam exigir uma maior força física, é essencial garantir que as mulheres tenham igualdade de oportunidades para ingressar nessas áreas. Isso pode ser alcançado por meio de treinamento adequado, adaptações

ergonômicas e políticas inclusivas que promovam a diversidade de gênero em todos os setores. Além disso, é fundamental valorizar outras habilidades e qualidades além da força física, como inteligência emocional, habilidades cognitivas e capacidade de liderança, que são igualmente importantes no ambiente de trabalho.

Chies (2010) discorre que as profissões que foram construídas historicamente como masculinas são mais valorizadas que as que são consideradas femininas. Ao mesmo tempo, quando as mulheres ocupam espaço em profissões tidas como masculinas, muitas vezes pela demarcação de pré-requisitos tidos como masculinos (força, resistência e liderança), a força de trabalho dessas mulheres é concebida como inferior. Essas diferenças impostas entre os gêneros que, na maioria das vezes, expressam um sentido de inferioridade à mulher, são constituídas por um reforço ideológico que busca mascarar a realidade.

Não podemos naturalizar a questão da força, há muitas mulheres que trabalham em serviços tão pesados quanto os homens. Não há nenhuma profissão específica que uma mulher não possa exercer simplesmente por não ser tão forte quanto um homem. Hoje em dia, as exigências físicas são menos determinantes em muitas profissões devido aos avanços tecnológicos e mudanças nas práticas de trabalho.

Nos séculos XIX e XX, algumas profissões, como as militares ou de construção civil, eram consideradas predominantemente masculinas devido às exigências físicas. No entanto, muitas mulheres hoje em dia trabalham nessas áreas, e a força física não é mais um requisito fundamental para o desempenho eficaz do trabalho. A ideia de que uma mulher não pode exercer uma profissão por não ser tão forte quanto um homem é uma noção ultrapassada e não reflete a realidade atual. As mulheres podem e trabalham em uma ampla variedade de profissões em igualdade de condições com os homens, porque habilidades como coordenação, destreza, conhecimento técnico e habilidades interpessoais são mais valorizadas em muitas profissões.

Nos dias de hoje, muitas mulheres trabalham em áreas consideradas tradicionalmente "serviço pesado", como carpintaria, construção civil e outras profissões que demandam esforço físico. Felizmente, a ideia de que certas profissões são exclusivamente para homens está sendo desafiada e superada. As mulheres estão cada vez mais presentes em uma variedade de campos de trabalho, inclusive aqueles historicamente dominados por homens.

Embora, segundo as autoras Araújo e Mourão (2012), há mecanismos discriminatórios como desigualdade de remuneração para função semelhante à desempenhada por homens; a desigualdade no acesso e permanência no emprego; a desigualdade nas oportunidades de ascensão e formação profissional; assédio moral, quando as mulheres se inserem em atividades

e profissões consideradas tipicamente masculinas, como a construção civil, nas plataformas de extração de petróleo e gás natural, na atividade de vigilância entre outras.

As mudanças sociais, os avanços na igualdade de gênero e as leis antidiscriminatórias têm contribuído para essa evolução. Além disso, a valorização das habilidades individuais, independentemente do gênero, tem permitido que as mulheres se destaquem em áreas antes consideradas exclusivamente masculinas.

Uma participante colocou que existem profissões que as mulheres não podem realizar por exigirem raciocínio lógico, resposta surpreendente. Conforme nos diz Souza (2006, p. 01), “durante séculos as mulheres foram desencorajadas, discriminadas e até proibidas de estudar”. Isso nos leva a crer que considerar os homens como mais capazes para a matemática do que as mulheres é algo histórico, um pensamento que foi sendo construído e solidificado ao longo dos séculos.

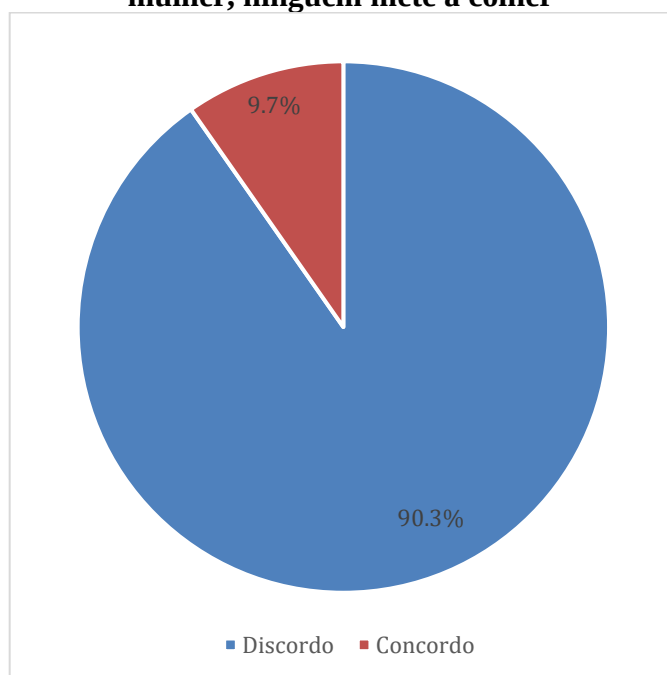
De acordo com Barbosa (2016), se as ideias que colocam as mulheres em segundo plano na matemática continuam a existir, é evidente que há esforços sociais para perpetuá-las e esses se baseiam em discursos que moldam nossa percepção de gênero dentro da própria ciência.

Ao longo dos séculos, essas produções discursivas têm reforçado a crença de que os meninos são naturalmente mais aptos em matemática do que as meninas, ecoando e reverberando constantemente até os dias de hoje.

Santos e Cardoso (2012), realizaram um estudo empírico que nos ajuda a compreender melhor de que forma as relações desiguais entre meninos, meninas e matemática se reproduzem no interior da sala de aula. As afirmações e reafirmações que pré-determinam os espaços a serem ocupados por meninos e meninas na aula de matemática acontecem no interior dos diálogos, nas conversas, nos olhares, nas relações, nas brincadeiras, nos erros e nos acertos. Observa-se que estas afirmações e reafirmações são executadas pelos próprios professores, e a maneira como ensinamos nas escolas, seja por meio de palavras, gestos e atitudes, acabam por gerar discursos de poder e saber.

Seguindo com nossa pesquisa, as respostas das participantes em relação a se concordam ou não com o ditado popular que diz que "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", estão dispostas no gráfico 14.

Gráfico 14: Opiniões sobre o Ditado: 'Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher'



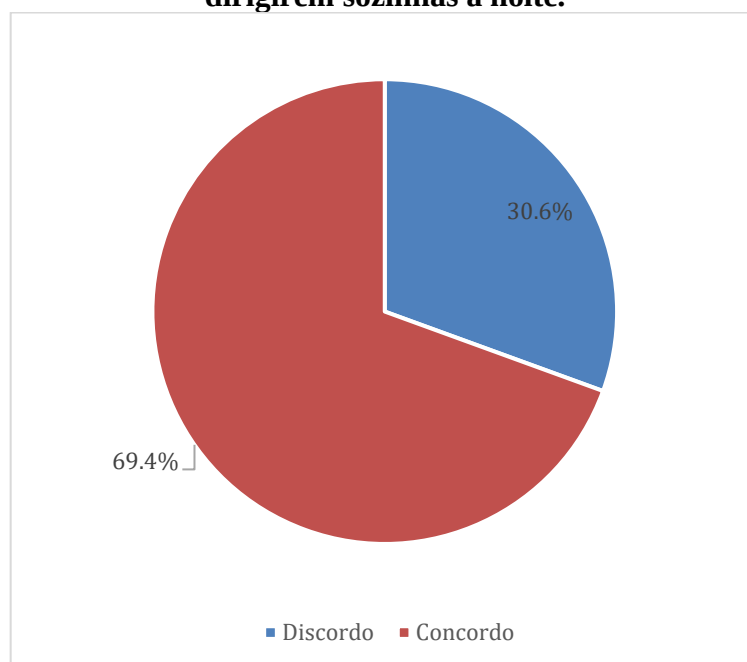
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 14, mostra que 9,7% das participantes concordam com o ditado popular. Era um gráfico que esperávamos unanimidade em discordar do ditado, embora 90,3%, discordem. Essa frase denota direta ou indiretamente a naturalização da violência, justificando ser algo referente exclusivamente ao casal. A expressão "Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", reflete essa dicotomia entre o privado e o público. Ela sugere que os assuntos relacionados ao casamento e à vida doméstica são considerados privados e devem ser tratados somente pelo casal, sem interferência externa. Isso contrasta com o domínio público, onde questões como política, economia e sociedade estão sujeitas a debate e intervenção de terceiros. Essa divisão entre o privado e o público é uma característica importante da organização social em muitas culturas.

Embora se queira enfatizar a privacidade do casal, é importante reconhecer que existem situações em que a intervenção se faz necessária. Por exemplo, em casos de violência doméstica, abuso físico, emocional ou sexual, é fundamental que amigos, familiares e até mesmo a sociedade, como um todo, se envolvam para proteger e apoiar as vítimas. Do mesmo modo, é essencial denunciar tais situações às autoridades competentes e oferecer ajuda às pessoas envolvidas. A segurança e o bem-estar das pessoas devem sempre estar acima de qualquer ditado popular.

Outra questão investigada no estudo foi quanto às mulheres dirigirem a noite sozinhas e está representada no gráfico 15.

Gráfico 15: Sentimento de insegurança das mulheres ao dirigirem sozinhas à noite.



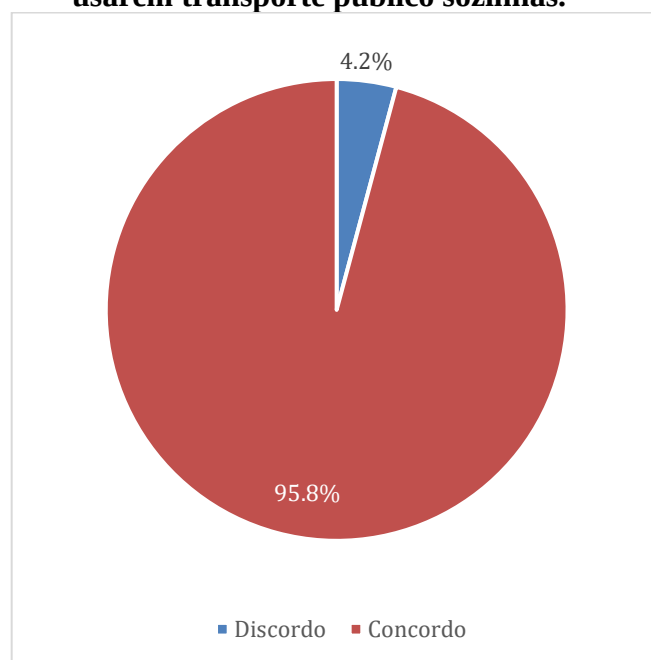
Fonte: Elaboração própria.

Como pode-se observar no gráfico 15, 69,4% das participantes concordam que se sentem desconfortáveis de dirigir em rodovias à noite sozinhas.

Esse dado demonstra a falta de segurança das mulheres em determinadas ocasiões. Outrossim, em muitas situações se sentem desconfortáveis de andar sozinhas em rodovias e utilizar transporte público à noite devido a preocupações com assédio, violência ou até mesmo assaltos. Esses temores são alimentados também pela falta de iluminação adequada, pouca presença policial e a sensação de isolamento em áreas remotas. É fundamental promover a conscientização sobre esse problema, implementar medidas de segurança eficazes e encorajar a participação ativa das autoridades e da sociedade para garantir que todas as pessoas possam se deslocar com tranquilidade e segurança.

Outro aspecto que foi alvo do presente estudo, foi quanto as mulheres e o uso do transporte público. O gráfico 16 traz as respostas a esta indagação.

Gráfico 16: Sentimento de insegurança das mulheres ao usarem transporte público sozinhas.



Fonte: Elaboração própria.

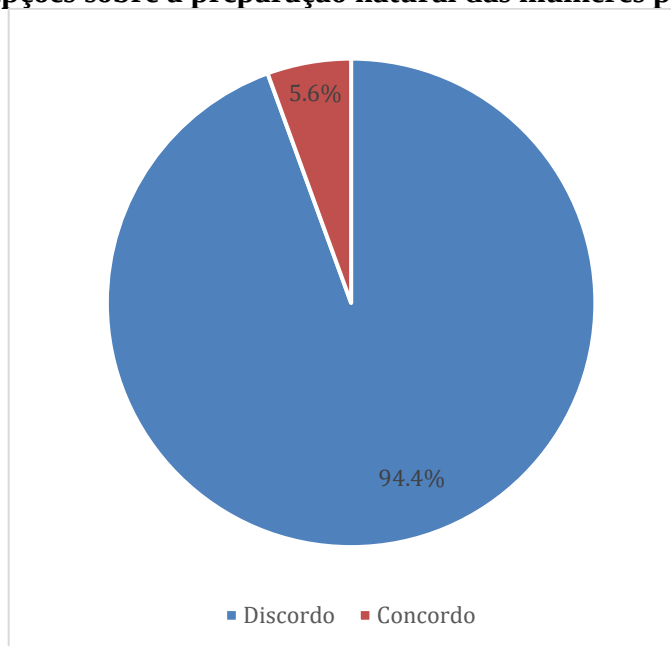
No gráfico 16, é notória a insegurança das mulheres quanto ao fato de pegarem transporte público à noite, 95, 8% das participantes.

Estudo realizado por Yang, Khoo-Lattimore e Arcodia (2018), mostra como mulheres asiáticas que viajam sozinhas percebem e negociam riscos, afirma que quando perguntadas sobre o risco que causa maior preocupação, todas as participantes da pesquisa prontamente indicaram a agressão sexual, independentemente de suas idades, raízes culturais e destinos de viagem. Os autores declaram também que a percepção das mulheres sobre os riscos de gênero é reforçada pelas experiências com assédio na rua, que incluem olhares desconfortáveis, perseguição e assovios.

Embora o estudo trate sobre mulheres viajantes, a percepção que os autores têm é bem comum entre as mulheres e apareceu em nossa pesquisa quando foram indagadas sobre como se sentem tanto ao pegarem transporte público sozinhas ou andar à noite sozinhas na rua. É notória a insegurança apresentada por elas.

Outro aspecto que foi alvo do estudo, foi em relação se as mulheres naturalmente nascem preparadas para serem mães. O gráfico 17 traz as respostas a esta indagação.

Gráfico 17: Percepções sobre a preparação natural das mulheres para a maternidade.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados obtidos no gráfico 17, mostram que 94,4 % das participantes discordam que as mulheres naturalmente nascem preparadas para serem mães.

Em função de uma visão naturalizada e higienista do corpo da mulher, Vianna (1853) procurou defini-lo a partir do prisma da reprodução. Por esse motivo, sua principal preocupação era com o útero e os seios. O primeiro é definido pelo médico como “Recinto do maternal santuário”, ou seja, como um lugar santo que abriga o recém-nascido. Já em relação ao segundo, os seios da mulher são deserotizados e adquirem uma definição puramente funcional, a de fornecer leite para o bebê. E a mulher que não cumpre essa função é apenas uma mãe pela metade, haja vista não atender a função máxima da maternidade, amamentar e garantir a sobrevivência de seu filho.

Para Badinter (1985), antes dos anos de 1970 era consequência natural do casamento o nascimento dos filhos, lia-se em revistas: “o desejo de ter filhos é universal”. Contudo, desde que muitas mulheres começaram a usar métodos contraceptivos, a ambivalência materna começou a aparecer, o desejo materno não é mais constante, nem universal. Com isso, existem as escolhas e uma diversidade de opiniões, não sendo possível falar em instinto.

Embora as mulheres possam ter características biológicas relacionadas à maternidade, como a capacidade de engravidar e amamentar, a preparação para ser mãe envolve muito mais do que apenas aspectos físicos. Ser mãe requer habilidades emocionais, mentais, sociais e culturais, que são desenvolvidas ao longo da vida e podem variar de mulher para mulher.

Além disso, nem todas as mulheres desejam ser mães, e isso é uma escolha válida. É importante respeitar a autonomia das mulheres em decidir sobre a maternidade e entender que ser mãe não é uma obrigação ou destino natural para todas as mulheres. Cada pessoa tem o direito de buscar seu próprio caminho e encontrar significado em suas escolhas de vida.

Em seu livro "Psicanálise da maternidade", Nancy Chodorow (1990), afirma que a maternidade como fato natural é questionável, uma vez que o comportamento humano não é determinado instintivamente, mas mediado culturalmente.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), trazem em seu estudo, que a maternidade é um momento de transição e ainda é bem vista por muitas mulheres, já outras veem a possibilidade de adiamento ou até mesmo optarem por não ter filhos. Novas possibilidades se abriram, onde juntamente ao ser mãe e dona de casa, as mulheres estão no mercado de trabalho.

A decisão de ser mãe é única e exclusivamente de cada mulher, que certamente será influenciada por fatores como realização profissional e pessoal, estabilidade financeira e de carreira, entre outros.

Badinter (1985), traz que ao longo da História houve diferentes concepções de maternidade. Em uma época os filhos eram vistos como um "estorvo" e eram entregues a amas de leite e criadas por algum tempo. No final do século XVIII, as mulheres da aristocracia foram incentivadas a retornar ao lar, a cuidar de seus filhos e a amamentá-los, e a criança passou a ocupar lugar central na família, o que reforçou o pressuposto da responsabilidade da mulher sobre seus cuidados, sendo que negligenciar essa responsabilidade de amor e cuidado trazia uma culpa sobre a mulher.

Muitas mulheres naturalizam a maternidade, percebendo-a como uma função biológica, como se todas as mulheres tivessem esse mesmo destino. Entretanto, Scavone (2001), mostra que feministas vêm se opondo à essa ideia e mostrando que é uma construção social, cultural e histórica, e, não uma questão biológica da reprodução que determina o papel das mulheres como mães e, sim as relações de gênero atravessadas pelo poder que atribuem esse significado social à maternidade.

E essa representação social, faz com que muitas mulheres se sintam exclusivamente responsáveis pelos cuidados e bem-estar de seus filhos, deixando suas vidas particulares de lado para vivenciar a maternidade, ou então, adiando esse projeto e, muitas vezes até mesmo recusando ser mãe.

Na tabela 1, temos as percepções das participantes de acordo com a renda delas e se concordam com a afirmação que mulheres naturalmente nascem preparadas para serem mães.

Tabela 1: Percepções sobre a maternidade em relação à renda das mulheres.

Média Renda Mensal	Mulheres naturalmente nascem preparadas para serem mães	Quantidade
1 a 3 salários (R\$1.302 à 3.906)	Discordam	17
	Concordam	1
3 a 5 salários (R\$ 3.906 à 6.510)	Discordam	16
	Concordam	1
Acima de 5 salários (Acima de R\$ 6.510)	Discordam	16
	Concordam	0
Até 1 salário (R\$1.302)	Discordam	11
	Concordam	2
Não possui renda	Discordam	8
	Concordam	0

Fonte: Elaboração própria.

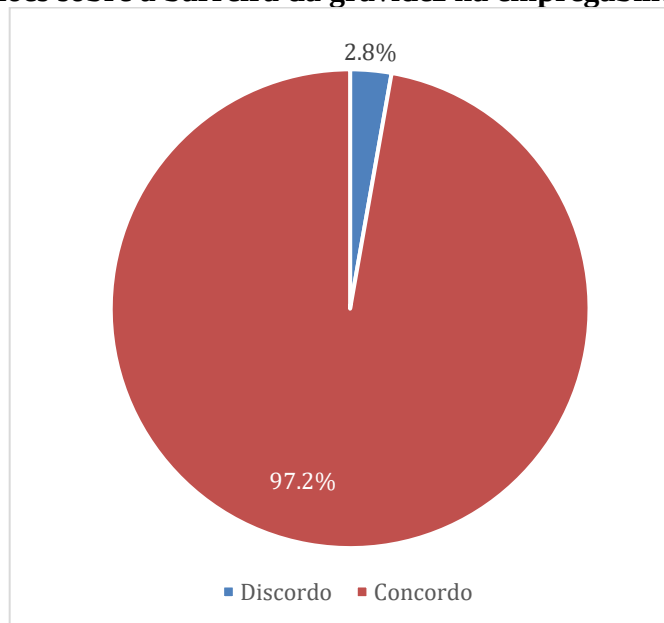
Ao analisar os dados apresentados na tabela 1, observa-se que independentemente de suas rendas salariais, as mulheres contestam a ideia da imposição da maternidade como sendo algo natural.

Entre as mulheres participantes apenas 4 concordam com a ideia de que as mulheres nascem naturalmente preparadas para serem mães.

Pela nossa experiência temos observado que as mulheres pobres, na maioria das vezes negras, contestam essa imposição, por vezes se submetendo ao aborto clandestino que em muitos casos, tiram suas vidas, visto que não há uma política pública que as proteja e nem condições socioeconômicas para pagarem para que o aborto seja realizado em local apropriado.

Na questão subsequente foi apresentado que a gravidez não deveria ser uma barreira para a empregabilidade das mulheres. No gráfico 18 temos os dados obtidos.

Gráfico 18: Opiniões sobre a barreira da gravidez na empregabilidade das mulheres.



Fonte: Elaboração própria.

Como pode-se notar no gráfico 18, 97,2% das participantes concordam que a gravidez não deveria ser um obstáculo para a empregabilidade das mulheres, entretanto 2 participantes discordam.

Indubitavelmente a gravidez ainda é vista como um fator que pode afetar negativamente a empregabilidade da mulher em alguns contextos, o que pode levar a discriminação no mercado de trabalho. No entanto, é importante destacar que a maternidade não deve ser vista como um impedimento para o sucesso profissional das mulheres.

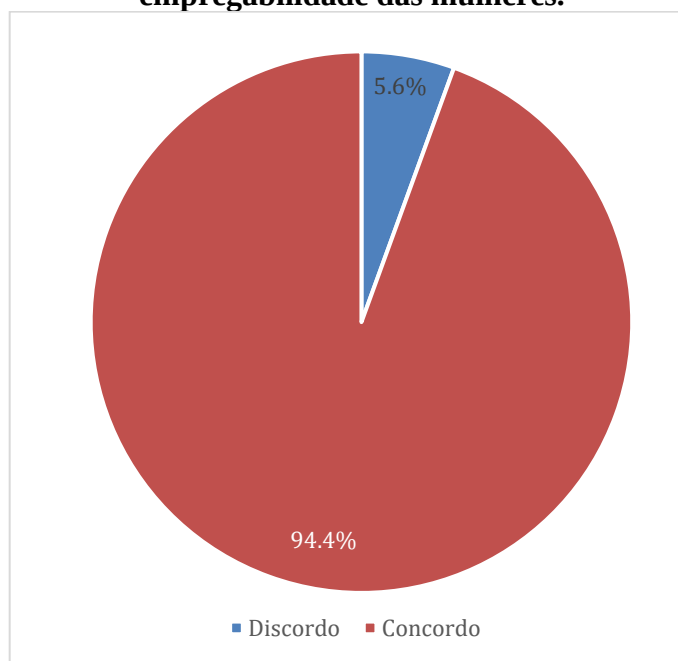
A discriminação contra mulheres grávidas ou que são mães é uma forma de violência de gênero, que pode afetar a carreira e a renda dessas mulheres, além de limitar suas oportunidades de emprego e promoção. É importante que as empresas adotem políticas que protejam as mulheres grávidas e garantam a igualdade de oportunidades de emprego para todos os funcionários, independentemente do gênero ou da situação familiar. É relevante também que o Estado se atenha a isso, fomentando políticas que auxiliem as empresas neste sentido, promovendo políticas que aceitem uma maior quantidade de mulheres nos postos de trabalho. Além disso, é crucial promover uma cultura de respeito e valorização da maternidade como um direito humano básico, e não como um problema para a empregabilidade das mulheres.

Mendes e Almeida (2021), evidenciam em seu estudo a multiplicidade de dificuldades enfrentadas pelas mulheres, tanto em nível pessoal quanto profissional, com o advento da gestação e, posteriormente, com a tensão em retornar ao trabalho e deixar seu filho aos cuidados de terceiros. As principais preocupações das entrevistadas eram como seus filhos ficariam sem

elas, como se sentiriam ao retornar, se enquadram no mercado de trabalho e se correspondem às expectativas da empresa, como conciliar vida profissional e pessoal, cansaço e falta de tempo.

No gráfico a seguir, perguntamos às mulheres se, o fato da mulher engravidar faz com que ela tenha maiores dificuldades de conseguir emprego.

Gráfico 19: Percepções do social sobre a barreira da gravidez na empregabilidade das mulheres.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 19, 94,4% das participantes concordam que a mulher engravidar faz com que ela tenha maiores dificuldades em conseguir emprego.

Ao realizar a pesquisa no google: mulheres demitidas após licença maternidade. Apareceram 57.300 resultados, onde mostram a enorme quantidade de matérias e de mulheres que após a maternidade se deparam com a dificuldade de manter seus empregos, ou de conseguir novos empregos, estes dados vão na direção dos achados do presente estudo.

Pinho Neto e Machado (2016), trazem dados importantes relacionados à licença maternidade, entre eles, o que chama nossa atenção é que aproximadamente 50% das mulheres estarão fora do mercado de trabalho após 24 meses do nascimento de seu primeiro filho. A política de licença maternidade é considerada um avanço na História, mas, ela não é eficaz em manter as mulheres no mercado de trabalho a longo prazo, para isso, são necessárias novas políticas, como por exemplo, o aumento de atendimento para crianças em creches, e que essas sejam de alta qualidade no serviço que oferecem.

Popularmente é dito: com o nascimento de um bebê, nasce uma mãe. Nós diríamos mais: nasce uma mãe e adormece ou morre uma profissional. As estatísticas vêm mostrando isso, as mulheres são as mais afetadas em sua vida profissional ao fazer a escolha da maternidade. Um dos fatos que comprova isso, são as entrevistas de emprego, onde somente mulheres são indagadas sobre: Você tem filhos menores de 5 anos? Se eles adoecerem, quem os levará ao médico? Quem cuida deles para você trabalhar? Ou então: Você é casada? Pretende ter filhos? Essas indagações demonstram que o mercado de trabalho é cruel com mulheres, e nos coloca em uma situação de incapazes de sermos boas trabalhadoras se formos mães. Tudo isso, tem raiz em nossa sociedade patriarcal, onde as mulheres são ainda as principais responsáveis pelo bem-estar e cuidado de seus filhos.

Vale frisar que este cenário tem tido algumas alterações ainda que morosas, onde alguns pais estão dividindo as responsabilidades e assumindo a paternidade.

Normalmente há uma pausa no currículo das mulheres quando decidem ser mães, embora tenham uma diversidade de aprendizados e afazeres nesse período, eles não serão considerados no currículo e, muitas vezes, se recolocar no mercado de trabalho será difícil e doloroso.

Na figura abaixo, do site Scabora.com.br, mostra a complexidade da vida de uma mulher tendo que lidar com a vida profissional, a maternidade e os afazeres domésticos.

Figura 5: Vida profissional e maternidade.

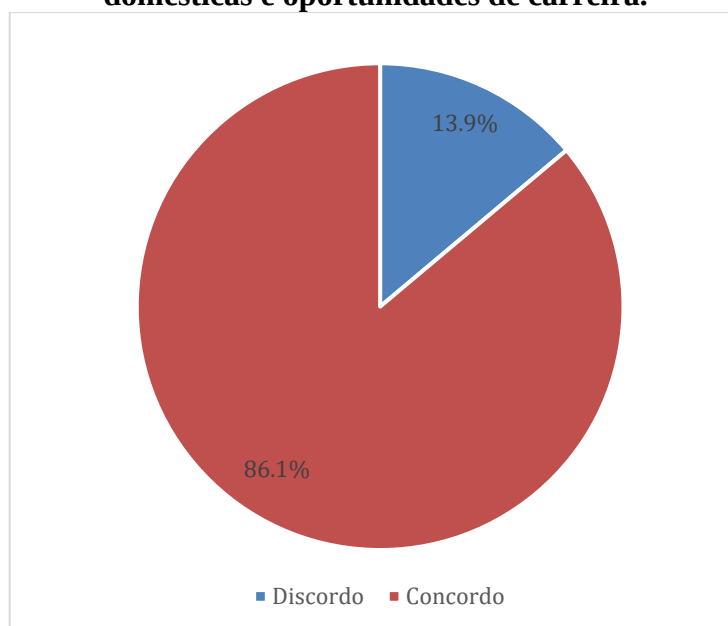


Fonte: Scabora.com.br

A conciliação entre vida profissional, maternidade e responsabilidades domésticas representa um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres na contemporaneidade. Apesar dos avanços no acesso ao mercado de trabalho, persiste uma divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com a dupla e muitas vezes tripla jornada. A elas ainda é socialmente atribuída a maior parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, o que limita sua ascensão profissional, compromete sua saúde mental e física, e reforça desigualdades de gênero historicamente enraizadas. Evidencia-se a necessidade de transformações culturais e de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa das responsabilidades familiares e domésticas.

No gráfico 20, perguntamos às mulheres como elas veem na sociedade se ao assumir as responsabilidades do lar, as mulheres diminuem suas oportunidades de formação e desenvolvimento de uma carreira profissional.

Gráfico 20: Percepção das mulheres sobre a relação entre responsabilidades domésticas e oportunidades de carreira.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 20, 86,1% das participantes concordam que ao assumir as responsabilidades do lar, as mulheres diminuem suas oportunidades de formação e desenvolvimento de uma carreira profissional.

É comum que as mulheres assumam a maior parte das responsabilidades do lar, o que pode prejudicar significativamente suas possibilidades de formação e carreira. Ao passar grande parte do tempo cuidando da casa e da família, muitas mulheres acabam tendo menos tempo e energia para investir em sua educação e desenvolvimento profissional. Isso pode gerar uma

desvantagem em relação aos homens, que muitas vezes têm mais tempo livre para se dedicar a essas áreas.

Além disso, a sobrecarga de tarefas domésticas também pode levar a problemas de saúde mental e física, bem como ocasionar o incremento do estresse e da ansiedade. Isso pode afetar negativamente o desempenho escolar ou profissional, diminuindo ainda mais as possibilidades de sucesso.

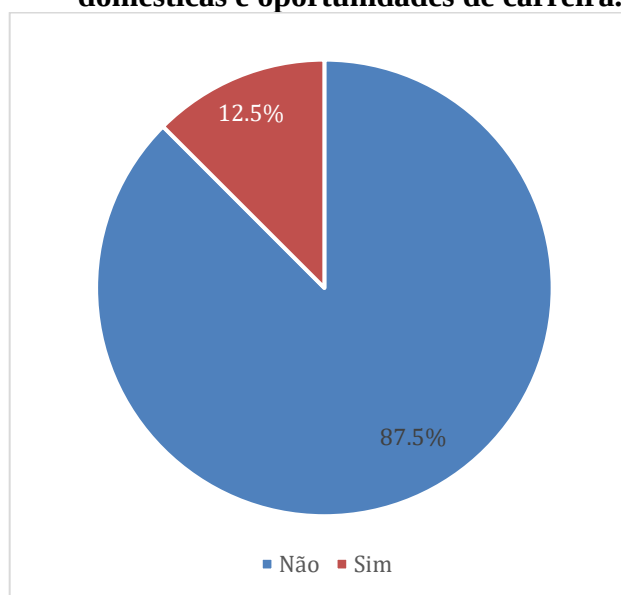
Para combater essa situação, é importante promover a igualdade de gênero no ambiente doméstico e incentivar a divisão equitativa das tarefas entre homens e mulheres. As empresas também podem ajudar, oferecendo políticas flexíveis de trabalho que permitam que as mulheres equilibrem suas responsabilidades familiares com suas carreiras.

Segundo Araújo e Escalon (2005), ao analisar como as mulheres desempenham suas funções no âmbito familiar, observou-se que as tarefas de limpeza e manutenção da casa geralmente contam com pouco auxílio dos homens. Essas responsabilidades recaem predominantemente sobre a figura da esposa ou mãe, muitas vezes com o apoio das filhas, caso existam. Essa divisão desigual reflete a influência do patriarcado, que atribui às mulheres o papel de cuidadoras e responsáveis pelos serviços domésticos, enquanto aos homens são reservadas as atividades relacionadas ao trabalho e às relações sociais.

É essencial que haja investimentos em políticas públicas que garantam o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho. Isso inclui programas de bolsas de estudo, treinamentos profissionais e creches públicas acessíveis. Somente assim será possível afiançar uma sociedade mais igualitária e justa para todos.

No gráfico 21, perguntamos às mulheres que se ao assumir as responsabilidades do lar, na opinião delas, elas diminuem suas oportunidades de formação e desenvolvimento de uma carreira profissional.

Gráfico 21: Opiniões das mulheres sobre a relação entre responsabilidades domésticas e oportunidades de carreira.

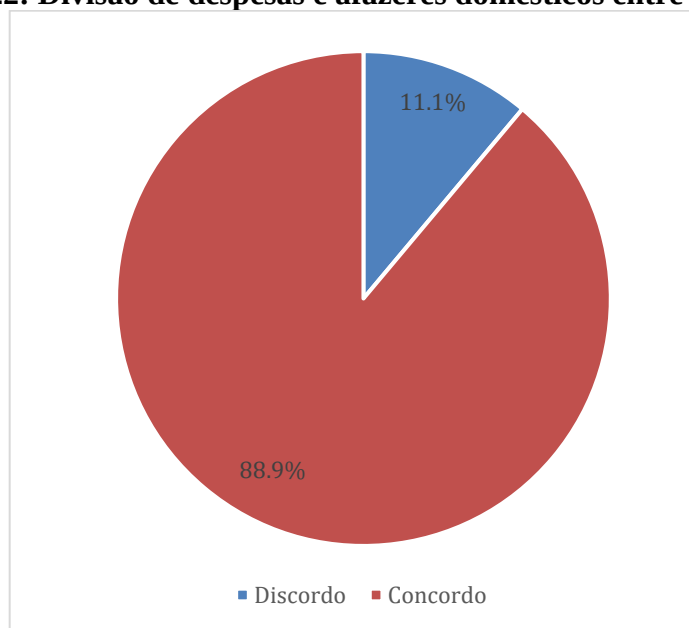


Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 21, observa-se que 87,5% das participantes discordam da ideia de que as mulheres devem ter suas carreiras prejudicadas ao assumirem as responsabilidades domésticas. Infelizmente, é uma realidade frequente ver mulheres perderem oportunidades de emprego ou serem discriminadas por conta de suas responsabilidades em casa, incluindo cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Este cenário reflete uma injustiça sistemática que ainda persiste em muitas sociedades, é preocupante que as mulheres enfrentem dificuldades em avançar em suas carreiras simplesmente por cumprirem papéis tradicionais de gênero. Essa situação não apenas limita o potencial das mulheres, mas também contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. É preciso que haja políticas e mudanças culturais que reconheçam e valorizem o trabalho doméstico, além de garantir oportunidades iguais para mulheres e homens no ambiente profissional.

Outra questão que trouxemos no estudo, foi como elas viam a divisão de despesas e afazeres domésticos entre os gêneros. O que está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 22: Divisão de despesas e afazeres domésticos entre os gêneros.

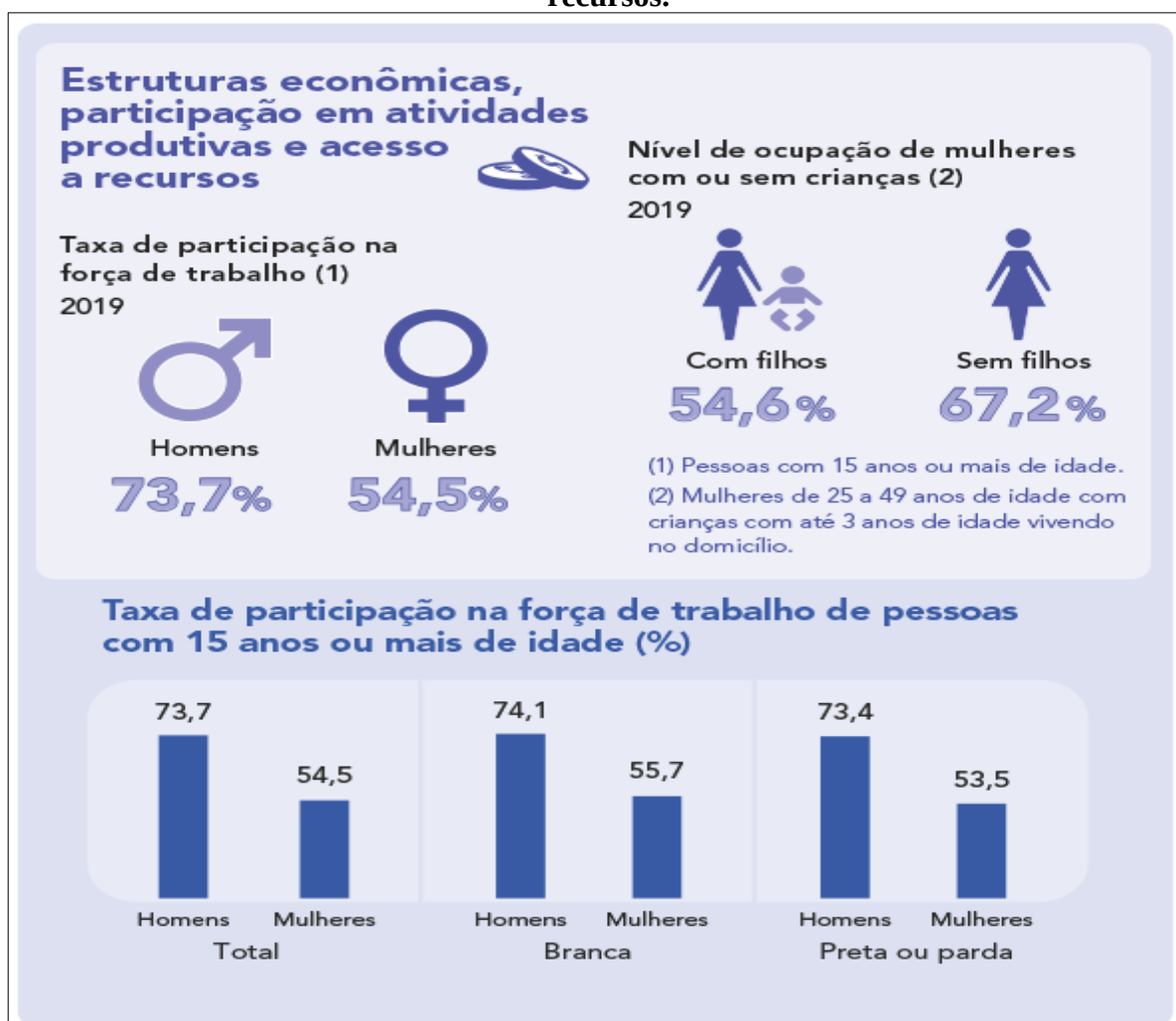


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 22, revela um dado significativo: 88,9% das participantes estão de acordo com a ideia de que as despesas e afazeres domésticos deveriam ser equitativamente compartilhados entre homens e mulheres. Esta constatação reflete uma crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero não apenas nos espaços profissionais, mas também dentro de casa. Essa tendência sugere uma mudança de mentalidade em relação aos papéis tradicionais de gênero, que historicamente atribuíam às mulheres a responsabilidade exclusiva pelas tarefas domésticas e pelo cuidado da família. Ao reconhecer a importância da divisão equitativa das responsabilidades domésticas, as participantes destacam a necessidade de uma parceria mais igualitária e colaborativa entre homens e mulheres no âmbito familiar.

A divisão igualitária das tarefas domésticas não apenas promove uma distribuição mais justa do trabalho não remunerado, mas também contribui para fortalecer os laços familiares e promover uma cultura de respeito mútuo e cooperação dentro do lar. Além disso, quando as responsabilidades domésticas são compartilhadas de forma equitativa, as mulheres têm mais oportunidades de participar plenamente da vida profissional e de buscar seus próprios interesses e aspirações pessoais. O apoio esmagador à ideia de uma divisão igualitária das despesas e afazeres domésticos no gráfico 22, reflete um avanço positivo em direção a relações mais equilibradas entre os gêneros. Na figura 6, tem uma representação da participação em atividades produtivas.

Figura 6: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE (2019).

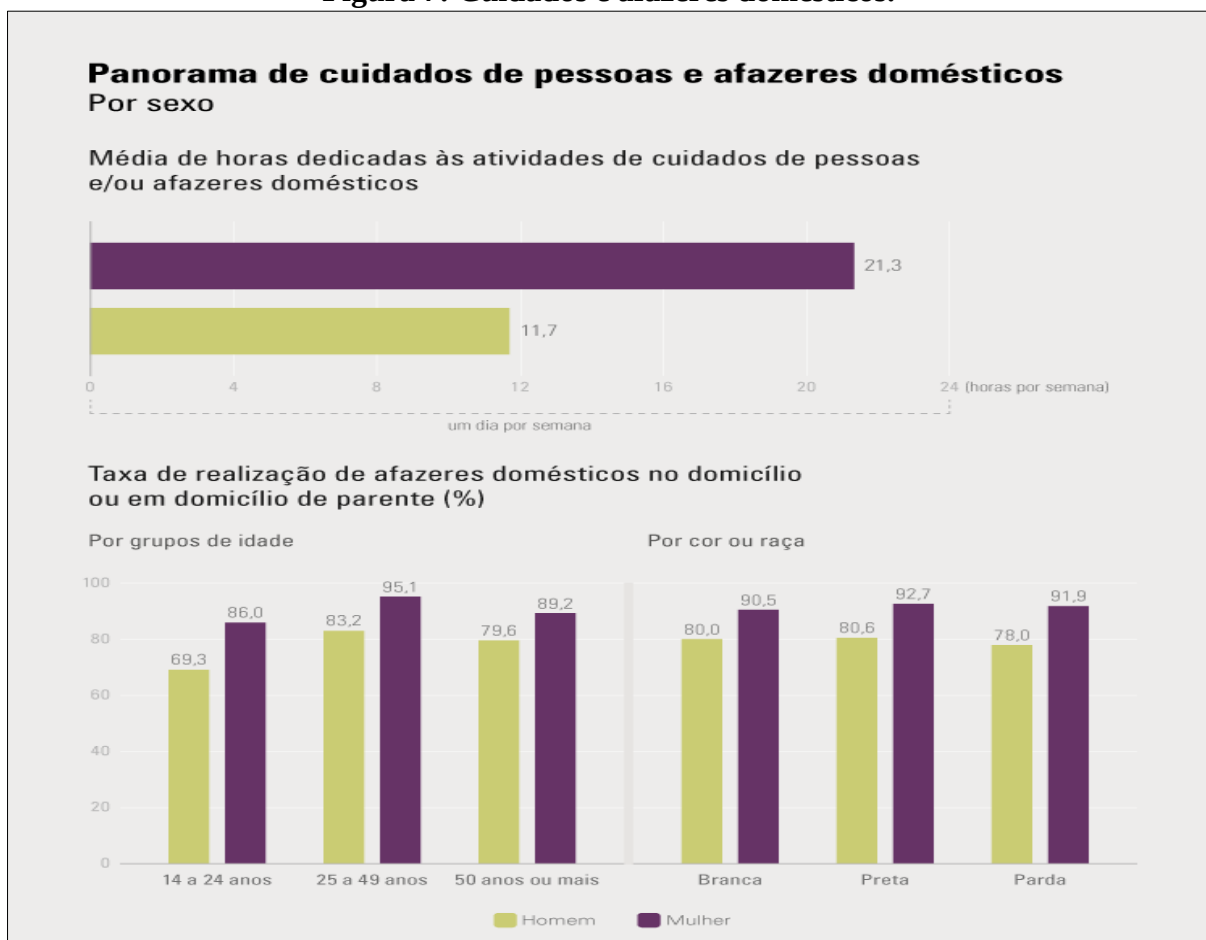
O estudo *Estatísticas de Gênero*, do IBGE (2019) mostra que a taxa de participação na força de trabalho é desproporcional entre homens e mulheres. Homens contribuem com 73,7% ao passo que mulheres com 54,5%. Existe uma outra diferença entre a ocupação de mulheres com ou sem filhos, sendo 67,2 % entre as que não possuem filhos e 54,6% para as que possuem filhos. Esses dados podem ser atribuídos ao fato de que as mulheres passam mais horas que os homens, envolvidas nos afazeres domésticos e nos cuidados das pessoas da família, entre elas, os filhos e isso acaba dificultando o retorno ao mercado de trabalho.

Temos que destacar ainda uma diferença quanto a questão racial, que a participação de homens e mulheres negras é menor que a de homens e mulheres brancas.

O trabalho de Vicente (2018) corrobora com essa ideia e os dados do IBGE (2022) mostram que a diferença de horas dedicadas aos afazeres domésticos e cuidados com as pessoas é praticamente o dobro da mulher em relação ao homem.

A figura 7 ilustra os cuidados e afazeres domésticos por sexo.

Figura 7: Cuidados e afazeres domésticos.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Contínua Outras formas de trabalho (IBGE, 2022).

Esses dados reforçam a naturalização da atribuição do trabalho doméstico às mulheres desde a juventude, perpetuando papéis de gênero tradicionais ao longo das gerações, demonstram que a divisão sexual do trabalho permanece profundamente desigual no Brasil. Desigualdades essas que apontam para a urgência de mudanças culturais e políticas que promovam, a valorização do trabalho de cuidado; a redistribuição equitativa das tarefas entre homens e mulheres; a educação de gênero desde a infância; e o incentivo à participação masculina nas atividades domésticas e parentais.

Outro assunto abordado está relacionado ao fato de que os homens deveriam ser tão responsáveis pelo bem-estar dos filhos quanto as mulheres, e nossas participantes concordam unanimemente com essa afirmação.

Em algumas culturas, os homens saíam para trabalhar enquanto as mulheres cuidavam da casa e dos filhos, com o passar dos anos essa cultura tem mudado em muitos países.

Em um contexto em que homens e mulheres saem para trabalhar, seria justo e sensato dividir igualmente as despesas e afazeres domésticos, bem como o cuidado com os filhos.

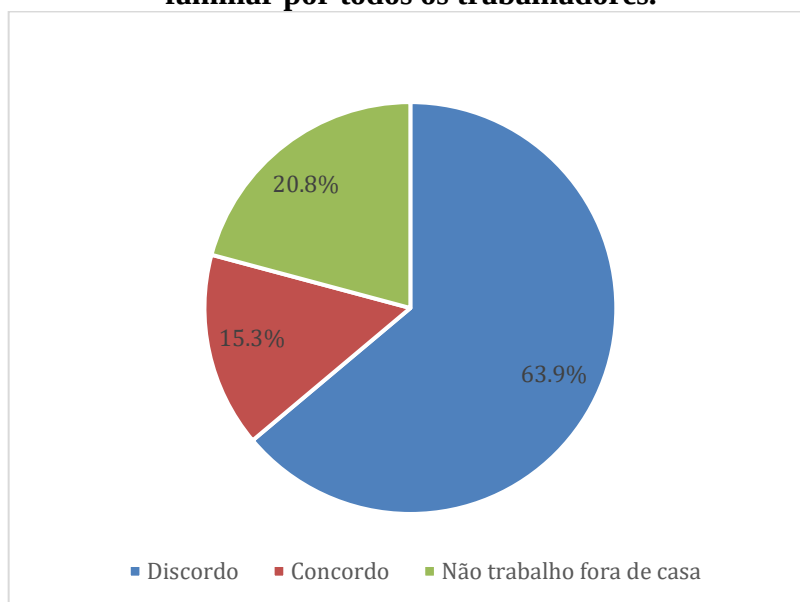
Embora muitos relacionamentos já adotem essa parceria, a maioria das mulheres, ainda enfrentam múltiplas jornadas de trabalho, o que pode levar ao adoecimento físico e mental. É importante reconhecer a sobrecarga enfrentada por elas e buscar soluções para promover a igualdade de gênero e o bem-estar de todos os membros da família. Muitos dados têm mostrado que durante a pandemia da Covid-19, tudo isso ficou exacerbado, como vimos em dados acima, os cuidados e afazeres domésticos costumam ficar na maior parte das vezes sobre a responsabilidade das mulheres.

A força dos discursos que posicionam a mulher como a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da casa tem levado muitas mulheres a optar por jornadas parciais de trabalho ou, até mesmo, por interrupções na vida profissional (Aquino, 2006).

Existe uma cultura predominante que normalizou a atribuição desse cuidado, colocando-o como uma responsabilidade exclusiva das mulheres, enquanto desencoraja os homens dessa mesma responsabilidade. Isso impactou significativamente muitas pessoas, principalmente as mulheres, que frequentemente precisam sacrificar suas carreiras e objetivos profissionais para assumir integralmente os cuidados domésticos e familiares.

Na pergunta seguinte, era se todos os trabalhadores conseguem conciliar a vida profissional e familiar, porque nossa teoria é que nesse quesito as mulheres são prejudicadas. O gráfico 23 reflete o que pensávamos.

Gráfico 23: Percepções sobre conciliação entre vida profissional e familiar por todos os trabalhadores.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 23, os dados demonstram que 63,9% das mulheres participantes do estudo, discordam que todos os trabalhadores conseguem conciliar igualmente a vida profissional e

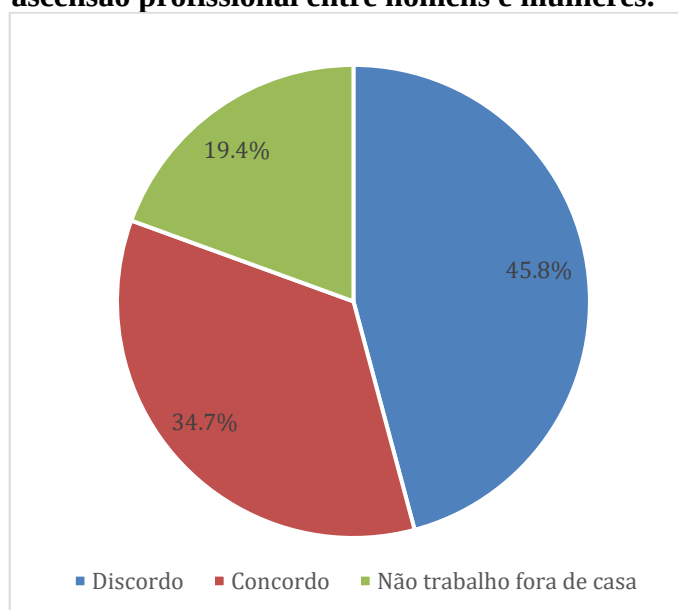
familiar, seguido de 20,8% que não trabalham fora de casa e apenas 15,3 % concordam que todos conseguem, independente do gênero.

No livro *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*, mais precisamente no capítulo: 'Quando o executivo é uma "dama": a mulher, a carreira, e as relações familiares', a autora Coutinho (2003), traz que as mulheres que foram entrevistadas consideram que o trabalho desempenha papel central em suas vidas, mas, também querem uma família e filhos, argumentando que a fim de conciliar a vida profissional e familiar, precisam de esposos que sejam parceiros e compromissados na divisão dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, e normalmente possuem uma secretária do lar e também são favoráveis a dividirem os custos para a manutenção do lar com seus esposos. Outro fator apontado pelas entrevistadas é que as mulheres precisam delegar mais funções tanto no ambiente profissional, quanto do lar para que consigam dar conta da alta demanda de trabalho.

Já no estudo de Canabarro e Salvagni (2015), algumas entrevistadas disseram que não ter filhos foi um facilitador na promoção da carreira, e as que os tiveram, mostraram incômodo por não conseguirem ser tão presente na vida dos filhos, e apontaram o fato de se sentirem culpadas por delegar seus cuidados à terceiros. Todas as entrevistadas vivem o conflito de equilibrar a vida profissional e familiar.

O gráfico seguinte demonstra a percepção de nossas participantes quanto à igualdade de oportunidades na ascensão profissional entre homens e mulheres.

Gráfico 24: Percepções sobre igualdade de oportunidades de ascensão profissional entre homens e mulheres.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme o gráfico 24, 45,8 % das mulheres discordam que homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades de ascensão profissional. Seguido de 34,7% que concordam e 19,4% de pessoas que não trabalham fora de casa.

Em qualquer que seja a área de atuação, as mulheres precisam vencer alguns desafios para que deslanchem profissionalmente, com as mulheres na ciência isso não é diferente. Conforme argumenta Velho (2006 *apud* Silva; Ribeiro, 2014, p. 451):

Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família vis-a-vis as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia, e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria).

Esse enfrentamento se dá em todas as rotinas de mulheres que decidem adentrar o espaço público e desbravá-lo, sem renunciar ao espaço privado: da casa, dos filhos, do esposo. Há para essa mulher uma jornada excessiva de trabalho, para que consiga dar conta de toda demanda profissional, familiar e pessoal e, com isso, as oportunidades de ascensão profissional tornam-se diferentes entre os sexos.

Velho (2006 *apud* Silva; Ribeiro, 2014) falando sobre a trajetória de mulheres na ciência, diz que a cultura é baseada no modelo masculino de carreira, que envolve compromisso de tempo integral, produtividade, competitividade, e que essas características em certa medida dificultam e restringem a participação feminina na academia. Em nossa visão ampliamos para além da ciência, e falamos que no mercado de trabalho em geral.

Muitas mulheres sentem-se sobrecarregadas pelos afazeres domésticos, cuidados com os filhos e ascensão profissional. Para Woodward (2005, p. 31-32) é comum viver tensões entre as nossas diferentes identidades, quando aquilo que é exigido de uma identidade interfere com as exigências da outra. Exemplo, quando uma mãe não consegue estar presente em um determinado evento do filho, por conta de uma reunião de trabalho. A sociedade em geral, atribuiu significado do que é ser uma boa mãe, como: acompanhar de perto todas as fases de desenvolvimento do seu filho, participar de reuniões escolares, estudar com eles, fazer sempre a comida, deixar a casa um ambiente organizado e limpo, entre outras incumbências. Normalmente quando as mulheres, mães profissionais, não conseguem realizar todas essas atividades, elas sentem-se culpadas ou com remorso, por acharem que não estão conseguindo gerenciar bem suas vidas pessoal, profissional e familiar.

Esses significados que são atribuídos à mulher sobre a maternidade e cuidados com os filhos, embora pareçam natural e universal, são construções que dependem de aspectos

históricos, culturais e sociais para se formar, logo, variam de lugar para lugar, e de tempos em tempos.

A igualdade de gênero é um tema que tem sido amplamente discutido nas últimas décadas e um dos aspectos fundamentais dessa discussão é a igualdade de oportunidades e possibilidades de ascensão social entre homens e mulheres.

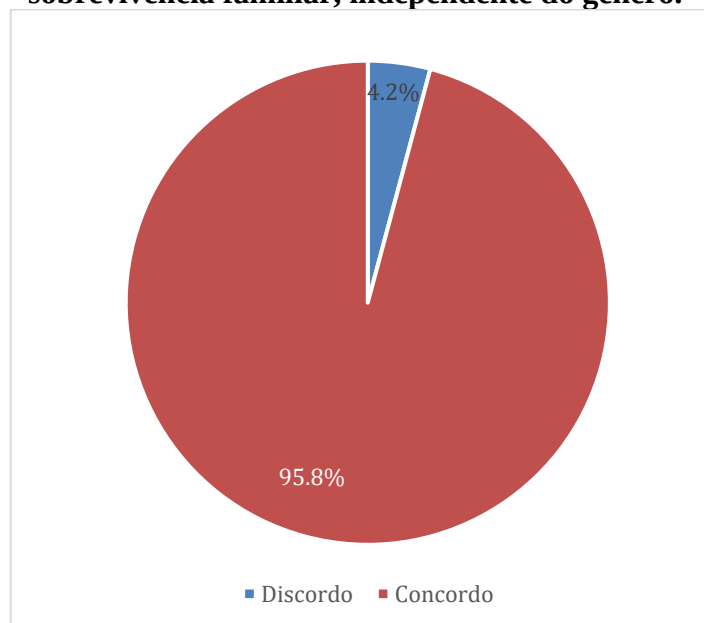
Historicamente, as mulheres enfrentaram barreiras no acesso à educação de qualidade. No entanto, avanços significativos foram feitos para promover a igualdade de oportunidades educacionais, permitindo que mulheres tivessem acesso a uma educação de nível superior em igualdade com os homens. No mercado de trabalho, embora as mulheres tenham conquistado muito espaço, ainda existem desigualdades salariais e barreiras para ocupar posições de liderança.

A discriminação de gênero persiste em muitos setores, mas esforços estão sendo feitos para combater essa desigualdade e promover a igualdade de oportunidades no ambiente profissional. Políticas como licença-maternidade/paternidade e flexibilidade no local de trabalho são importantes para garantir que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de equilibrar suas carreiras e vida pessoal. A sociedade ainda carrega expectativas e estereótipos em relação aos papéis de homens e mulheres, sendo necessária uma desconstrução dessas ideias preconceituosas a fim de que ambos os gêneros tenham igualdade de oportunidades de ascensão social.

Embora observa-se progressos significativos, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir as mesmas possibilidades de ascensão social e profissional entre os sexos. A igualdade de gênero é um objetivo contínuo que requer esforços coletivos da sociedade, governos e empresas para promover oportunidades iguais para todos.

O gráfico 25, é sobre a necessidade de renda própria para a sobrevivência das pessoas.

Gráfico 25: Opiniões sobre a necessidade de renda própria para a sobrevivência familiar, independente do gênero.



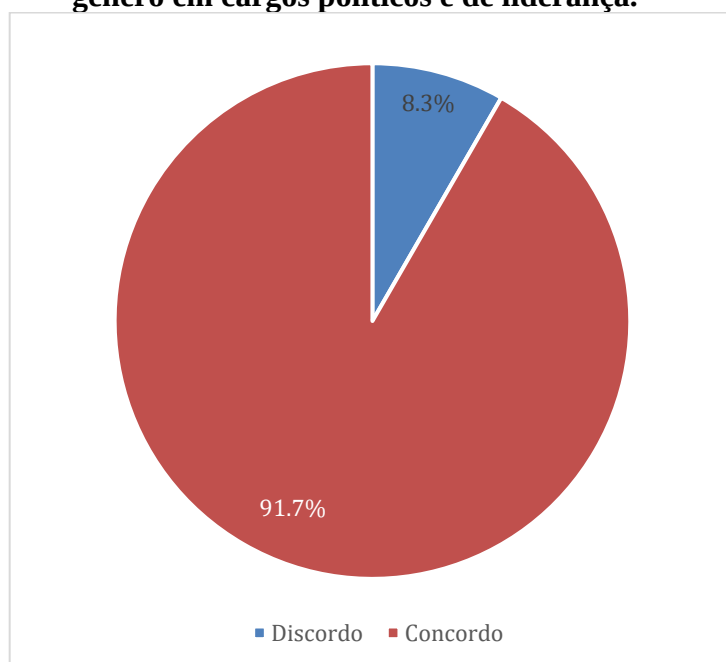
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 25 revela que uma ampla maioria das participantes, representando 95,8%, compartilha da opinião de que é essencial que todas as pessoas tenham sua própria fonte de renda, independentemente do gênero, para assegurar a sobrevivência de si mesmas e de suas famílias. Esse dado ressalta a importância da autonomia financeira para indivíduos de todos os gêneros. É preciso reconhecer que as famílias possuem diversas configurações e dinâmicas, e que a dependência financeira de uma única fonte de renda pode ser insuficiente ou até mesmo prejudicial em muitos casos. A garantia de postos de trabalho para todas as pessoas, não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também fortalece as famílias ao permitir que cada membro contribua de forma significativa para o sustento do lar.

Essa concordância expressa um reflexo positivo da busca por igualdade e autonomia financeira, e impulsiona o desenvolvimento econômico e social como um todo.

Outro dado que investigamos foi se as pessoas que são comprometidas na superação das desigualdades entre os gêneros, devem ocupar cada vez mais cargos políticos e de chefia. O resultado está no gráfico abaixo:

Gráfico 26: Apoio à participação de defensores da igualdade de gênero em cargos políticos e de liderança.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 26, 91,7% das participantes concordam que as pessoas comprometidas na superação das desigualdades entre os gêneros, devem ocupar cada vez mais cargos políticos e de chefia, já 8,3% discordam da afirmativa.

A luta pela igualdade de gênero tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade atual. Conquanto tenhamos avançado em muitos aspectos, ainda há uma disparidade significativa entre homens e mulheres em cargos de liderança e chefia. Para alcançar uma verdadeira igualdade, é necessário que pessoas comprometidas com a causa, assumam cada vez mais essas posições chave. A representatividade de gênero nos cargos de chefia, pode impactar positivamente a sociedade como um todo.

Quando pessoas engajadas na igualdade de gênero estão em posições de liderança, se tornam modelos a serem seguidos, pois suas atitudes e práticas podem inspirar outras mulheres a buscar cargos mais altos e desafiar as barreiras existentes. Além disso, líderes comprometidos com a igualdade têm o poder de influenciar a cultura organizacional e criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo.

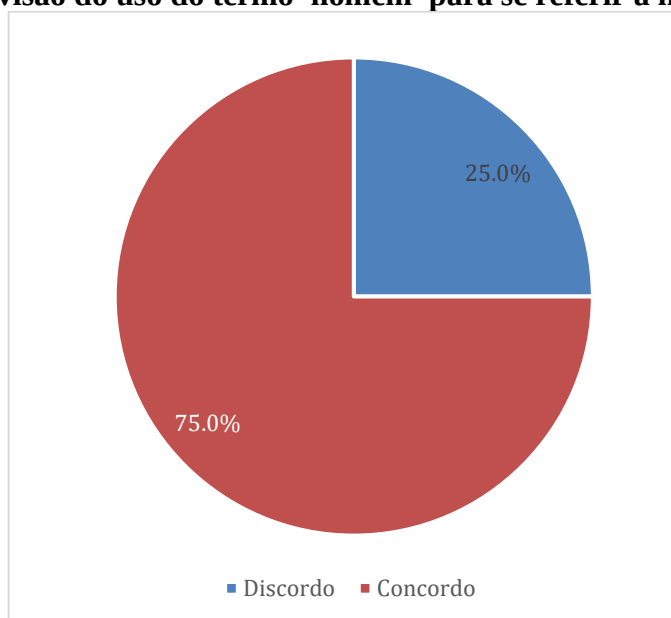
O cotidiano tem mostrado que equipes diversificadas, incluindo mulheres em posições de liderança, tendem a tomar decisões mais justas e imparciais, considerando uma variedade de perspectivas e evitando vieses inconscientes. Outrossim, é uma oportunidade de desafiar normas e estereótipos arraigados na sociedade. Com mais mulheres na chefia, espera-se que elas possam implementar políticas e práticas que promovam a igualdade salarial, o equilíbrio

entre vida pessoal e profissional, o desenvolvimento e o avanço das mulheres na carreira, o que contribui para uma mudança gradual, mas significativa, no paradigma existente.

A busca pela igualdade de gênero não pode ser alcançada sem uma representatividade adequada nos cargos de chefia. É crucial que as pessoas comprometidas com essa causa assumam cada vez mais essas posições, tendo em vista promover uma cultura organizacional inclusiva, impulsionar a diversidade e garantir uma tomada de decisão equilibrada, de maneira a auxiliar na construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

No gráfico a seguir, perguntamos às mulheres se o termo "homem" para se referir a homem e mulher precisa ser alterado.

Gráfico 27: Revisão do uso do termo 'homem' para se referir a homem e mulher.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 27, 75% das participantes concordam que deve ser alterado o termo Homem para se referir a homens e mulheres.

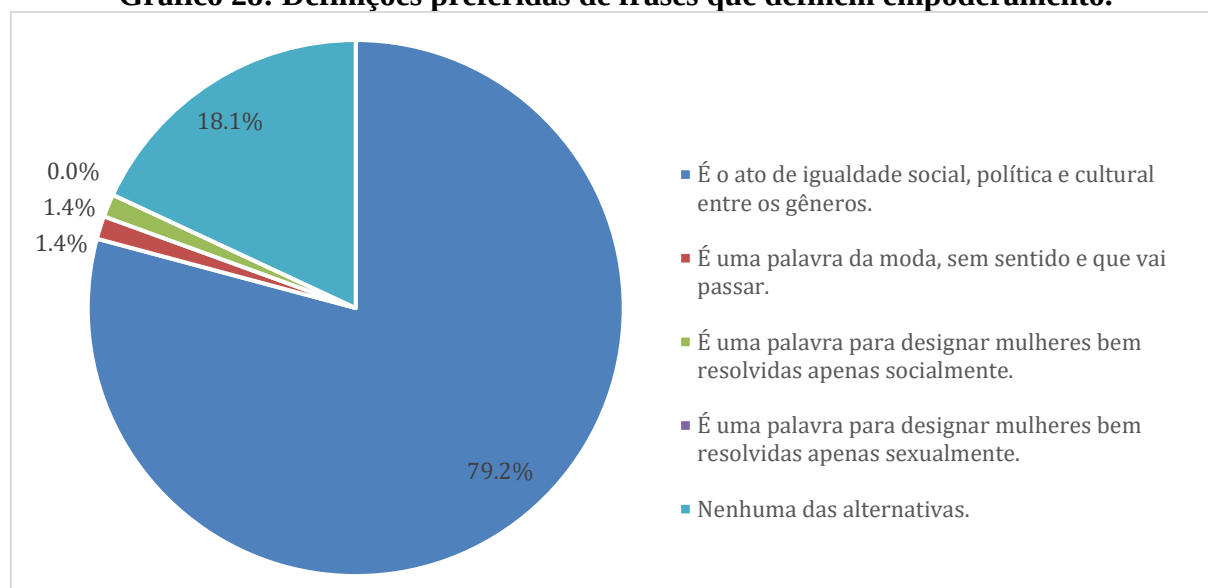
É preciso reconhecer que o uso exclusivo do termo "homem" para se referir tanto a homens quanto a mulheres não é inclusivo. É recomendado utilizar termos mais abrangentes, como "pessoas" ou "indivíduos", para evitar a exclusão ou invisibilidade das mulheres na linguagem. Isso promove uma maior igualdade de gênero e respeito pela diversidade.

Em diversos livros de Paulo Freire, ele utilizou o termo "homens", para se referir à humanidade, entretanto é possível perceber sua consideração pela mulher e sua luta pela igualdade de gênero nos livros "Pedagogia do Oprimido" (Freire, 1987) e "Pedagogia da Autonomia" (Freire, 1996), onde ele aborda a importância da emancipação das mulheres e a necessidade de superar as opressões de gênero na sociedade.

As contribuições de Colling (2014) e Louro (1996), evidenciam como as desigualdades de gênero estão profundamente enraizadas nos processos históricos e discursivos. Conforme aponta Colling, a História, enquanto disciplina e prática institucionalizada, foi construída sob uma lógica predominantemente masculina, que marginalizou as experiências e contribuições das mulheres. Ao longo dos séculos, a ausência feminina nos registros históricos não foi meramente um lapso, mas resultado de uma escolha sistemática que refletia os valores patriarcais dominantes, nos quais o “nós” universal da humanidade excluía o feminino. Somente com os avanços dos estudos de gênero e a crítica feminista é que a história das mulheres começou a ganhar visibilidade como campo legítimo de investigação. Nesse mesmo sentido, Louro (1996), reforça que os papéis de gênero, tanto o feminino quanto o masculino, não são naturais ou imutáveis, mas sim construções históricas, sociais e discursivas. Isso significa que as identidades de gênero se constituem a partir de práticas culturais, normas linguísticas e relações de poder que moldam o que se espera de homens e mulheres em diferentes contextos e épocas. Ao dialogar com essas autoras, compreendemos que a exclusão das mulheres da narrativa histórica está intrinsecamente ligada aos mecanismos que produzem e reproduzem o gênero como sistema de desigualdade, legitimando a dominação masculina e a invisibilização das vozes femininas nos espaços de saber e poder.

A seguir foi apresentado às participantes frases e elas deveriam escolher a que melhor define empoderamento feminino para elas.

Gráfico 28: Definições preferidas de frases que definem empoderamento.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 28 expõe frases relacionadas ao empoderamento feminino. Para 79,2% das mulheres o empoderamento é o ato de igualdade social, política e cultural entre os gêneros, seguido de 18,1% que não concordam com nenhuma das alternativas, 1,4% que acham que é uma palavra da moda, sem sentido e que vai passar, 1,4% que acreditam que é uma palavra para designar mulheres bem resolvidas apenas socialmente.

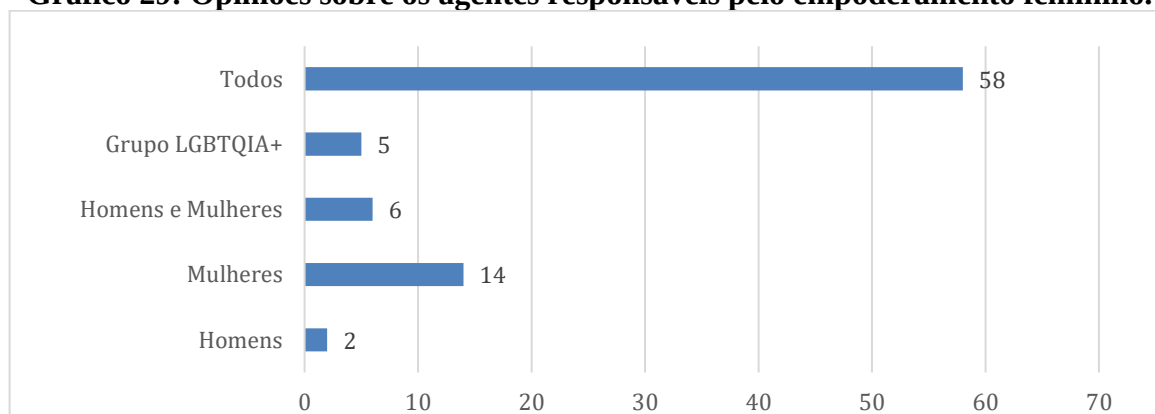
O empoderamento feminino é um movimento social e cultural que busca promover a igualdade de gênero e dar voz, autonomia e oportunidades às mulheres em todas as esferas da sociedade. Na História, as mulheres enfrentaram desafios e discriminação, mas ao longo do tempo, têm conquistado avanços significativos em direção à igualdade. O empoderamento envolve o reconhecimento dos direitos das mulheres de fazerem escolhas que afetam suas vidas, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, isso inclui o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à participação política e ao controle sobre seus próprios corpos.

Nas últimas décadas, tem havido um aumento notável na conscientização sobre as questões de gênero e uma mudança na mentalidade de muitas sociedades. As mulheres têm ocupado posições de destaque em diversos campos, demonstrando sua capacidade e competência.

No entanto, apesar dos progressos, ainda existem desafios a serem superados, como a violência de gênero, a disparidade salarial e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança. Portanto, é fundamental continuar promovendo o empoderamento feminino por meio da educação, do apoio mútuo e da conscientização, de modo que todas as mulheres possam alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para o mundo. Para Sardenberg (2006, p. 2):

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. [...] seu objetivo maior [...] é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”.

Um outro aspecto que foi alvo de investigação do presente estudo é sobre quem deve realizar o empoderamento feminino.

Gráfico 29: Opiniões sobre os agentes responsáveis pelo empoderamento feminino.

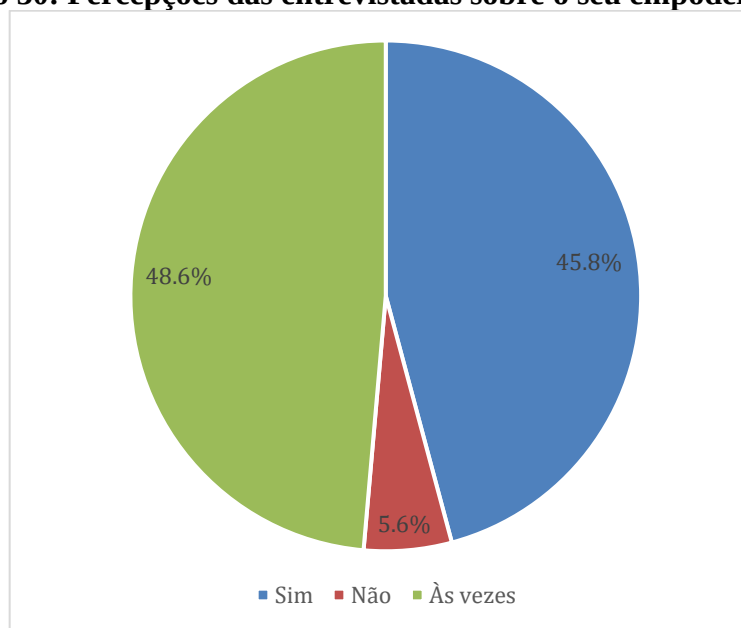
Fonte: Elaboração própria.

O dado apresentado no gráfico 29 revela uma variedade de perspectivas sobre quem deve ser responsável pelo empoderamento feminino. Notavelmente, a maioria das participantes, representando 80,6%, concorda que o empoderamento feminino deve ser uma responsabilidade compartilhada, envolvendo todos na sociedade, independentemente do gênero. Esse reconhecimento é fundamental, pois destaca a importância de uma abordagem coletiva para promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres. O empoderamento não é apenas uma questão das mulheres, mas uma causa que diz respeito a toda a sociedade.

É interessante notar que uma parcela significativa das participantes, 19,4%, acredita que o empoderamento feminino deve ser liderado pelas próprias mulheres. Essa perspectiva destaca o papel central delas na luta por seus próprios direitos e na defesa de sua autonomia e igualdade. Isso reflete uma compreensão do empoderamento como um processo que também envolve o fortalecimento da autoestima e da capacidade de agência das mulheres.

Além disso, é importante reconhecer as opiniões das minorias dentro da amostra, como os 6,9% que acreditam que o empoderamento feminino deve ser promovido pelo grupo LGBTQIAPN+ e os 2,8% que acreditam que os homens também têm um papel a desempenhar nesse processo. Essas perspectivas destacam a interseccionalidade do empoderamento feminino e a necessidade de incluir todas as vozes na busca por igualdade e justiça.

Outro tema de apreciação foi para descobrir o quanto a mulher se sente empoderada.

Gráfico 30: Percepções das entrevistadas sobre o seu empoderamento.

Fonte: Elaboração própria.

Por meio do gráfico 30, é possível verificar que 48,6% das mulheres se consideram empoderadas às vezes, 45,8% se consideram empoderadas e 5,6% não se consideram empoderadas.

Esses números indicam uma variedade de percepções entre as mulheres que participaram do questionário em relação ao seu próprio empoderamento. A maioria respondeu que se considera empoderada às vezes, mas uma parcela significativa indicou que sim, se considera empoderada, enquanto quatro responderam negativamente. Esses resultados sugerem que o empoderamento feminino é uma questão complexa e multifacetada, com diferentes experiências e perspectivas entre as mulheres.

Na pergunta seguinte, foi solicitado que as participantes justificassem suas respostas.

Das que responderam que não se consideram empoderadas, suas justificativas se relacionam com o não possuir independência financeira e emocional e serem privadas da sua liberdade, tolhidas ou por seus companheiros ou por familiares.

Nas que se consideram empoderadas às vezes, expuseram que é porque sabem o que significa ser empoderada, entretanto, muitas vezes para manter um casamento se anulam, ou porque a sociedade espera outros papéis da mulher e, portanto, em alguns momentos elas cedem e não se sentem empoderadas.

Nas que se consideram empoderadas, sentem-se assim porque são mulheres bem-sucedidas profissionalmente, com formação acadêmica, possuem independência financeira e emocional, sentem-se livres para fazer suas escolhas, não toleram injustiças, nem atitudes machistas.

Sobre o que as nossas participantes mais gostam e menos gostam nas redes sociais, elaboramos a partir dos seus dizeres o quadro 3.

Quadro 3: Preferências e descontentamentos das participantes nas redes sociais.

Desgosto	Gosto
Polarização	Interação
Fake news	Passatempo/ distração
Exposição desenfreada	Grupos de acolhimento é bom
Problema de ver a vida perfeita que expõem	Contatos com pessoas
Postagens machistas	Adquirir conhecimento
Falta de respeito	Rede de luta
Odeio as falsas necessidades, Ideal inatingível	Informação
Comentários violentos	Ver destinos de viagem
falta de humanidade	Diversão
Preconceito	Diversidade de opiniões
Imagens e palavras negativas	Páginas de temas que me interesse
Comentários desagradáveis	Proximidade com pessoas que moram distante
Influencers que mostram uma vida que não existe	Aprender com temas relevantes
O ódio destilado	Páginas que tratam temas relevantes: feminismo, música, literatura
Futilidades	Acompanhar a vida dos meus amigos
Falta de respeito e Empatia	Páginas que me fazem refletir
Ambiente tóxico	Distração
Comparação	Uso político
Política com ódio	Páginas que ajudam no empoderamento e autoconhecimento
Perfis falsos	Assuntos leves: maquiagem, exercícios
Publicidade	Facilidade e propagação de notícias e conhecimentos
Extremismos	Todos têm voz nas redes sociais
Arrogância	Gosto de ver coisas boas, comédias(memes)

Encenação do corpo perfeito, da vida perfeita	
Exposição de tragédias	
Exposição da privacidade	
Cancelamento	

Fonte: Elaboração própria.

A análise das preferências e descontentamentos das participantes em relação às redes sociais revela uma relação profundamente ambivalente com esses ambientes digitais. De um lado, destacam-se aspectos negativos, elementos que contribuem para um ambiente percebido como tóxico, desencadeando impactos emocionais negativos, como a comparação constante, a baixa autoestima e o sentimento de inadequação. Segundo Bauman (1998), vivemos em uma “modernidade líquida” marcada por vínculos frágeis, sobrecarga de informações e superficialidade das relações, aspectos que se intensificam nas redes sociais, onde a performance idealizada substitui muitas vezes a autenticidade.

No entanto, esse mesmo espaço virtual também é valorizado pelas participantes como lugar de interação, acolhimento, aprendizado e empoderamento. As redes são percebidas como vias de acesso à informação, à diversidade de opiniões, à formação política e à aproximação com grupos que compartilham valores, lutas e afetos. A existência de páginas dedicadas a temas como feminismos, mostra o uso estratégico e consciente desses meios para o fortalecimento da identidade feminina. Essa perspectiva dialoga com as ideias de Castells (2003), para quem as redes digitais possibilitam a formação de "comunidades de resistência" e a emergência de novos sujeitos sociais.

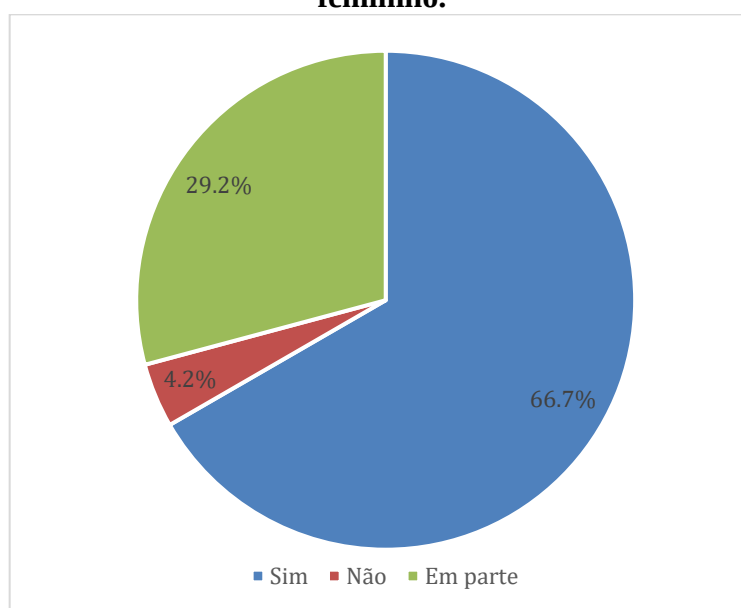
Além disso, a seleção crítica de conteúdos e perfis a serem seguidos, indica que as usuárias não são apenas receptoras passivas de conteúdos, mas agentes que constroem seus próprios percursos digitais. Esse comportamento está alinhado com a noção de letramento digital crítico e com os estudos de Bell Hooks (2000), que defendem o papel da educação crítica como ferramenta de libertação, especialmente para grupos historicamente marginalizados como as mulheres. O uso das redes como meio de expressão política, de denúncia e de fortalecimento da autoestima revela seu potencial como instrumento de transformação pessoal e coletiva, apesar das tensões que nela coexistem.

Dessa forma, compreende-se que as redes sociais configuram um espaço contraditório, que tanto reforça as estruturas de opressão quanto oferece caminhos para a resistência e o empoderamento. A presença feminina nesse meio, especialmente quando aliada à consciência crítica e à busca por conteúdos significativos, pode ser um motor importante na luta por

visibilidade, representatividade e justiça de gênero. Portanto, políticas educacionais que promovam o letramento digital com perspectiva de gênero são urgentes para ampliar os efeitos emancipatórios desse ambiente e mitigar os danos decorrentes de suas dinâmicas excludentes e violentas.

Na questão seguinte queríamos saber se para elas as páginas da rede social Instagram e/ou Facebook contribuem para a difusão do empoderamento feminino. O gráfico abaixo traz as respostas.

Gráfico 31: Opiniões sobre a contribuição das redes sociais para o empoderamento feminino.



Fonte: Elaboração própria.

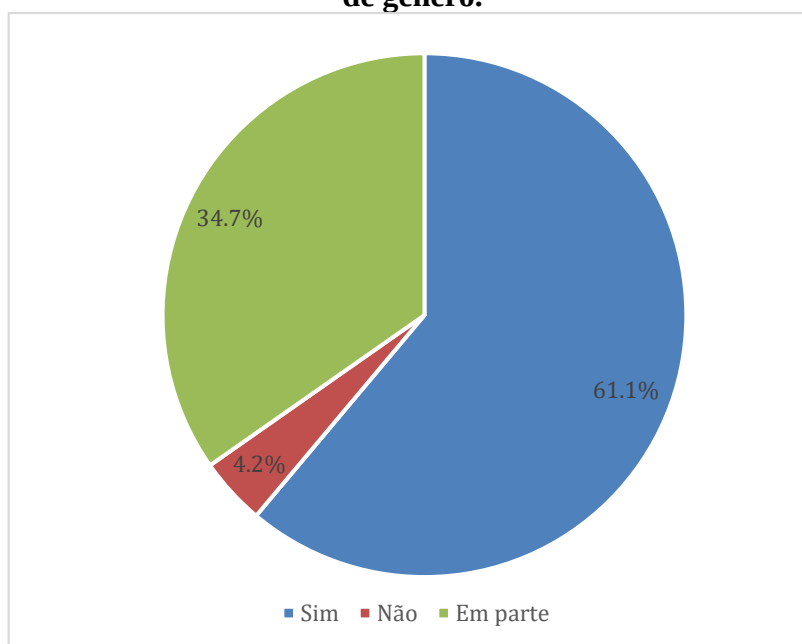
A análise dos dados apresentados no gráfico 31 revela que uma parcela significativa das participantes, representando 66,7%, acredita que as redes sociais têm um impacto positivo para o empoderamento feminino. Isso sugere que muitas pessoas reconhecem o potencial das plataformas online para disseminar mensagens de empoderamento, educar sobre questões de gênero e ampliar o alcance de movimentos sociais e atividades de defesa dos direitos das mulheres.

Por outro lado, 29,2% das participantes indicaram que acreditam parcialmente na contribuição das redes sociais para o empoderamento feminino, o que sugere uma visão mais ambivalente ou cautelosa sobre o impacto dessas plataformas. Isso pode refletir preocupações com o uso das redes sociais para disseminar estereótipos de gênero, perpetuar formas de discriminação ou criar ambientes tóxicos que minam os esforços pela igualdade.

Finalmente, 4,2% das participantes afirmaram que não acreditam que as redes sociais contribuem para o empoderamento feminino.

Em relação à questão específica sobre as páginas do Instagram e/ou Facebook, os resultados do gráfico subsequente fornecem uma visão mais detalhada das opiniões das participantes. Uma análise desses dados pode fornecer insights valiosos sobre como as pessoas percebem o potencial dessas plataformas específicas para promover a igualdade de gênero e quais estratégias podem ser mais eficazes ao utilizar essas plataformas para essa finalidade.

Gráfico 32: Opiniões sobre a contribuição das redes sociais para promoção da igualdade de gênero.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 32 revela opiniões parecidas com o gráfico 31. Dados mostram que 61,1% das participantes acreditam que as redes sociais contribuem para a promoção da igualdade de gênero, seguido de 34,7% que acreditam em parte que contribuem e 4,2% que dizem que não contribuem para a promoção da igualdade de gênero. Essa minoria pode ter preocupações específicas sobre o papel das redes sociais na propagação de discursos de ódio, desinformação ou na amplificação de desigualdades existentes.

O quadro 4 traz suas justificativas e pode oferecer insights importantes sobre as preocupações e críticas específicas em relação ao papel das redes sociais.

Quadro 4: As redes e a difusão do empoderamento feminino e da igualdade de gênero.

Sim	Não	Em parte
Atrai pessoas, vídeos curtos	Fake News	Tem muitos influencers ruins
Pluralidade de conteúdos	Conteúdo superficial	Pode gerar rivalidade entre homens e mulheres
Quando a página é boa	Páginas ruins desinformam	Nas redes há bolhas e às vezes os conteúdos não chegam
Alcance de todas as camadas sociais	Rede social não foi feita para isso, é recreação	Há páginas favoráveis e contrárias
Lembretes diários do que é	Muito achismo	Polariza muito
Mulheres inspiram umas às outras		Algoritmo entrega o que mais a pessoa procura, então pode receber algo ruim
Algoritmo menos machista		
É uma rede ubíqua		
Rica em debates		
Exemplos de vida		
Divulgação de pesquisas		
Dicas de livros e artigos		
Vídeos de autoconhecimento		
Páginas com alto alcance		
Ver o protagonismo de mulheres		
Massifica a informação		
Conscientização dos temas		
Popularização dos conteúdos		
Visibilidade de muitos assuntos		

Fonte: Elaboração própria.

As justificativas fornecidas pelas mulheres sobre como as redes sociais contribuem para a difusão do empoderamento feminino e da igualdade de gênero revelam uma variedade de maneiras pelas quais essas plataformas são percebidas como catalisadoras de mudança e conscientização.

Para nossas participantes, as redes sociais são vistas como atrativas devido à sua capacidade de atrair muitas pessoas, especialmente através de vídeos curtos, o que facilita o acesso e a disseminação de mensagens sobre empoderamento feminino e igualdade de gênero; têm o potencial de alcançar pessoas de diferentes origens e camadas sociais, tornando-as ferramentas poderosas para promover a conscientização e o engajamento em questões de gênero em diversas comunidades. A diversidade de conteúdos disponíveis, permite a abordagem de uma ampla gama de questões relacionadas ao empoderamento das mulheres e à igualdade de gênero, atendendo a diferentes interesses e necessidades.

Segundo nossas participantes, a presença constante de conteúdos relacionados ao empoderamento feminino e à igualdade de gênero nas redes sociais serve como um lembrete diário das questões em pauta, mantendo esses temas na mente das pessoas e incentivando a reflexão e a ação. Além de que, as histórias e experiências compartilhadas por mulheres nas redes sociais inspiram umas às outras, promovendo um senso de comunidade e solidariedade entre as mulheres e incentivando a busca por empoderamento e igualdade. Esse senso pode ser chamado de sororidade¹⁶, que é um conceito que busca promover a solidariedade e a colaboração entre mulheres, reconhecendo que juntas são mais fortes.

Elas ainda têm a percepção de que alguns algoritmos das redes sociais são menos propensos a perpetuar estereótipos de gênero e preconceitos. E ainda, que as redes sociais, oferecem espaço para a divulgação de pesquisas e debates ricos sobre questões de gênero e empoderamento feminino, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades relacionados ao tema.

Essas justificativas destacam o potencial das redes sociais como ferramentas para amplificar vozes, promover a conscientização e inspirar ações concretas em prol do empoderamento feminino e da igualdade de gênero. Ao mesmo tempo, apontam para desafios contínuos, como garantir a representatividade e combater a disseminação de informações prejudiciais ou estereotipadas.

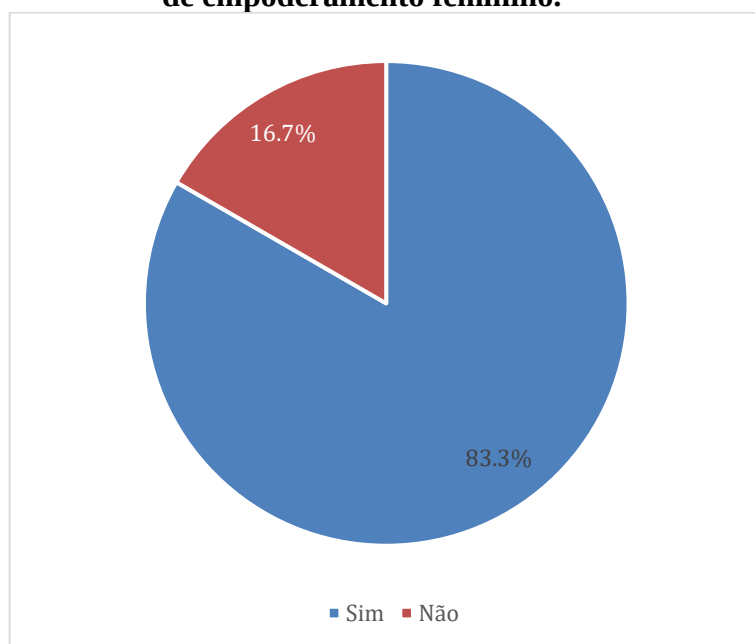
¹⁶ União entre mulheres que se reconhecem irmãs, formando um grupo político e ético, na luta pelo feminismo contemporâneo.

Nas justificativas das mulheres que não acreditam que as redes sociais contribuem para a difusão do empoderamento feminino e da igualdade de gênero destacam-se algumas preocupações e limitações percebidas no contexto das plataformas online. A disseminação de informações falsas e enganosas nas redes sociais é uma preocupação comum e pode minar os esforços para promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero, espalhando desinformação e distorcendo a compreensão pública sobre esses temas. Algumas mulheres podem perceber que o conteúdo disponível nas redes sociais relacionado aos temas é superficial ou carente de substância, o que pode limitar seu impacto e eficácia na promoção de mudanças significativas. A presença de páginas ou perfis de baixa qualidade ou que disseminam informações imprecisas, pode atrapalhar a credibilidade das redes sociais como fontes confiáveis de informação e engajamento em torno desses temas. E ainda, algumas mulheres acreditam que as redes sociais são principalmente destinadas ao entretenimento e à recreação, e não como espaços adequados para promover discussões sérias sobre questões sociais, incluindo o empoderamento feminino e a igualdade de gênero. Para essas participantes a percepção de que há uma quantidade excessiva de especulação e opiniões pessoais não fundamentadas nas redes sociais, levam a duvidar da utilidade dessas plataformas como ferramentas eficazes para promover a conscientização e ação em relação ao empoderamento feminino e à igualdade de gênero.

Essas justificativas destacam desafios importantes que as redes sociais enfrentam como espaços para promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero, incluindo a necessidade de combater a desinformação, melhorar a qualidade do conteúdo e promover uma compreensão mais profunda e informada das questões de gênero. Essas preocupações apontam para a importância de abordagens cuidadosas e estratégias de engajamento sensíveis ao contexto ao utilizar as redes sociais para promoção do empoderamento e da igualdade de gênero.

Outro dado relevante de nossa pesquisa era se as participantes consideram que as páginas que elas seguem contribuem para o pensamento que elas possuem sobre empoderamento feminino. Veremos a resposta no gráfico a seguir:

Gráfico 33: Contribuição das páginas seguidas para as percepções de empoderamento feminino.



Fonte: Elaboração própria.

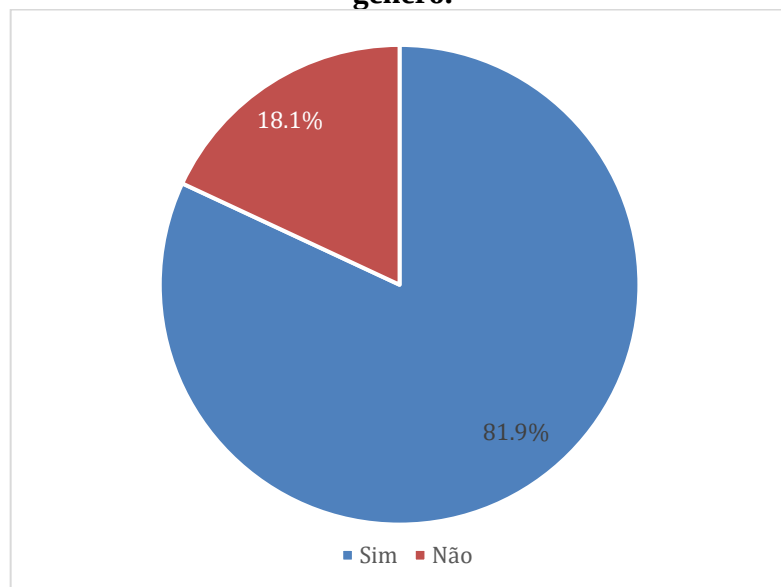
O gráfico 33 revela uma percepção positiva por parte das participantes em relação ao impacto das páginas que elas seguem nas redes sociais sobre seu pensamento de empoderamento feminino. Com 83,3% das participantes concordando que essas páginas contribuem para sua reflexão e entendimento sobre o tema, fica evidente que essas plataformas desempenham um papel significativo na formação de suas opiniões e na promoção do empoderamento feminino.

Esse dado sugere que as páginas seguidas pelas participantes fornecem conteúdo que as inspira, educa e capacita em relação ao tema e podem oferecer uma variedade de recursos, incluindo notícias, artigos, posts motivacionais, histórias de sucesso, informações sobre direitos das mulheres e outras formas de conteúdo que ajudam a ampliar a compreensão das participantes sobre o empoderamento feminino.

Por outro lado, a minoria de 16,7% das participantes que afirmam que as páginas que seguem não contribuem para seu pensamento sobre o empoderamento feminino indica que ainda há espaço para melhorias na qualidade e relevância do conteúdo disponível nessas plataformas. Isso sugere a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa na seleção de páginas a serem seguidas e na avaliação crítica do conteúdo consumido nas redes sociais.

Outro dado relevante era se as participantes consideram que as páginas que elas seguem contribuem para o pensamento que elas possuem sobre igualdade de gênero. Veremos a resposta no gráfico a seguir:

Gráfico 34: Contribuição das páginas seguidas para as percepções de igualdade de gênero.



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico 34, temos respostas similares ao gráfico anterior. 81,9% das participantes concordam que as páginas que elas seguem contribuem para o pensamento delas sobre igualdade de gênero e apenas 18,1% disseram que não contribuem.

O quadro 5 traz as justificativas das participantes sobre o porquê as páginas que elas seguem contribuem ou não para o pensamento sobre empoderamento feminino e igualdade de gênero.

Quadro 5: Motivos da contribuição ou ausência de contribuição das páginas seguidas para o pensamento sobre Empoderamento Feminino e Igualdade de Gênero.

Sim	Não
Incentivam	Rede social não foi feita para isso, é para lazer
Geram reflexão e debate	
Engajamento em causas	
Inspiração de pessoas bem-sucedidas	
Atualização de pautas de lutas	
Novos aprendizados	
Criamos bolhas nas redes	
Estratégias para lidar com conflitos	
Experiências propagadas ajudam	

Algoritmo traz muita entrega boa de conteúdo	
Abertura de diálogo	
Compartilhar reflexões	
Denúncia de páginas machistas e homofóbicas	

Fonte: Elaboração própria.

As justificativas fornecidas pelas participantes sobre os motivos pelos quais as páginas que seguem nas redes sociais contribuem para o empoderamento feminino e a promoção da igualdade de gênero revelam uma série de percepções significativas acerca dos potenciais transformadores dessas plataformas digitais. Em primeiro lugar, tais páginas são vistas como instrumentos que estimulam a reflexão crítica sobre questões de gênero, incentivando uma postura questionadora diante das normas sociais e culturais que perpetuam desigualdades. Essa reflexão ressoa com as proposições de Joan Scott (1995), que compreende o gênero como uma categoria analítica essencial para entender as estruturas de poder e exclusão que atravessam as instituições e narrativas sociais.

Além disso, o conteúdo compartilhado promove o debate e a troca de ideias entre seguidores, ampliando o repertório discursivo e fortalecendo a construção coletiva de saberes. Essa dinâmica dialógica e colaborativa remete à noção de “educação como prática da liberdade”, conforme desenvolvida por Hooks (2003).

Outro aspecto recorrente nas justificativas é o reconhecimento do papel dessas páginas na mobilização e engajamento em causas sociais, especialmente no que se refere ao empoderamento das mulheres e à luta por equidade. As narrativas inspiradoras de mulheres bem-sucedidas e empoderadas funcionam como modelos positivos de identificação, estimulando sentimentos de autoconfiança, pertencimento e possibilidade de transformação. Como destaca Judith Butler (2004), a identidade de gênero é performativa e relacional, sendo constantemente produzida e reproduzida por meio de práticas sociais e culturais. Assim, ver-se representada por outras mulheres em espaços de visibilidade digital contribui para a reconfiguração de identidades femininas fora dos moldes hegemônicos.

As participantes também apontam que o acompanhamento dessas páginas contribui para a atualização constante sobre pautas feministas e temas relacionados aos direitos das mulheres, favorecendo uma participação mais ativa em movimentos sociais e espaços de militância.

Além disso, destaca-se a função pedagógica dessas plataformas, que proporcionam novos aprendizados sobre questões de gênero, promovendo uma compreensão mais profunda

dos desafios enfrentados por mulheres em diferentes contextos. As chamadas "bolhas digitais", longe de serem vistas apenas como mecanismos de alienação, são interpretadas pelas participantes como espaços seguros para partilha de experiências, apoio mútuo e fortalecimento coletivo.

Outro ponto relevante é a percepção positiva do algoritmo das redes sociais como ferramenta de personalização do conteúdo, que, quando bem direcionado, pode enriquecer a experiência online ao sugerir páginas e perfis alinhados às temáticas de empoderamento e justiça social. Por fim, as participantes reconhecem nessas páginas um espaço de denúncia e resistência ao discurso machista, misógino e homofóbico, contribuindo para a construção de ambientes digitais mais inclusivos, respeitosos e conscientes.

Para elas, as páginas acompanhadas não apenas informam, mas também formam, conectam, inspiram e empoderam, evidenciando o potencial das redes sociais como arenas de transformação sociopolítica e subjetiva. Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer o espaço digital como território legítimo de produção de cidadania e resistência, onde se articulam práticas pedagógicas, políticas e afetivas no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Essas justificativas destacam a variedade de maneiras pelas quais as páginas que as mulheres seguem contribuem para a promoção do empoderamento feminino e da igualdade de gênero, demonstrando o papel importante que essas plataformas desempenham na formação de pensamento e na mobilização para a mudança social.

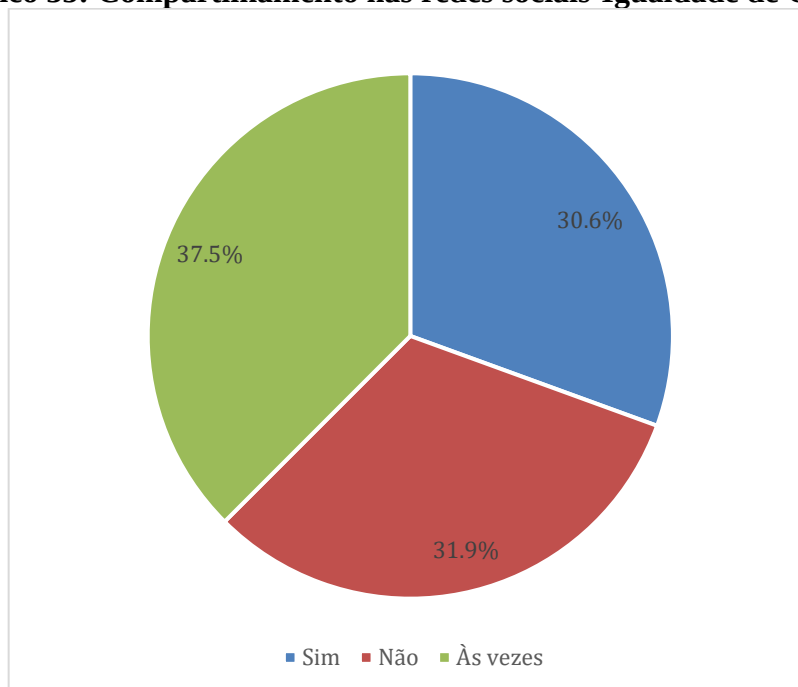
Sobre os algoritmos, são criados para personalizar a experiência do usuário, podem ter efeitos colaterais positivos e negativos, especialmente no que diz respeito à formação de bolhas informacionais, que são ambientes online onde o usuário é exposto apenas a informações que reforçam suas crenças e opiniões preexistentes. Isso acontece porque os algoritmos priorizam conteúdos com os quais o usuário tende a concordar, com base em seu histórico de navegação, interações e preferências.

Ao limitar a exposição a diferentes perspectivas, as bolhas informacionais podem levar à polarização de opiniões e dificultar o diálogo e o entendimento entre grupos com visões divergentes. Podem se tornar terreno fértil para a disseminação de notícias falsas, já que o usuário não é exposto a fontes confiáveis que possam desmentir essas informações. A falta de contato com ideias divergentes pode levar à homogeneização do pensamento, onde o usuário perde a capacidade de questionar suas próprias crenças e se torna menos tolerante com a diversidade de opiniões.

As bolhas informacionais podem ser exploradas para fins de manipulação, seja por agentes políticos, empresas ou outros grupos com interesses específicos. Ao direcionar mensagens altamente personalizadas para usuários dentro de uma bolha, é possível influenciar suas opiniões e comportamentos de forma sutil e eficaz. É importante estar ciente dos riscos representados pelos algoritmos e pelas bolhas informacionais, para evitar seus efeitos negativos, é fundamental buscar informações de fontes diversas, questionar o que se lê e se manter aberto ao diálogo com pessoas que pensam diferente.

Outra questão que investigamos é se as mulheres compartilham mídias, textos ou imagens sobre igualdade de gênero.

Gráfico 35: Compartilhamento nas redes sociais-Igualdade de Gênero

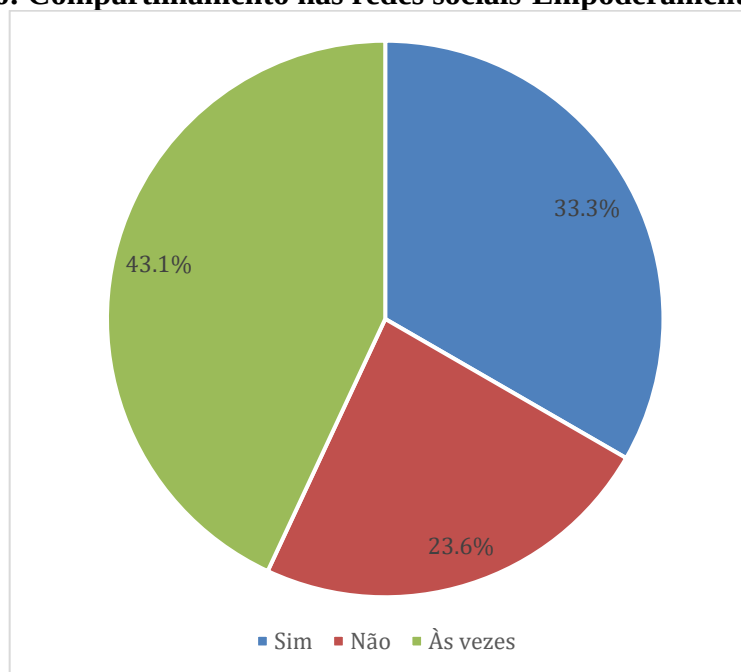


Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados fornecidos: 30,6% das mulheres compartilham mídias sobre igualdade de gênero; 31,9% das mulheres não compartilham mídias e 37,5% das mulheres às vezes compartilham.

A partir desses números, podemos observar uma variedade de níveis de engajamento das mulheres nas redes sociais em relação à igualdade de gênero. Enquanto uma proporção significativa compartilha ativamente conteúdo sobre o assunto, uma parcela semelhante não o faz, e uma parte considerável está no meio termo, compartilhando ocasionalmente.

Perguntamos também se as mulheres compartilham mídias, textos ou imagens sobre empoderamento feminino.

Gráfico 36: Compartilhamento nas redes sociais-Empoderamento Feminino

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 36, podemos observar que: 33,3% das mulheres compartilham mídias relacionadas ao empoderamento feminino. 23,6% das mulheres não compartilham esse tipo de conteúdo e 43,1% das mulheres às vezes compartilham. Esses números revelam alguns insights sobre o engajamento das mulheres nas redes sociais em relação ao tema do empoderamento feminino. Mais de um terço das mulheres (33,3%) estão ativamente envolvidas na divulgação de conteúdo relacionado ao empoderamento feminino, isso sugere um interesse e comprometimento consideráveis com a causa do empoderamento das mulheres.

O fato de que quase metade das mulheres (43,1%) às vezes compartilha mídias sobre empoderamento feminino indica um reconhecimento da importância do tema, mesmo que não seja uma prioridade constante em suas atividades de compartilhamento, sugerindo um potencial significativo para aumentar a conscientização sobre questões relacionadas ao empoderamento feminino.

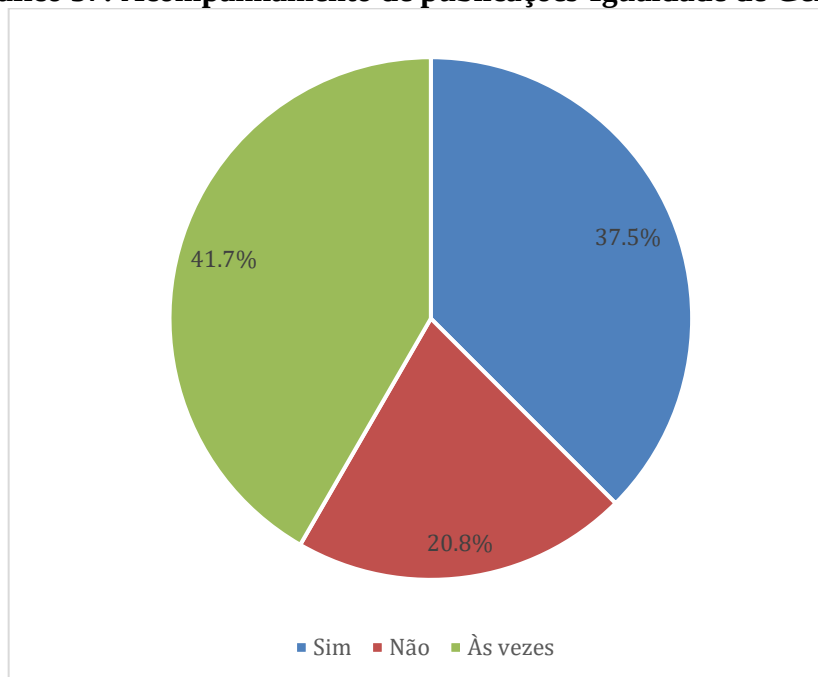
A proporção de mulheres que não compartilham mídias sobre empoderamento feminino (23,6%) indica que ainda existem desafios a serem superados em termos de engajamento. Isso pode ser devido a uma variedade de razões, incluindo falta de interesse, falta de familiaridade com o tema ou preocupações com reações negativas.

Os dados dos gráficos 35 e 36, destacam tanto os avanços quanto os desafios relacionados ao engajamento das mulheres nas redes sociais em relação ao empoderamento feminino e a igualdade de gênero. Eles mostram como as mulheres estão contribuindo para a

conversa sobre esses temas e ajudam a identificar que pode haver oportunidades para promover um maior engajamento e conscientização.

Queríamos saber se as mulheres acompanham publicações sobre igualdade de gênero.

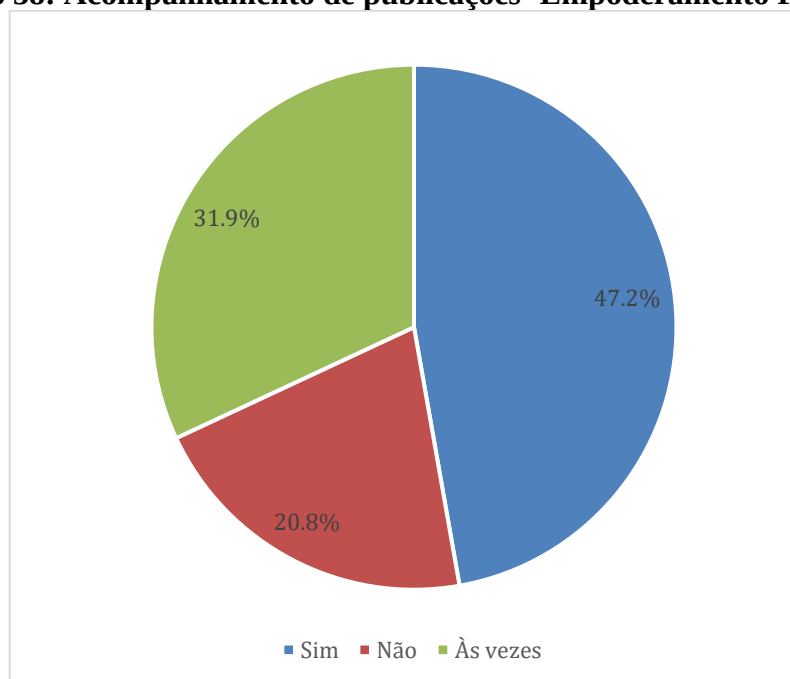
Gráfico 37: Acompanhamento de publicações-Igualdade de Gênero.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 37 mostra que mais de um terço das mulheres, 37,5%, demonstram um alto nível de engajamento ao acompanhar regularmente publicações sobre igualdade de gênero. Isso sugere um interesse substancial e um compromisso com o tema. Uma parcela significativa das mulheres, 41,7%, demonstra um interesse variável, acompanhando publicações sobre igualdade de gênero apenas ocasionalmente. Enquanto 20,8% não acompanham.

Indagamos também se elas acompanham publicações sobre empoderamento feminino.

Gráfico 38: Acompanhamento de publicações- Empoderamento Feminino.

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados no gráfico 38, refletem uma tendência interessante em relação ao acompanhamento de publicações sobre empoderamento feminino nas redes sociais. A maioria das mulheres, 47,2%, demonstram um alto nível de interesse ao acompanhar regularmente publicações sobre empoderamento feminino. Isso é um sinal encorajador de que há um forte engajamento e interesse por questões relacionadas ao empoderamento das mulheres.

Embora uma parcela significativa acompanhe ativamente essas publicações, ainda existe uma parte da população feminina, 20,8%, que não as acompanha. E ainda, cerca de um terço das mulheres, 31,9%, às vezes acompanha publicações sobre empoderamento feminino sugere que há um interesse variável no tema. Isso indica um potencial significativo para aumentar a conscientização e o engajamento por meio de estratégias que abordem diferentes níveis de interesse e envolvimento.

Os dados dos gráficos 37 e 38, indicam um forte interesse e engajamento das mulheres nas redes sociais em relação ao empoderamento feminino e à igualdade de gênero. Esses dados são encorajadores e destacam a importância contínua de promover e apoiar iniciativas que visam fortalecer e capacitar as mulheres em todas as esferas da sociedade.

No cruzamento dos dados da questão: Você compartilha mídias (imagens, vídeos, textos) no Instagram e/ou Facebook sobre Igualdade de Gênero com seus seguidores, e se tem o hábito de acompanhar publicações no Instagram e/ou Facebook sobre Igualdade de Gênero, foi elaborado a tabela 2, disponibilizada a seguir.

Tabela 2: Compartilhamento e acompanhamento de conteúdo sobre Igualdade de Gênero nas redes sociais.

Você compartilha mídias	Você acompanha publicações	Quantidade
Às vezes	Às vezes	20
	Sim	5
	Não	2
Não	Às vezes	7
	Sim	4
	Não	12
Sim	Às vezes	3
	Sim	18
	Não	1

Fonte: Elaboração própria.

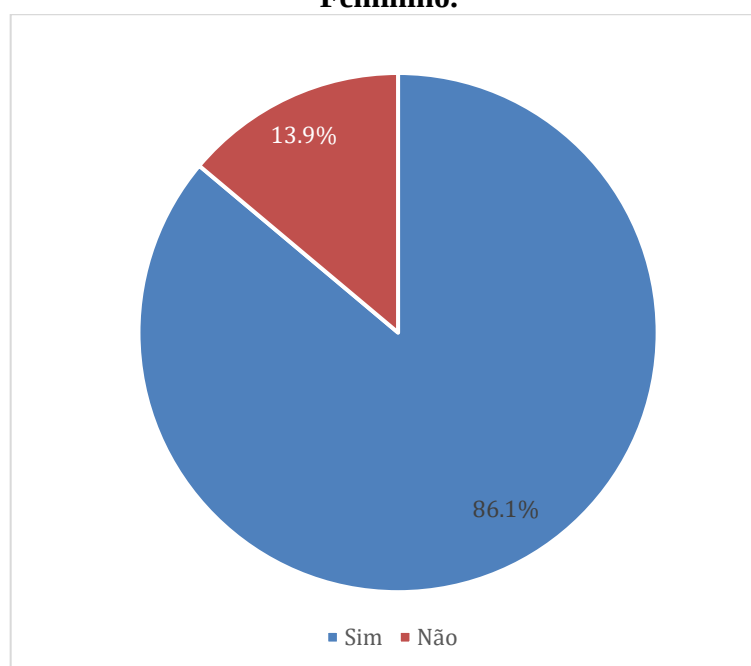
Esta tabela compara os hábitos de compartilhar mídias com o hábito de acompanhar publicações. E a análise que fazemos dos dados é que 20 mulheres às vezes compartilham mídias e às vezes acompanham publicações, indicando que muitas pessoas compartilham mídias ocasionalmente e acompanham publicações sobre o tema em momentos específicos. 18 mulheres responderam que compartilham e acompanham as mídias, sugerindo que muitas mulheres compartilham mídias e acompanham regularmente publicações sobre o assunto. 7 mulheres não compartilham mídias e às vezes acompanham publicações, indicando que algumas pessoas não compartilham mídias, mas ocasionalmente acompanham publicações sobre o tema. 4 mulheres, não compartilham mídias, mas, acompanham publicações, sugerindo que apesar de não compartilhar mídias, ainda assim acompanham regularmente publicações sobre o tema. E 12 mulheres não compartilham mídias e não acompanham publicações, mostrando uma parcela que não considera significativa essa ação. 3 mulheres compartilham mídias e as vezes acompanham publicações, sugerindo que algumas pessoas compartilham mídias em momentos específicos e ocasionalmente acompanham publicações sobre o tema.

Totalizando as porcentagens, a maioria compartilha mídias ocasionalmente e a maioria acompanha publicações de forma intermitente.

Essa análise mostra que há uma variedade de padrões de comportamento em relação aos hábitos de compartilhar mídias e acompanhar publicações, com algumas pessoas mantendo práticas consistentes, enquanto outras, adotam uma abordagem mais ocasional em ambas as atividades.

Indagamos as participantes se já postaram, curtiram ou compartilharam sobre igualdade de gênero e empoderamento feminino, observe o gráfico abaixo:

Gráfico 39: Engajamento em publicações sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.



Fonte: Elaboração própria.

A expressão de apoio, interesse e engajamento com o tema da Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino pode ocorrer de diversas formas, como postar, curtir ou compartilhar conteúdo relacionado. Cada ação transmite um nível diferente de envolvimento e suporte ao tema. Quando a pessoa posta, geralmente significa que está compartilhando suas próprias opiniões, experiências ou informações sobre o assunto. Isso pode incluir textos, imagens, vídeos ou outros tipos de conteúdo que promovam a conscientização ou incentivem a discussão sobre questões relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino.

Quando a pessoa clica no botão "curtir" em uma postagem sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino, está indicando que aprecia ou concorda com o conteúdo compartilhado. Isso pode ser interpretado como um sinal de apoio ao tema ou como uma forma de demonstrar solidariedade com quem compartilhou a postagem.

Quando a pessoa compartilha uma postagem implica em espalhar a mensagem para um público mais amplo. Isso indica um compromisso maior com o tema, pois a pessoa está não apenas expressando seu apoio, mas também ajudando a disseminar informações e conscientizar outras pessoas sobre questões relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.

Portanto, seja postando, curtindo ou compartilhando conteúdo sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino, cada ação contribui para promover a conscientização e o debate sobre essas questões importantes.

No gráfico 39, 86,1% das participantes já postou, curtiu ou compartilhou algum post sobre igualdade de gênero e ou sobre empoderamento feminino. Na questão seguinte elas falaram do que se tratava o post. Abaixo no quadro 6.

Quadro 6: Assuntos do Post Igualdade de gênero e Empoderamento Feminino.

Incentivo para que as filhas estudem e não se preocupem apenas em se casar
Cuidados com o corpo
Direitos da Mulher
Sobrecarga materna
Violência contra a Mulher
Assédio
Violência Institucional
Estereótipos que desqualificam a mulher
Histórias de Mulheres
Experiências bem-sucedidas de mulheres
Feminismo
Empreendedorismo feminino
Identificação de relacionamento abusivo
Diferença de gênero
Cultura Patriarcal
Misoginia
Empoderamento Feminino
Positividade Tóxica

Sobre liderança feminina
Masculinidade Positiva

Fonte: Elaboração própria.

Este quadro apresenta uma variedade de assuntos relacionados à igualdade de gênero e empoderamento feminino que foram abordados em posts ou discussões. Abaixo está uma perspectiva do que foi abordado nos temas:

- a) Incentivo para que as filhas estudem e não se preocupem apenas em se casar.

Este tópico aborda a importância de incentivar as mulheres a buscar educação e realização pessoal, em vez de focar exclusivamente no casamento como principal objetivo de suas vidas.

- b) Cuidados com o corpo.

Refere-se à conscientização sobre a saúde e o bem-estar físico das mulheres, promovendo uma abordagem positiva em relação ao corpo e combatendo padrões de beleza irreais.

- c) Direitos da mulher.

Envolve questões legais e políticas relacionadas aos direitos das mulheres, como igualdade salarial, direitos reprodutivos e participação na vida pública.

- d) Sobrecarga materna.

Destaca a carga desproporcional de responsabilidades e cuidados que muitas mulheres enfrentam como mães, incluindo trabalho não remunerado e expectativas sociais.

- e) Violência contra a Mulher.

Aborda diferentes formas de violência dirigidas às mulheres, como abuso doméstico, agressão sexual, tráfico humano e violência baseada em gênero.

- f) Assédio.

Refere-se a comportamentos indesejados ou hostis dirigidos às mulheres, incluindo assédio sexual, assédio moral e assédio online.

- g) Violência Institucional.

Envolve práticas discriminatórias e abusivas perpetradas por instituições, como o sistema judiciário, polícia, empresas e governo, que afetam negativamente as mulheres.

- h) Estereótipos que desqualificam a mulher.

Discute os estereótipos de gênero prejudiciais que limitam as oportunidades das mulheres e as desqualificam em diversas áreas da vida.

i) Histórias de Mulheres.

Destaca histórias de mulheres inspiradoras, suas conquistas, desafios e contribuições para a sociedade.

j) Experiências bem-sucedidas de mulheres.

Compartilhar experiências positivas e histórias de sucesso de mulheres em diversas áreas da vida, incluindo carreira, educação, família e liderança.

k) Feminismo.

Explora o movimento pela igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, incluindo diferentes correntes e perspectivas dentro dos feminismos.

l) Empreendedorismo feminino.

Aborda o papel das mulheres como empreendedoras, líderes de negócios e agentes de mudança econômica.

m) Identificação de relacionamento abusivo.

Oferece recursos e informações para ajudar as mulheres a reconhecerem sinais de relacionamentos abusivos e a buscarem ajuda.

n) Diferença de gênero.

Explora as disparidades e desigualdades entre homens e mulheres em diferentes aspectos da vida, como educação, trabalho e saúde.

o) Cultura Patriarcal.

Discute as normas, valores e estruturas sociais que privilegiam os homens em detrimento das mulheres e perpetuam a desigualdade de gênero.

p) Misoginia.

Aborda o ódio, desprezo ou preconceito contra as mulheres, muitas vezes manifestado em formas de discriminação e violência de gênero.

q) Empoderamento Feminino.

Refere-se ao fortalecimento das mulheres, incluindo o desenvolvimento de sua autonomia, confiança, habilidades e capacidade de agir em sua própria vida e na sociedade.

r) Positividade Tóxica.

Discute a ideia de que a pressão para ser sempre positiva pode ser prejudicial, especialmente para as mulheres, que muitas vezes são incentivadas a suprimir suas emoções e experiências negativas.

s) Sobre liderança feminina.

Explora questões relacionadas à representação e participação das mulheres em posições de liderança em todos os setores da sociedade.

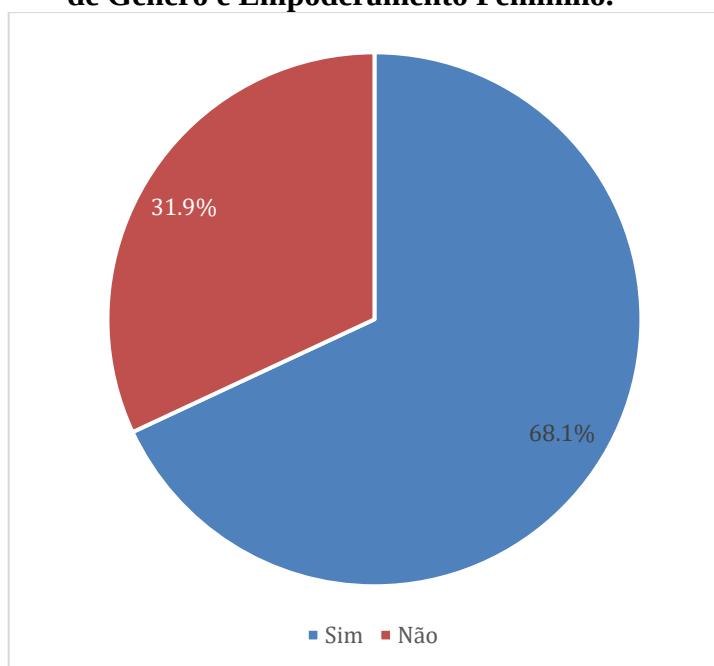
t) Masculinidade Positiva.

Aborda o conceito de uma masculinidade saudável e positiva, que não se baseia em estereótipos de gênero prejudiciais e promove relações igualitárias entre homens e mulheres.

Esses assuntos refletem uma ampla gama de questões relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino, demonstrando a complexidade e a diversidade de desafios e oportunidades enfrentados pelas mulheres em todo o mundo.

Outro assunto que foi pauta da presente pesquisa é quanto ao preconceito, igualdade de gênero e o empoderamento feminino. O Gráfico 40, expõe os dados obtidos nesta pergunta.

Gráfico 40: Experiências com postagens preconceituosas sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.



Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 40, 68,1% das participantes já se depararam com post preconceituoso sobre igualdade de gênero e/ou sobre empoderamento feminino.

De fato, é possível perceber este preconceito, ao olharmos para as páginas dessas redes sociais, há muitos grupos misóginos, como por exemplo, os *Red Pill*, que destilam ódio às mulheres.

Muitas vezes, em outras páginas, o post até tem um conteúdo saudável, mas, nos comentários há maldade e preconceito.

Na questão seguinte elas falaram do que se tratava o post. Abaixo no quadro 7.

Quadro 7: Assuntos do post preconceituoso.

Que a mulher tem que dar conta de tudo
Machismo
Misoginia
Transfobia
Estereótipo de feministas como feias, mal-amadas e mal-cuidadas
Coachs de relacionamento depreciando mulheres de 30 anos solteiras
Mulheres só evoluem na carreira se se envolverem sexualmente com superiores
Não levando a sério o movimento feminista
Idealização do corpo feminino
Objetificação da mulher
Homens depreciando mulheres
Piadas Machistas, racistas
Mulher sendo inferiorizada em determinadas funções empresariais
Normalização de salários desiguais, porque a mulher fica afastada na maternidade

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 7 destaca uma preocupante realidade: os assuntos mais frequentemente abordados são aqueles que tendem a depreciar e inferiorizar as mulheres. Entre esses tópicos, estão as piadas machistas e a objetificação do corpo feminino. Essa observação levanta questões cruciais sobre a persistência de estereótipos de gênero e o tratamento desigual das mulheres na sociedade contemporânea.

As piadas machistas, por exemplo, são manifestações de um comportamento profundamente enraizado que perpetua a desigualdade de gênero. Ao ridicularizar as mulheres ou promover ideias de inferioridade baseadas no gênero, essas piadas não apenas reforçam estereótipos prejudiciais, mas também contribuem para criar um ambiente que tolera a discriminação e a violência contra as mulheres.

Da mesma forma, a objetificação do corpo feminino é uma forma de violência simbólica que reduz as mulheres a meros objetos sexuais, desconsiderando sua humanidade e dignidade.

Essa objetificação é frequentemente vista na mídia, na publicidade e nas interações cotidianas, onde as mulheres são retratadas como meros objetos de desejo, sem voz ou agência própria.

Esses padrões de discurso e representação têm consequências profundas para as mulheres, afetando sua autoestima, saúde mental e oportunidades de participação plena na sociedade. Além disso, eles perpetuam normas prejudiciais que limitam o potencial das mulheres e reforçam estruturas de poder desiguais.

Para combater essa realidade preocupante, é fundamental desafiar ativamente essas narrativas e promover uma cultura que valorize e respeite a igualdade de gênero. Isso requer um esforço conjunto para dismantelar estereótipos prejudiciais, educar sobre os impactos do sexismo e promover a representação positiva das mulheres em todas as áreas da vida.

A conscientização e a educação são passos essenciais para criar uma mudança significativa, mas também são necessárias ações concretas em nível institucional e legislativo para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente do gênero. Somente através de um compromisso coletivo com a igualdade e o respeito mútuo podemos criar um mundo onde as mulheres sejam verdadeiramente livres para prosperar e alcançar seu pleno potencial.

No cruzamento de dados entre você se considera uma mulher empoderada e tem o hábito de acompanhar publicações sobre empoderamento feminino.

Tabela 3: Autoavaliação do empoderamento feminino e o hábito de acompanhar publicações sobre o tema.

Empoderada	Acompanha Publicações	Quantidade	Porcentagem
Às vezes	Às vezes	12	
	Sim	17	
	Não	6	
Não	Às vezes	0	
	Sim	0	
	Não	4	
Sim	Às vezes	11	33%
	Sim	17	52%
	Não	5	15%

Fonte: Elaboração própria.

Essa tabela compara os níveis de empoderamento com os hábitos de acompanhar publicações sobre o assunto. Aqui está uma análise dos dados:

Às vezes empoderada, às vezes acompanha publicações: Há 12 respostas nesta categoria, indicando que algumas pessoas se sentem empoderadas em momentos específicos e ocasionalmente acompanham publicações sobre empoderamento feminino.

Sim, empoderada e acompanha publicações: Esta é a categoria com a maior quantidade de respostas, totalizando 17. Isso sugere que uma parcela significativa das participantes se considera empoderada e acompanha regularmente publicações sobre empoderamento feminino.

Não empoderada, não acompanha publicações: Há 4 respostas nessa categoria, indicando que algumas pessoas não se sentem empoderadas e não acompanham publicações sobre o assunto.

Sim empoderada, não acompanha publicações: tem 5 respostas. Sugerindo que se sente empoderada, mas não acompanha publicações sobre o tema.

Sim, às vezes empoderada, às vezes acompanha publicações: Há 12 respostas nesta categoria. Isso sugere que algumas pessoas se sentem empoderadas em momentos específicos e ocasionalmente acompanham publicações sobre empoderamento feminino.

Totalizando as porcentagens: Das participantes, 52% afirmaram se sentir empoderadas e acompanhar publicações, enquanto 15% disseram se sentir empoderadas, mas, não acompanham publicações e 33% mencionaram sentir-se empoderadas e ocasionalmente acompanhar publicações sobre o tema.

Essa análise revela diferentes padrões de comportamento em relação ao empoderamento feminino e ao hábito de acompanhar publicações sobre o assunto, destacando que a maioria das pessoas que se sentem empoderadas também estão engajadas em consumir conteúdo relacionado ao tema, o que sugere que as redes sociais têm influenciado as mulheres em seu processo de empoderamento.

Em umas das perguntas abertas, indagamos as participantes sobre o que elas entendiam por empoderamento. A partir das respostas, criou-se uma nuvem de palavras, sobre o que é empoderamento feminino para elas.

Fonte: Elaboração própria

As respostas foram analisadas e, passamos a criar categorias intermediárias com as palavras, até que após aglutinar respostas com mesmo sentido, finalizamos com oito categorias. Segue no quadro 8:

Quadro 8: Categorias Empoderamento Feminino.

Categorias	Quantidade de Respostas que se encaixam nessa categoria
Mulher que tem poder, que está onde quer, dona de si	25
Luta por direitos iguais	12
Reconhecimento e valorização	11
Consciência coletiva das situações	10
Independência financeira, emocional	9
Desconhecimento	2
Não respondeu	2
Descrença	1

Fonte: Elaboração própria.

A categoria mais mencionada: Mulher que tem poder, que está onde quer, dona de si, com 25 respostas, sugere que muitas participantes associam o empoderamento feminino à ideia de mulheres que exercem controle sobre suas próprias vidas e estão satisfeitas com sua posição e poder.

Seguida pela categoria: Luta por direitos iguais, com 12 respostas, indica que uma parcela significativa das participantes vê o empoderamento feminino como uma luta contínua pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A categoria: Reconhecimento e valorização, recebeu 11 respostas e sugere que algumas participantes veem o empoderamento feminino como sendo sobre o reconhecimento e valorização das mulheres na sociedade.

A categoria de Consciência coletiva das situações, obteve 10 respostas, e indica que algumas participantes associam o empoderamento feminino com uma consciência coletiva das situações enfrentadas pelas mulheres na sociedade.

Já a categoria Independência financeira, emocional, teve 9 respostas, e sugere que algumas participantes veem o empoderamento feminino como sendo sobre a conquista de independência financeira e emocional pelas mulheres.

Apareceu a categoria: Desconhecimento, que representa 2 respostas e indica que algumas participantes não estão familiarizadas com o conceito de empoderamento feminino ou não conseguiram identificar-se com nenhuma das categorias mencionadas.

E a categoria: Não respondeu, teve 2 respostas, o que indica que algumas participantes optaram por não fornecer uma resposta específica sobre empoderamento feminino.

Com apenas 1 resposta, apareceu a categoria: Descrença, que sugere que uma das participantes expressou descrença em relação ao conceito de empoderamento feminino.

Em resumo, os dados revelam uma variedade de perspectivas sobre o empoderamento feminino, destacando áreas como autodeterminação, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização, consciência coletiva, independência financeira e emocional, enquanto também mostram alguns casos de desconhecimento ou descrença nesse conceito.

Indagamos as participantes sobre o que elas entendiam por Igualdade de Gênero e a partir das respostas, criou-se uma nuvem de palavras.



Fonte: Elaboração própria.

As respostas foram analisadas e, passamos a criar categorias intermediárias com as palavras, até que após aglutinar respostas com mesmo sentido, finalizamos com cinco categorias. Segue no quadro 9:

Quadro 9: Categorias Igualdade de Gênero.

Categorias	Quantidade de Respostas que se encaixam nessa categoria
Mesmo direitos, deveres e oportunidades, independentemente do gênero.	64
Justiça para todes	3
Liberdade para escolher e viver	3
Descrença	1
Desconhecimento	1

Fonte: Elaboração própria.

As análises revelaram indicadores que apontam para categorias onde a igualdade de gênero é primariamente entendida como a garantia de direitos, deveres e oportunidades iguais para todos, independentemente do gênero. Das participantes, três expressaram apoio aos princípios de Justiça para todos e Liberdade para escolher e viver, enquanto uma se posicionou descrente quanto ao termo e outra demonstrou desconhecimento. A maioria das participantes compreendeu adequadamente o verdadeiro significado do conceito de igualdade de gênero.

Consideramos que essa pesquisa nos trouxe muitos dados interessantes sobre as percepções das participantes em relação à igualdade de gênero e o empoderamento feminino mediado pelas redes sociais, e, em futuros estudos, há possibilidade de aprofundamento dos temas.

SEÇÃO 7. DESCRIÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA

Desde que iniciamos a pesquisa, tínhamos consciência de que deveríamos desenvolver um produto educacional, no caso, escolhemos uma música, já que é um material escasso, referente ao principal tema com que trabalhamos neste estudo, qual seja, o empoderamento feminino.

A ideia foi ganhando outras dimensões, quando fomos percebendo as várias problemáticas que giram em torno da vida das mulheres no tocante a questões de desigualdade de gênero vivenciadas por elas, seja no âmbito doméstico, pessoal ou profissional.

A construção do produto educacional perpassa por uma perspectiva interdisciplinar em colaboração direta com a Música, que tem entre outras contribuições, a sensibilização por meio da melodia e a possibilidade de trazer informações e gerar reflexões à discussão, a partir da letra, ela contribui para a construção de conceitos e posicionamentos críticos.

Para elaborarmos uma música foi preciso pensarmos em uma letra que refletisse bem o que as mulheres em nossa pesquisa mostraram, o que pensam, como se sentem e, para que conseguíssemos fazer isso com tantas informações que obtivemos, precisaríamos criar um álbum inteiro, o que não foi possível nesse momento, então, tentamos expressar um pouco de tudo o que coletamos de dados, em apenas uma música, como havíamos proposto a realizar.

E por que uma música? Porque acreditamos na música como uma forma de expressão e comunicação que atrai a atenção das pessoas, e tem ampla divulgação. A tese normalmente fica mais no universo acadêmico e a música seria um complemento disso, expandindo o alcance, para muito mais pessoas.

Outro impacto que geramos com a música, foi o econômico, já que movimentamos a cadeia produtiva cultural ao trazer para nosso trabalho mulheres empoderadas, artistas independentes da nossa cidade e região.

A partir dos dados coletados em nosso estudo, a pesquisadora definiu a letra da música e entrou em contato com uma das maiores empresas de produção musical do interior do estado de São Paulo, Berimbau Estúdio, para que pudessem iniciar o processo de produção musical.

Para cantar a música e agregar com seus tambores, tivemos a honra de contar com a presença de: Ana Laura Reis, Nahuara Fidelis, Micheli Maurity e Bianca Franco, que são integrantes da ONG Nação Valquírias, que é uma organização social que integra a Rede Gerando Falcões e que se dedica a entregar oportunidades a meninas e mulheres que tiveram suas vidas devastadas pela pobreza e que carregam traumas sociais profundos que as impedem de seguir sua jornada de cabeça erguida. A CEO da ONG é Amanda Oliveira, uma mulher forte,

dedicada, sonhadora e que tem uma história de vida inspiradora. Nação Valquírias tem realizado um trabalho social incrível com várias frentes de trabalho. Uma delas está relacionada com um projeto que foi selecionado pela ONU, que visa financiar ações de combate à exploração sexual, violência de gênero e tráfico humano. Há também na ONG, cooperativas de vestuário e coleta seletiva que visam o empoderamento de meninas e mulheres, dentre tantos outros trabalhos.

Para conhecerem um pouco mais do importante e lindo trabalho que essa ONG tem realizado no Brasil e até internacionalmente, basta acessar sua página no Instagram: @nacaovalquirias.

Contamos ainda com a artista Nil Guimarães, jovem cantora e contrabaixista mineira, que vive atualmente em Ribeirão Preto, SP, onde se apresenta acompanhada de grandes músicos. Foi integrante da banda Brazilian Argonauts que acompanhou o inglês Aaron Liddard (saxofonista que tocou com Amy Winehouse) em sua turnê no Brasil em 2018, passando por casas conceituadas e festivais, também dividiu palco com Ian Ritchie (saxofonista atual de Roger Waters). Em 2023 protagonizou um tour onde se apresentou em pubs e casas noturnas em Dublin, Irlanda. Em 2024, fez shows na Bolívia e novamente na Irlanda, além de diversas casas de shows brasileiras renomadas, como Jazz nos Fundos-SP, Alma-Campinas, entre outras, já participou de festivais (como Festival Forró da Lua Cheia, Nhundiaquara Jazz Festival, Fundinho Jazz & Blues Festival), SESC's, Sesi's e projetos aprovados pelo Proac.

Dentre seus projetos, é vocalista/baixista do seu sexteto de Blues & Soul “Nil Guimarães”, vocalista/fundadora do projeto Body and Soul (tributo à Amy Winehouse e clássicos da black music e jazz). A voz poderosa e as interpretações cheias de energia que a cantora Nil Guimarães apresenta no palco são influenciadas pelos diferentes e marcantes estilos de cantoras que fizeram a cabeça de diversas gerações de ouvintes, como Amy Winehouse, Tina Turner, Janis Joplin, Aretha Franklin, Nina Simone, entre outras.

Quem tiver interesse em conhecer mais do seu trabalho, basta acessar a página do instagram: @nil.singer.

E contamos ainda com mais uma mulher empoderada, Thalita Mayara, 30 anos, nome artístico é Nega MC. Mulher, mãe da Becca e Maria Clara, preta, esteticista e diretora do Festival Hip Hop Salva. Desde criança em contato com o Rap e a comunidade periférica. Poetisa e compositora, traz em suas letras a arte de salvar vidas através do Rap e mostrar o empoderamento feminino dentro da cultura Hip Hop. Começou a escrever com 9 anos de idade, o Rap e a Poesia a levaram a lugares inimagináveis, chegando a cantar ao lado de grandes nomes do Rap Nacional, como Dina Di e Dexter.

Seu objetivo é levar suas letras para dentro das escolas, universidades, comunidades que precisam ter contato com tudo o que um/a jovem preto/a sente na pele, desde o nascimento. As letras frisam o abuso de autoridade, o preconceito e discriminação, dando um norte para qual a melhor opção de combatermos tais atrocidades. Quem tiver interesse em conhecer mais do seu trabalho, basta acessar a página do instagram: @thalitanegamc.

Mais uma mulher brilhou a música, e foi Maria Butcher. O caminho de Maria é traçado pela diversidade de estilos musicais. Seu último trabalho, “Autorais”, fruto de uma parceria com o músico violonista Thiago Carreri, reflete a trajetória de quase 30 anos de carreira. São quatro lindas músicas que falam sobre vida, amor, realização e renascimento, letras que transmitem o momento em que Maria estava vivendo quando as escreveu.

A cantora e compositora já levou várias vezes seu talento além das fronteiras verde amarelas, apresentando-se na Inglaterra, China, Japão e Irlanda. Experiente, percorreu o Atlântico fazendo shows em Cruzeiros, em que, além de cantar, mostrava a graciosidade de dançar e performances musicais inesquecíveis aos tripulantes. Nesse período, gravou seu primeiro álbum com interpretações de obras de grandes nomes da Música Popular Brasileira, como Milton Nascimento, Celso Viáfara, Zezinho, entre outros.

Curiosa, apesar da paixão pela MPB, a cantora mostrou dominar outros estilos, participando também de shows com remixes e composições eletrônicas de DJ's. A brasilidade e a versatilidade no palco são características marcantes de Maria Butcher, que conquistou quatro prêmios de “Melhor Intérprete” e “Melhor Música”, em Festivais de MPB pelo Brasil. Em seus projetos, busca contemplar o que há de melhor na música brasileira, unindo toda experiência que adquiriu em suas turnês. Merecem destaque os shows: “As mulheres de Chico Buarque”, “Bossa Nova, um Samba Diferente”, “Barulhinho Bom, uma homenagem a Marisa Monte e “Chuva, suor e cerveja”, realizados em diversas unidades da rede SESC-SP.

Participou, em 2012, do concurso “Mulheres que Brilham”, do programa “Raul Gil”, transmitido pelo canal SBT, quando foi semifinalista. Em 2015, tornou-se proprietária, juntamente com seu amigo e parceiro André de Souza, da empresa Kanirê - Música para Casamentos e Eventos, com várias apresentações em que contrata outros músicos para atender a parte musical de cerimônias e festas.

Maria Butcher também interpreta jingles, vinhetas e locuções, dando sua personalidade a esses trabalhos. Com um Home Studio, atende a mais de 50 produtores em todo o Brasil. Também se destaca como produtora, seja na função de Diretora Cultural do São Carlos Clube, na cidade de São Carlos, desde 2019, seja como organizadora de shows musicais semanais no Passeio São Carlos, Shopping da cidade, desde 2015.

Quem tiver interesse em conhecer mais do seu trabalho, basta acessar a página do instagram: @mariabcantora e @kaniremusical.

A versão final da música, pode ser ouvida no canal do Youtube empoderamento_igualdade, link: (<https://www.youtube.com/watch?v=vBmOW251nxk>) e por meio da página no Instagram e Facebook: @empoderamento_igualdade.

Segue a letra da música de empoderamento.

Somos força, somos luta

Somos força, somos luta
Muito mais que um corpo pra admirar
Na mesma voz, sempre juntas
Nosso objetivo vamos alcançar

Estrofe:

Com perseverança, seguimos juntas
Mesmo quando é difícil caminhar
Em meio as barreiras e injustiças
Vamos o mundo transformar

A educação nos dá asas pra voar
Se você sonha, você pode realizar
Na luta contra o patriarcado
Nossa bandeira vamos hastear

Rap:

Mulheres brancas, pardas ou negras
Todos os tipos de beleza
Somos livres, somos tantas.
Todas em busca de mudanças

Não aceitamos violência.

Nosso corpo, nossa voz
Vem com a gente nessa onda
Ninguém falará por nós

Não aceitamos opressão

Se liga na pressão
E vem cantar com a gente esse refrão

SEÇÃO 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se compreender que durante anos as mulheres foram desconsideradas na História da humanidade. No entanto desde meados da década de 1960, com os movimentos feministas, elas começaram a ser protagonistas de suas histórias e conquistaram muitos avanços, embora ainda tenhamos muitos desafios pela frente, como é o caso da desigualdade entre os gêneros, seja na disparidade salarial, na ascensão de carreira profissional ou em qualquer outro âmbito social e/ou ainda no enfrentamento às violências dirigidas às mulheres, seja psicológica, física ou patrimonial.

As questões que envolvem as violências contra a mulher, apesar de um problema de grande magnitude e de suas devastadoras consequências na saúde da população, ainda não recebem do poder público a devida atenção. Embora tenhamos avanços em nossa sociedade, os casos de feminicídios permanecem subnotificados e as mortes por violência, muitas vezes, aparecem como causa não determinada, sendo que, mulheres têm morrido pelo simples fato de serem mulheres, por preconceito, misoginia e injúrias.

Há ainda as piadas machistas, a objetificação do corpo feminino, entre outros padrões de discurso e representação que trazem consequências profundas para as mulheres, afetando sua autoestima, saúde mental e oportunidades de participação plena na sociedade. Além disso, esses padrões perpetuam normas prejudiciais que limitam o potencial das mulheres e reforçam estruturas de poder desiguais.

Os dados apresentados nesta pesquisa refletem uma série de percepções e vivências das participantes em relação à igualdade de gênero, segurança, estereótipos sociais e condições de trabalho. A maioria das participantes expressaram sua percepção de que as oportunidades não são igualitárias entre homens e mulheres, o que revela a existência de barreiras estruturais e culturais que afetam as mulheres em diversos contextos, como no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Os dados refletem ainda percepções importantes quanto ao impacto das responsabilidades domésticas, sendo que a maioria 88,9% confirmam que as responsabilidades do lar afetam os benefícios das oportunidades de formação e desenvolvimento profissional das mulheres. Essa realidade reforça a necessidade de uma redistribuição equitativa dos afazeres domésticos, apontada como essencial pelas participantes.

Certamente tanto a questão da violência contra as mulheres, quanto da (des)igualdade de gênero expressa em oportunidades desiguais na sociedade entre homens e mulheres são temas alarmantes, que precisam ser estudados e que demandam que mudanças sejam

gerenciadas para que possamos a longo prazo mitigá-los. Uma das ferramentas que temos disponível para divulgar conhecimento, leis, histórias e experiências que podem auxiliar mulheres é a internet e, com ela, as redes sociais. Considerando o contexto atual de interação online e o aumento do número de pessoas que adentram as redes sociais todos os dias, estas têm desempenhado um papel significativo na sociedade, e a igualdade de gênero e o empoderamento feminino emergem como pautas relevantes, com um crescente engajamento das mulheres nas redes sociais.

As redes sociais oferecem um espaço para que as mulheres compartilhem suas histórias, experiências e perspectivas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e amplificadas. Além disso, fornecem um meio para a formação de comunidades e grupos de apoio, onde as mulheres podem se conectar, uma com as outras e compartilhar interesses comuns, enfrentarem desafios semelhantes ou se envolverem em causas afins. Isso cria um senso de solidariedade e encoraja o empoderamento coletivo, o que chamamos de sororidade, que é um conceito que busca promover a solidariedade e a colaboração entre mulheres, reconhecendo que juntas são mais fortes.

É uma forma de combater o machismo e outras formas de opressão, criando um ambiente de apoio mútuo, respeito e empoderamento. A sororidade encoraja a celebrar as conquistas umas das outras, a ouvir e acolher as vivências e a lutar por igualdade de gênero, é uma poderosa ferramenta para transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo para todas as mulheres.

As redes sociais também têm sido eficazes na disseminação de informações e conhecimentos sobre questões relacionadas aos direitos femininos, permitindo que as mulheres acessem recursos, aprendam sobre seus direitos e encontrem soluções para problemas específicos que enfrentam. Além disso, podem fazer uso das plataformas online para levantar questões importantes, iniciar debates, promover campanhas de conscientização e mobilizar apoio para causas relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento.

Os dados revelam que 83,3% das participantes concordam que as redes sociais, por meio de páginas que tratam dos temas de empoderamento feminino e igualdade de gênero, contribuem para sua reflexão e entendimento sobre os assuntos. A partir disso, é possível compreender o impacto que as postagens sobre estes temas têm na sociedade.

Os dados mostram que 86,1% das participantes já interagiram com postagens relacionadas à igualdade de gênero e/ou empoderamento feminino, seja curtindo, postando e/ou compartilhando algum conteúdo. Destaca-se um alto nível de engajamento sobre o tema no ambiente digital, o que indica que a maioria das participantes reconhece a importância de

utilizar as redes sociais para promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, e como um espaço de expressão e luta por direitos.

No entanto, é importante reconhecer que as redes sociais também podem apresentar desafios significativos como o cyberbullying, a disseminação de estereótipos prejudiciais, além de questões de ódio relacionadas às mulheres, fake news e desinformação, entre outros. É preciso garantir um ambiente digital mais seguro e saudável e, para tanto, faz-se necessário maior atenção e fiscalização, assim como políticas públicas, órgãos e legislações para que consigam punir pessoas que usam dessa ferramenta para agredir, propagar fake news, desinformar e tantos outros malefícios.

É preciso também, a conscientização das pessoas quanto ao uso consciente e crítico destas plataformas, para que se fomente uma cultura de um ambiente online não prejudicial e muito mais benéfico para a população. As pessoas precisam estar atentas e saber que as redes possuem algoritmos que direcionam conteúdos, propagandas e informações de maneira individualizada, a partir do que as pessoas estão consumindo, pesquisando, procurando e dessa forma, termos a consciência crítica e não ficarmos presos em bolhas digitais.

As redes sociais são uma ferramenta valiosa para o empoderamento feminino, permitindo que mulheres se conectem, compartilhem informações, promovam mudanças sociais e encontrem apoio, amplifiquem suas vozes e impulsionem a luta por igualdade de gênero. Os resultados dessa pesquisa corroboram com isso, a maioria das mulheres participantes consideram que as redes sociais influenciam sua maneira de entender e conceituar o empoderamento feminino e a igualdade de gênero. O fato de que as redes influenciam a visão das mulheres sobre empoderamento também aponta para um risco: a propagação de discursos tóxicos, estereótipos ou “falsos empoderamentos” (ex: discursos que reforçam padrões estéticos ou consumismo como sinônimos de liberdade). Isso gera a necessidade de uma curadoria mais consciente, campanhas educativas e até mesmo regulações éticas para o uso dessas plataformas.

Nossos resultados sugerem que essas plataformas digitais têm se consolidado como espaços relevantes de aprendizado, troca de experiências e construção de identidade. Dessa forma, elas podem e devem ser reconhecidas como ferramentas estratégicas na promoção de debates sobre equidade de gênero, tanto no campo da educação quanto no ativismo social.

Essa constatação também reforça a importância de iniciativas que ampliem a presença de vozes diversas e interseccionais nesses espaços, de modo a garantir que diferentes experiências e perspectivas sejam representadas.

Além disso, os dados revelam a necessidade de um olhar crítico sobre os conteúdos veiculados nas redes sociais, considerando o risco de difusão de discursos estereotipados ou

superficiais sobre o que é ser uma mulher empoderada. Por isso, torna-se urgente a implementação de estratégias de curadoria, educação midiática e campanhas de conscientização que possibilitem uma leitura mais crítica dessas influências.

As implicações do estudo apontam, portanto, para a valorização do ambiente digital como campo de disputa simbólica e política, com grande potencial de transformação social, especialmente se aliado a políticas públicas, ações educativas e movimentos coletivos comprometidos com a igualdade de gênero.

A conscientização e a educação são passos essenciais para criar uma mudança significativa, mas também são necessárias ações concretas em nível institucional e legislativo para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente do gênero. Somente por meio de um compromisso coletivo com a igualdade e o respeito mútuo podemos criar um mundo onde as mulheres sejam verdadeiramente livres para prosperar e alcançar seu pleno potencial.

Para estudos futuros, consideramos que precisam ser incluídos outros grupos que não foram aqui abordados, como os do LGBTQIAPN+, já que estes sofrem constantes ataques e estão profundamente ligados à luta pela igualdade de gênero. A comunidade LGBTQIAPN+ está situada em uma intersecção onde questões de gênero e sexualidade se cruzam, são pessoas marginalizadas por não se adequarem aos papéis do gênero tradicional, sofrem violências, exclusão social, preconceitos e limitações no acesso a direitos básicos como educação, trabalho e saúde.

Assim como para as mulheres cis, a violência contra comunidade LGBTQIAPN+ é alarmante, com casos de agressão, homicídios e suicídios sendo amplamente registrados, evidenciando a falta de segurança e acolhimento. Contudo, no presente estudo, optamos por uma perspectiva mais dual de homem e mulher, por conta do nosso foco.

Os dados revelam que esse estudo é necessário, que essa luta é urgente, já que a desigualdade de gênero está enraizada em sistemas históricos de opressão e discriminação que criam barreiras específicas para mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e homens que não se conformam aos papéis tradicionais de masculinidade, entre tantos outros, que entram na interseccionalidade, como os pobres, negros e pessoas com deficiências.

Em suma, a luta pela igualdade de gênero é um movimento que visa garantir a todas as pessoas o direito de existir, de conviver e alcançar seu potencial, de ter oportunidades igualitárias em todos os âmbitos sociais, de viver e se expressar sem medo ou discriminação.

Almejamos uma sociedade verdadeiramente equitativa onde a diversidade é respeitada e celebrada em todas as suas formas, e os estereótipos e normas de gênero são desconstruídos,

onde todas as pessoas se sintam representadas, onde políticas e legislações sejam criadas e fiscalizadas para promover o bem-estar social de todas as pessoas, e, assim, se sintam seguras, inclusas e empoderadas.

Enfim, intentamos que esse estudo possa contribuir posteriormente para a análise e investigação de outros/as pesquisadores/as neste campo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- #PRIMEIROASSÉDIO: campanha. 2015. **Think Olga**. Disponível em: <http://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/>. Acesso em: 4 maio 2025.
- AQUINO, Estela M. M. Lima Leão. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS*, 2005/2006. **Pensando gênero e ciência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 11-18.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 45–64, 2005.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA [2021]. Coordenação: Daniel Cerqueira, Helder Ferreira e Samira Bueno. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA [2023]. Coordenação: Daniel Cerqueira; Samira Bueno. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA [2024]. Coordenação: Daniel Cerqueira; Samira Bueno. São Paulo: Fórum B. Seg. Pub., 2024. Disponível em: ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Meu corpo, minha casa**: prevenção ao abuso sexual [campanha]. Salvador, 2019. Disponível em: mpba.mp.br/campanha/meu-corpo-minha-casa-prevencao-ao-abuso-sexual. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BARBOSA, Ana Paula Silvia. **A violência de gênero na pandemia**: uma análise na rede social Twitter. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.
- BARBOSA, Andréia da Rocha Rodrigues Pereira. **A história (quase) secreta**: sexualidade infantojuvenil e crimes sexuais na cidade de Salvador (1940-1970). Salvador: Saga, 2019.
- BARBOSA, Carla; LIECHTY, Toni; PEDERCINI, Raquel. “Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais”. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/653>. Acesso em 15 dez. 23.
- BARBOSA, Lucas Alves Lima. “Os homens são naturalmente melhores em matemática do que as mulheres”: um discurso que persiste. **Revista Diversidade e Educação**, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 33-41, jul./dez. 2016.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 1, p. 163–185, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. Obra original publicada em 1977.

BARDWICK, Judith. **Mulher, sociedade e transição**. [S.l.]: Editora Difel. 1981.

BARROS, Duda M. Movimento Red Pill revela a face cruel e reacionária do machismo nas redes. **Veja**, n. 2832, 2023. Disponível em: veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pill-revela-a-face-cruel-e-reacionaria-do-machismo/. Acesso em: 30 mar. 2023.

BARROS, Genyedi Soares. **Empoderamento do corpo, aceitação e autoestima feminina na plataforma instagram**: um estudo de caso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

BATISTA, Luana Vieira. **As representações sociais de empoderamento feminino**: um estudo com alunas adolescentes do ensino médio das cidades de Mulungu e João Pessoa/PB. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena (org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé de Bogotá: T/M Editores, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt: “As redes sociais são uma armadilha”. Entrevista concedida Ricardo Querol em Burgos, Espanha. **El país**, 09 jan. 2016. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em 31 jan. 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BERTOLLO, Sandra Helena Joris; BERTOLLO, Mauro. Gênero e Lazer: experiências de cinco gerações de mulheres. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis, 2014. **Anais [...]** Florianópolis, UDESC. 2014. p. 1-6. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/577-0.pdf Acesso em 13 de jan.24.

BEVILAQUA, Karen Affonso. **Empoderamento Feminino e a conquista por mulheres de espaços de liderança**: uma reflexão a partir da ética da existência. 2023. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2023.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As mulheres na pesquisa. O lazer do brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [s.l.], v. 5, n.1, p. 3-24, 2018. Disponível em: periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/593/404. Acesso em jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL [1940]. **Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL [1990]. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 30 nov. 2023.

BRASIL [1998]. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MED/SEF, 1998.

BRASIL [2006]. **Lei no. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL [2012a]. **Lei no 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informático Brasília, 2012. Lei Carolina Dieckman. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL [2012b]. **Lei no 12.735, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informático Brasília, 2012. Lei Azeredo. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12735.htm . Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL [2014]. **Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informático Brasília, 2012. Lei Azeredo. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL [2018]. Secretaria de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Elaboração: Marcia Teresinha Moreschi. Brasília: Ministério Direitos Humanos, 2018. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada. Acesso em 30 out. 2023.

BRASIL [2020]. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019**. Brasília: MMFDH, 2020.

BRASIL [2021a]. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2401, de 1º de julho de 2021**. Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para proteger a liberdade de expressão veiculada em redes sociais. Autor: Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD/PR). Situação: Apensado ao PL 3573/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2289026>. Acesso em: 5 fev. 2025

BRASIL [2021b]. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2393, de 30 de junho de 2021**. Altera o Marco Civil da Internet para promover a liberdade de expressão nas redes sociais, e proibir a exclusão de perfis de usuários sem decisão judicial [...]. Autor: Deputada Renata Abreu (PODE/SP). Situação: Apensado ao PL 3119/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2288858>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL [2021c]. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2029, de 1º de junho de 2021**. Altera o Marco Civil da Internet para proibição de cobrança para acesso a notícias de caráter

público. Autor: Deputado Bosco Costa (PL/SE). Situação: Arquivado. Disponível em: camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2285443. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRITO, Sabrina. Uma dose a mais: mulheres já se igualam aos homens no consumo de álcool. **VEJA**, saúde, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/uma-dose-a-mais-mulheres-ja-se-igualam-aos-homens-no-consumo-de-alcool/>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRITO, Teca Alencar. **Koellreutter educador**: o humano como objetivo da educação musical. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006. doi:10.1590/S0102-30982006000200009.

BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANABARRO, Janaína Raquel dos Santos; SALVAGNI, Julice. Mulheres líderes: a desigualdade de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 2, p. 88-110, 2015. DOI: 10.7769/gesec.v6i2.347. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CARDOSO, Suellem Silveira. **Relações de gênero e empoderamento feminino nas organizações camponesas sob a perspectiva comunitarista**: uma análise no movimento dos pequenos agricultores do Vale do Rio Pardo. 2019. 152f. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Norbert Elias e a história da violência no Brasil. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 171-184, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ArtC-V19n35-2017-2-13>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CARNEIRO, Suelaine (coord.). **A educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades/pesquisa**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/04/A-educacao-demeninas-negras-em-tempo-de-pandemia.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dec. 2003. Disponível em: scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília: Ipea, mar. 2014. (Nota Técnica 11). Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5780. Acesso em 10 de dez. de 2023.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio-ago. 2010.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: Editora da UFGD, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

COUTINHO, Maria Lúcia. Quando o executivo é uma "dama": a mulher, a carreira e as relações familiares. In: CARNEIRO, Terezinha Féres (org.). **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2003. p. 55-77.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Dossiê: III Conferência Mundial contra o Racismo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 30 mar 2023.

DAVIS, Angela. **Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo**: conferência. Salvador: UFBA, 2017. Youtube: canal @TVUFBA. Disponível em: <https://youtu.be/waCyuZZap9I?si=VAvUq596N2gU1nfu>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

FARIA, Malu. Desafios para a construção da autonomia econômica para as mulheres. In.: SEMINÁRIO AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO DA MULHER, Rio de Janeiro, jun. 2011. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues. Mães solo no mercado de trabalho. **Blog do IBRE**. Rio de Janeiro, 12 maio 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FELGUEIRAS, Ana M. Cláudia Leal. Breve Panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, n. 6,

p. 108-121, maio 2017. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/montagem-da-revista-Reparado111.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

FERRARI, Dalka Chaves Almeida. Atendimento psicológico a casos de violência intrafamiliar. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Agora, 2002. p. 160-173.

FERREIRA FILHO, Alberto Heraclito. **Salvador das Mulheres**. 1994. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_salvador_das_mulheres._condicao_feminina_e_cotidiano_popular_na_belle_epoque_imperfeita.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber, tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In.: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDIN, Claudia. **Understanding the gender gap**: an economic history of american women. New York: Oxford University Press. 1992.

GOMES, Antônio *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300015>. Acesso em 15 mar. 2022.

GONÇALVES, Eliane. Remar o próprio barco: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres sós. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 34, p. 235-268, jan./jun. 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100010>. Acesso em: 30 out. 2023.

GONZÁLEZ, Fernando.; SCHWENGBER, Maria.; PINHEIRO, Naira. Mulheres rurais e as experiências de lazer: tradição e mudanças. *In*: CONBRACE, 19.; CONICE, 6., Vitória, ES, 2015. **Anais [...]** Porto Alegre: Colégio Bras. Ciências do Esporte. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/anais/tracks/2015/296>. Acesso em 21 de nov. de 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

HUNT, Abigail; SAMMAN, Emma. **Women's economic empowerment navigating enablers and constraints**: research report. London: ODI Global, 2016. Disponível em: <https://odi.org/en/publications/womens-economic-empowerment-navigating-enablers-and-constraints/>. Acesso em 02 de jan. de 2024.

IBGE [2019]. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE [2023]. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: outras formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102020&view=detalhes. Acesso em: 05 mar. 2024.

KABEER, Naila. **Gender mainstreaming in poverty eradication and the millennium development goals**: a handbook for policy-makers and other stakeholders. London: International Development Research Centre, 2003.

KELLER, Jessalyn. **Girls' feminist blogging in a postfeminist age**. Routledge: New York, 2015.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade política entre o moderno e pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KIMMEL, Michael. **Guyland**: the perilous world where boys become men. New York: Harper, 2008.

KRUG, Etienne *et al.* **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002.

LEÃO, Andreza Marques. **Ações de prevenção à violência sexual infantojuvenil**: analisando a formação e informação da(o) profissional da educação infantil e fundamental. 2022. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

LEÃO, Andreza Marques. Prevención y detección: la escuela como instancia de enfrentamiento a la violencia sexual infantojuvenil *In*: MARTÍNEZ, A.; SEBASTIÁN-HEREDERO, E. (org.). **Inclusión educativa y social**: aportaciones para su desarrollo. Bucaramanga: Unab, 2020. v.1. p. 118-132.

LEÃO, Andreza Marques; RIBEIRO, Paulo Renes. Sexualidade sem trauma: trabalhando gênero e corpo com crianças de uma escola municipal de educação infantil. *In*: MONTEIRO, S. A. I.; RIBEIRO, R.; LEMES, S. S.; MUZZETI, L. R. (org.). **Educações na contemporaneidade**: reflexão e pesquisa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo**: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 129f. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2009.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, Guadalajara, n. 13, p. 94-106, 2001.

LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 9, n. 2, p. 185-196, maio-ago, 2009.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta. J. M.; MEYER, Dagmar. E.; WALDOW, Vera R. (org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 09-18.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Vértice, 1987.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 15, p. 74-81, ago. 2001.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Abuso sexual infantil. In: MAIA, Ana C. B., MAIA Ari F. (ed.). **Sexualidade e infância**. Bauru: UNESP, 2005. p. 142-158. (Cadernos Cecemca, v.1).

MARTIN, C.; VALENTI, V. **#FemFuture**: online revolution. New York, NY: Barnard Center for Research on Women, 2012. (New feminist solutions, v.8).

MCKEE, Alan. The importance of entertainment for sexuality education. **Sex Education**, London, v. 12, n. 5, p. 499-509, 2012. DOI: 10.1080/14681811.2011.627727.

MENDES, Joana Betoque; ALMEIDA, Antonio José. O regresso das mulheres ao trabalho após a licença parental: um estudo exploratório. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EM RH, 10., Lisboa, 2021. **Proceedings [...]**. Lisboa: ULisboa, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26537/iirh.vi10.4365>. Acesso: 30 nov. 2023.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 1, p. 9-27.

MEYER, Dagmar. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan. 2004.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (Coleção Temas em Saúde).

MINAYO, Maria Cecília.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239- 248, jul.- set. 1993.

MIRA, Eduardo. A independência financeira das mulheres deveria ser prioridade social. **Forbes**, 9 mar. 2023. Disponível em: forbes.com.br/forbes-money/2023/03/eduardo-mira-a-independencia-financeira-das-mulheres-deveria-ser-prioridade-social. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOTA, Janine Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 12, 2019.

NAGLE, Angela. **Kill all normies**: online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right. Winchester: Zero Books, 2017.

NOGUEIRA, Isildinha. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano 13, n. 135, p. 40-45, 1999.

OLIVEIRA, Thais. **Mediação e feminismo nos conflitos familiares**: o empoderamento feminino e a Mediação da defensoria pública nos conflitos familiares, no Estado de Mato Grosso. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos) - Universidade de Fortaleza, Ceará, 2020.

ONU Mulheres Brasil. **Princípios do empoderamento das mulheres**. [S.l.]: ONU: Pacto Global, 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/biblioteca-digital/publicacao.php?ano=2017>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PINHO NETO, Valdemar MACHADO, Cecilia; **The labor market consequences of maternity leave policies**: evidence from Brazil. Rio de Janeiro: FGV. 2016. Disponível em: <http://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/43de8bd0-cf35-4299-bdd2-9c511ee5b8d9/content>. Acesso: 30 nov. 2023.

PLANT, Sadie. **Zeros and ones**: digital women and the new technoculture. London: Fourth Estate. 1997.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia das Letras, 2018.

ROCHA, Andréa. As representações sobre o corpo feminino no discurso médico baiano do século XIX. **Interfaces Científicas, Humanas e Sociais**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 151–162, 2017. DOI: 10.17564/2316-3801.2017v6n2p151-162. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4292>. Acesso em: 22 dez. 2023.

ROWLANDS, Jo. Empowerment examined. **Development in Practice**, [S.l.], v. 5, n. 2, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amelia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (org.) **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13-21.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, C.; UNBERHAUM, S. G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos. Tornar-se feminista no século XXI: feminismo na adolescência, redes sociais e mundialização. *In: CONGRESO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE CIENCIAS SOCIALES*, 5., nov. 2022, Montevideo. **Democracia, justicia e igualdad**. Montevideo: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022. p. 136-157.

SANTOS, Denise Cristina Costa França. **A perspectiva do professor da educação especial no contexto da sala comum**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191804>. Acesso em 04 abr. 2025.

SANTOS, J. D.; CARDOSO, D. R. Relações de gênero na educação matemática dos anos iniciais do ensino fundamental. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE"*, 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2012.

SANTOS, Paola Alves; LEÃO, Andreza Marques; DESIDERIO, Ricardo. Campanhas Institucionais contra o abuso sexual em crianças e adolescentes prevenção ou ilusão? *In: Sexualidade em cena: discursos midiáticos e suas múltiplas leituras*. São Carlos: Pedro & João, 2019. v.1, p. 26-39.

SANTOS, Welton Barbosa.; SILVA, Tiago F. Sant'anna; MOTA, Maria C. Carvalho; FALEIRO, Wender. **Suicídio universitário: uma questão de identidade ou de profissionalização?** Goiânia: Kelps, 2019.

SANTOS, Welton Barbosa; MOTA, Maria Carolina Carvalho; OLIVEIRA, Arthur Damaceno de; CASTEJON, Mariângela. **Mulher encarcerada: a dor inerente da condição feminina**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES*, 1., Salvador, 2006. **Artigo de evento** [Repositório UFBA] Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6848>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago. 2004. Disponível em: scielo.br/j/ref/a/QVnKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/. Acesso em: 30 mar. 2023.

SCARPA, Renata Laudares. **Facebook, igualdade de gênero e empoderamento feminino no Corfebol**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/215428>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6, p.137-150, 2001. Dossiê: Feminismo em questão. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: fev. 2024.

SCHALLER, Katrin. Acordes curativos. **Viver Mente & Cérebro**: Revista de Psicologia, Psicanálise, Neurociências e Conhecimento, São Paulo, p. 64-69, jun. 2005.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000400013>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, p. 112-20, 2009. Edição especial.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SHARMA, Kumud. Grassroots organizations and women's empowerment: Some issues in the contemporary debate. **SamyaShakti** v. 6, p. 28-44. 1991-1992.

SIBÍLIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Fabiane; RIBEIRO, Paula. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862015000100007. Acesso em 16 fev. 2021.

TAYLOR, Jim. The woman who founded the “incel” movement. **BBC**, ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-45284455>. Acesso em: 30 mar. 2023.

UCHOA, Leilane Mendes. **Feminismo nas redes**: empoderamento feminino nas mídias digitais. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências de Comunicação) - Universidade Fernando Pessoa, Portugal. 2022.

VIANA, Anna Raquel *et al.* Análise da competência em informação do movimento ElesPorElas/HeForShe da UFPB 2023. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 26, p. 213-237, 2023. DOI: 10.5216/ci.v26.69319.

VIANA, Anna Raquel; Lima, Izabel; SOARES, Gilberta. Informação e empoderamento feminino no Instagram: estudo a partir de coletivos feministas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 123530, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.123530.

VIANNA, Joaquim Telesphoro Vieira Lopes. **Breves considerações sobre o aleitamento**. 1853 Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1855.

VICENTE, Teresa Aracena. **As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde**. 2018. Tese (Doutorado Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VILAÇA, Teresa. InterAção no núcleo da promoção de sexualidades saudáveis: competência para a ação e uso de tecnologias de informação e comunicação na escola. **Revista Linhas** Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 28- 57, maio/ago. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em 15 Dez.de 2023.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Resumo e relatório completo digital 2022**: os mais recentes insights sobre o 'mundo do digital'. 2023. Disponível em: [amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2022-resumo-e-relatorio-completo](https://www.amper.ag/post/we-are-social-e-hootsuite-digital-2022-resumo-e-relatorio-completo). Acesso em: 30 out. 2022.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Educação Pós-crítica).

YANG, Elaine; LATTIMORE, Catheryn; ARCODIA, Carlos. **Power and empowerment**: how asian solo female travellers perceive and negotiate risks. Disponível em: [sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517718300414](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517718300414). Acesso em: 08 jan. 2024.

APÊNDICES

Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Questionário

Influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino.

Prezada,

Gostaria de convidá-la para participar da minha Tese intitulada: "Influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino", a qual tem por objetivo analisar o papel das redes sociais como um recurso na difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino, e conhecer as opiniões de mulheres usuárias dessas redes sociais sobre esses temas. As respostas irão compor trabalhos teóricos, mas sua identidade será preservada.

Este trabalho é desenvolvido por mim, Denise Cristina da Costa França dos Santos, sob a orientação da Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão, do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, da Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Araraquara/SP.

Gostaríamos muito de contar com a sua opinião sobre essas questões. O tempo médio para responder o questionário é de 20 minutos.

Caso existam dúvidas no preenchimento ou necessite de esclarecimentos, favor contatar-nos pelo e-mail: denise.cristina@unesp.br

Desde já agradecemos pela disponibilidade e atenção e, esperamos contar com sua valiosa contribuição.

Eu declaro que li as informações sobre a pesquisa e me sinto esclarecida sobre o conteúdo desta. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar, contribuindo com a coleta de informações para a realização dela.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. 1) Em qual região do Brasil você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Norte
- ☐ Nordeste
- ☐ Sul
- ☐ Sudeste
- ☐ Centro-oeste

3. **2) Identificação** *
Qual sua escolaridade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós Doutorado

4. **3)Estado Civil ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Solteira
- ☐ Namorado ou Ficante
- ☐ Casada
- ☐ Divorciada
- ☐ Outro.

5. **4)Se na questão anterior respondeu outro, qual seu estado civil?**

6. **5)Qual sua idade? ***

7. **6)Qual a sua profissão? ***

8. **7)Qual é a média da sua renda mensal? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não possuo renda
- ☐ Até 1 salário (R\$1.302)
- ☐ 1 a 3 salários (R\$1.302 à 3.906)
- ☐ 3 a 5 salários (R\$ 3.906 à 6.510)
- ☐ Acima de 5 salários (Acima de R\$ 6.510)

9. **8) Quanto a questão de gênero, elenque por favor, quais concorda ou discorda:** *

Há profissões que as mulheres não podem realizar.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo Plenamente
☐ Concordo em Parte
☐ Discordo Plenamente
☐ Discordo em Parte

10. **9) Se você concordou com a questão anterior, essas profissões envolvem:**

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Força
☐ Destreza
☐ Habilidades Cognitivas
☐ Raciocínio Lógico
☐ Outro

11. **10) Mulheres naturalmente nascem preparadas para serem mães.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo

12. **11) Quanto ao ditado popular: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo

13. **12)As mulheres se sentem desconfortáveis de dirigir em rodovias à noite sozinhas.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

14. **13)As mulheres se sentem inseguras de pegar transporte público à noite.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

15. **14)As mulheres deveriam usar qualquer tipo de roupa, a despeito do ambiente, sem serem incomodadas.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo Plenamente.

☐ Concordo em Parte.

☐ Discordo Plenamente.

☐ Discordo em Parte.

16. **15)Em nossa sociedade, as mulheres conseguem usar qualquer tipo de roupa e não serem incomodadas?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

17. **16)O fato de a mulher engravidar, faz com que ela tenha maiores dificuldades de conseguir emprego.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

18. **17)A gravidez não deveria ser uma barreira para a empregabilidade das mulheres.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

19. **18)As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

20. **19)Ao assumir as responsabilidades do lar, as mulheres diminuem as oportunidades de formação e carreira profissional.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

21. **20)Eu considero justo que ao assumir as responsabilidades do lar, as mulheres tenham sua vida profissional prejudicada.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

22. **21)Quando usamos a palavra Homem, para nos referir ao ser humano - homem e mulher, este termo precisa ser alterado.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

23. **22)Homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades em todas as situações sociais.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

24. **23)Em nossa sociedade as oportunidades são iguais tanto para homens quanto para mulheres?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

25. **24)Eu considero justo homens ganharem mais do que as mulheres exercendo as mesmas funções no trabalho.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

26. **25)O homem trabalhar é mais importante do que a mulher, visto que ele é o cabeça do lar.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

27. **26)Homens e mulheres deveriam dividir igualmente todas as despesas (custos, gastos) e afazeres (lavar, passar, limpar, cozinhar) da casa.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

28. **27)No meu ambiente de trabalho, todos os trabalhadores conseguem conciliar igualmente a vida profissional e familiar.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

☐ Não trabalho fora de casa.

29. **28)No meu ambiente de trabalho, homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades de ascensão profissional.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo
☐ Não trabalho fora de casa.

30. **29)Os homens devem ser tão responsáveis pelo bem estar dos filhos quanto as mulheres.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo

31. **30)É preciso que sejam consideradas e realizadas ações para que a mulher consiga trabalhar e desfrutar de tempo de lazer, assim como o homem.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo

32. **31)Todas as pessoas, independentemente do gênero, precisam ter renda própria para garantir sua sobrevivência e de sua família.** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Concordo
☐ Discordo

33. **32)As pessoas comprometidas na superação das desigualdades entre os gêneros, devem ocupar cada vez mais cargos políticos e/ou de chefia.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Concordo

☐ Discordo

34. **33)O que você entende por Igualdade de Gênero? ***

35. **34)Como você se auto avalia sobre as informações referentes à Igualdade de Gênero? ***

Marcar apenas uma oval.

Nada Informado

1 ☐

2 ☐

3 ☐

4 ☐

5 ☐

Muito informado

36. **35) Como você adquiriu o nível de informação assinalado na questão anterior?** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pelas experiências pessoais
☐ Pelas redes sociais
☐ Pela mídia (televisão, rádio, jornais, revistas, etc)
☐ Por meio da escolarização
☐ Por meio de um profissional da saúde
☐ Por meio da leitura de livros, artigos e/ou entre outros.
☐ Outro.

37. **36) Justifique sua resposta anterior. E se, assinalou a alternativa por meio da leitura de livros, artigos e/ou entre outros, poderia, por favor, citar quais seriam essas obras? Se pelas redes sociais, quais páginas?**

38. **37) O que você compreende por empoderamento feminino? ***

39. **38) Como você se auto avalia sobre as informações referentes ao empoderamento feminino?** *

Marcar apenas uma oval.

Nada Informado

1 ☐

2 ☐

3 ☐

4 ☐

5 ☐

Muito informado

40. **39) Como você adquiriu o nível de informação assinalado na questão anterior?** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pelas experiências pessoais
☐ Pelas redes sociais
☐ Pela mídia (televisão, rádio, jornais, revistas, etc)
☐ Por meio da escolarização
☐ Por meio de um profissional da saúde
☐ Por meio da leitura de livros, artigos e/ou entre outros.
☐ Outro.

41. **40)Justifique sua resposta anterior. E se, assinalou a alternativa por meio da leitura de livros, artigos e/ou entre outros, poderia, por favor, citar quais seriam essas obras? Se pelas redes sociais, quais páginas?**

42. **41)Qual das frases a seguir melhor define o empoderamento feminino para você:** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ É o ato de igualdade social, política e cultural entre os gêneros.
- ☐ É uma palavra da moda, sem sentido e que vai passar.
- ☐ É uma palavra para designar mulheres bem resolvidas apenas socialmente.
- ☐ É uma palavra para designar mulheres bem resolvidas apenas sexualmente.
- ☐ Nenhuma das alternativas.

43. **42)Em sua opinião o empoderamento feminino deve ser realizado por:** *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Homens
- ☐ Mulheres
- ☐ Homens e Mulheres
- ☐ Grupo LGBTQIA+
- ☐ Todos

44. **43)Você se considera uma mulher empoderada?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

45. **44)Justifique sua resposta anterior. ***

46. **45)Como é sua experiência na rede social Instagram e/ou Facebook ? O que mais gosta e o que menos gosta nessa(s) rede(s) social(is)? ***

47. **46)Do seu ponto de vista, as páginas da rede social Instagram e/ou Facebook podem contribuir para a difusão do empoderamento feminino? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

48. **47)Justifique a resposta anterior. ***

49. **48) Para você, as páginas da rede social Instagram e/ou Facebook podem contribuir para a promoção da igualdade de gênero?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Em parte

50. **49) Justifique a resposta anterior.** *

51. **50) Em sua opinião, as páginas que você segue nas redes sociais contribuem para o seu pensamento sobre Empoderamento Feminino?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

52. **51) Comente a resposta anterior.** *

53. **52)Do seu ponto de vista, as páginas que você segue contribuem para o seu pensamento sobre Igualdade de Gênero?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

54. **53)Comente a resposta anterior.** *

55. **54)Você compartilha mídias (imagens, vídeos, textos) no Instagram e/ou Facebook sobre Igualdade de Gênero com seus seguidores?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

56. **55)Você compartilha mídias (imagens, vídeos, textos) no Instagram e/ou Facebook sobre Empoderamento Feminino com seus seguidores?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

57. **56)Você tem o hábito de acompanhar publicações no Instagram e/ou Facebook sobre Igualdade de Gênero?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

58. **57)Você tem o hábito de acompanhar publicações no Instagram e/ou Facebook sobre Empoderamento Feminino?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

59. **58)Você já postou, curtiu ou compartilhou algum post sobre igualdade de gênero e/ou empoderamento feminino nas Redes sociais Instagram e/ou Facebook ?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

60. **59)Em caso afirmativo, na resposta anterior, cite sobre o que o post narrava.** *

61. **60)Você já se deparou com algum post preconceituoso sobre igualdade de gênero e/ou empoderamento feminino?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

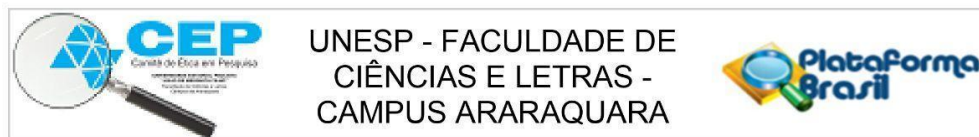
☐ Não

62. **61)Em caso afirmativo na resposta anterior, cite qual era o conteúdo do post.**

63. **62)Gostaria de deixar algum comentário sobre os temas abordados no questionário? Fique à vontade.**

ANEXOS

Anexo A- Parecer do Comitê de ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da Igualdade de Gênero e Empoderamento feminino.

Pesquisador: DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62266022.2.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.772.883

Apresentação do Projeto:

Propõe-se, no projeto de pesquisa intitulado “Influência das redes sociais Instagram e Facebook na promoção da Igualdade de Gênero e Empoderamento Feminino”, analisar as redes sociais em questão como um recurso na difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino (PROJETO p. 2). Metodologicamente, a pesquisa está dividida em quatro etapas, sendo: (1) “levantamento bibliográfico acerca dos temas propostos: igualdade de gênero, redes sociais- Instagram e Facebook, e empoderamento por meio da Plataforma Capes”; (2) “coleta de dados no Instagram e no Facebook a partir de buscas por páginas que postam conteúdos sobre os temas propostos”; (3) “aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, tendo como participantes o público feminino adulto usuário das redes sociais” e (4) produção de “um material musical sobre o empoderamento feminino” (PROJETO, pp. 2, 17 e 18). A pesquisadora propõe entrar em contato com “100 mulheres usuárias das redes sociais Instagram e Facebook que sejam seguidoras das páginas selecionadas e encaminhará o e-mail com o questionário. E os administradores de algumas páginas postarão o link para que suas seguidoras respondam ao questionário”. (PROJETO, p. 20). As participantes são mulheres com idade entre 19 e 65 anos, que receberão o questionário do google forms digitalmente, por meio de e-mail que a pesquisadora encaminhará. (PROJETO, p. 20). A coleta de dados está prevista para o período de dezembro de 2022 a julho de 2023.

Endereço: Rodovia Araraquara- Jaú Km1 - sala 105

Bairro: CENTRO

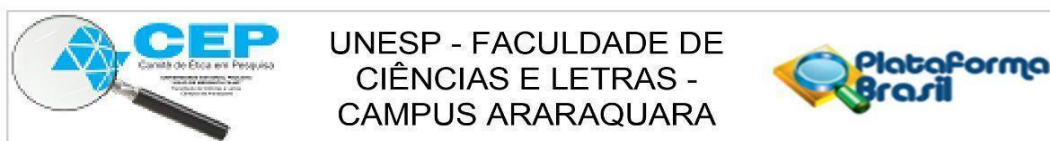
CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3334-6467

E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.772.883

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

•Analisar as redes sociais Instagram e Facebook como um recurso na difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino, e conhecer, a partir disso, as opiniões que o público feminino adulto usuário dessas redes sociais, manifestam apresentar sobre a igualdade de gênero, redes sociais e sobre o empoderamento feminino. Ademais, elaborar uma música voltada ao empoderamento feminino, considerando, principalmente, a escassez de materiais desta natureza a ser divulgada enquanto relevante dispositivo protetivo nas redes sociais. (PROJETO, p. 18).

Objetivos Secundários:

- Analisar algumas páginas das redes sociais Instagram e Facebook que postam conteúdos e promovem a difusão de valores de igualdade de gênero e empoderamento feminino;
- Identificar como mulheres usuárias dessas redes sociais entendem a igualdade de gênero, e o empoderamento feminino e como conceituam esses temas;
- Criar e disponibilizar nestas redes sociais, material musical voltado ao empoderamento feminino.

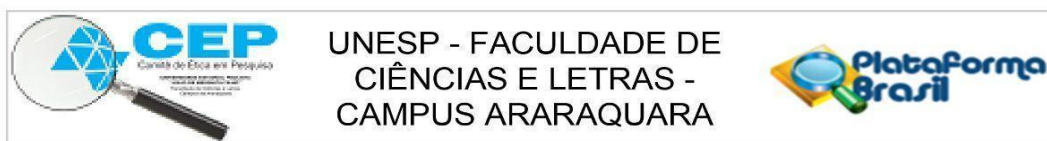
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos, a pesquisadora observa: "Desconfortos e riscos mínimos desta pesquisa dizem respeito ao tempo que deverão dedicar para responder o questionário. Invasão de privacidade ao revelar pensamentos e sentimentos. Mas com a garantia da confidencialidade dos dados, que serão armazenados em HD externo." Quanto aos benefícios, segundo a pesquisadora, poderão ser de caráter "direto ou indireto, imediato ou posterior, para as participantes e/ou sua comunidade", já que serão desenvolvidas reflexões sobre os temas abordados, além da criação e divulgação de "uma música voltada à prevenção da violência de gênero e que enaltece o empoderamento feminino." [...]. (INFORMAÇÕES BÁSICAS, p. 7). Assim, entende-se que o principal benefício é o produto musical que se propõe elaborar a fim de contribuir à prevenção da violência de gênero.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa em questão é bastante pertinente e necessária, haja vista tratar de tema que necessita atenção urgente, qual seja, a violência de gênero. A fundamentação teórica, a metodologia e os objetivos encontram-se bem delineados. Embora a idade das participantes ainda seja bastante ampla, está determinado que será com público adulto de entre 19 e 65 anos.

Endereço: Rodovia Araraquara- Jaú Km1 - sala 105		
Bairro: CENTRO		CEP: 14.800-901
UF: SP	Município: ARARAQUARA	
Telefone: (16)3334-6467		E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.772.883

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

"Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Recomenda-se retirar da descrição dos riscos no TCLE a palavra "mínimo".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto em questão foi, em grande parte, reestruturado. O perfil das participantes foi delimitado a mulheres adultas de entre 19 e 65 anos; os objetivos foram realinhados à nova proposta, focando mais diretamente as questões da igualdade de gênero e do empoderamento feminino, excluindo-se as questões de teor mais sexual que não estavam adequadas às participantes da primeira versão do projeto entre as quais se incluíam meninas a partir de 12 anos de idade.

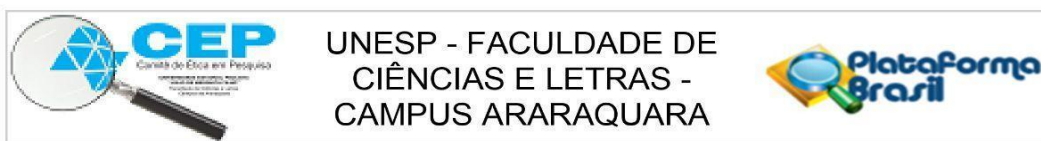
Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCLAr/Unesp, reunido em 23/11/2022, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. O relatório final deverá ser entregue até 06 (seis) meses após a data de finalização da pesquisa, conforme projeção do cronograma constante do projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1913610.pdf	18/10/2022 09:40:45		Aceito
Folha de Rosto	Nova_folha_de_rosto.pdf	18/10/2022 09:40:09	DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Questionario_Comite.pdf	18/10/2022 06:38:11	DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Pesquisa.pdf	18/10/2022 06:35:52	DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_COMITE_alterado.pdf	18/10/2022 06:34:23	DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_alterado.pdf	18/10/2022 06:32:39	DENISE CRISTINA DA COSTA FRANCA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Rodovia Araraquara- Jaú Km1 - sala 105
Bairro: CENTRO **CEP:** 14.800-901
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3334-6467 **E-mail:** comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.772.883

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 23 de Novembro de 2022

Assinado por:
Luciana Massi
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Araraquara- Jaú Km1 - sala 105
Bairro: CENTRO **CEP:** 14.800-901
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3334-6467 **E-mail:** comitedeetica.fclar@unesp.br